

A PSICOLOGIA CLÍNICA NAS INTERFACES COM O SOCIAL



Organizadores
Adriano de Sousa Barros
Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira
Rebeka de Paula Gomes da Silva

A PSICOLOGIA CLÍNICA NAS INTERFACES COM O SOCIAL

Organizadores:

Adriano de Sousa Barros

Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira

Rebeka de Paula Gomes da Silva

Recife

2020

DADOS DO EBOOK
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Capa e Diagramação: Dalva Chaves Pereira

Obra da Capa: *O ciclo do caranguejo*

Artista: Felipe Lemos

Revisão: Josué Honório da Silva e

Marília Mendonça de Souza Leão Santos

Comissão Editorial:

Prof^ª Dr^ª Véronique Donard

Ms. Adriano de Sousa Barros

Ms. Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira

Ms. Rebeka de Paula Gomes da Silva

Conselho Editorial

Prof^ª Dr^ª. Angélica Bastos (UFRJ)

Prof^ª Dr^ª. Iany Cavalcanti da Silva Barros (UNIESP)

Prof^ª Dr^ª. Marisa A. Sampaio Cunha (UNICAP)

Prof^ª Dr^ª. Paula Cristina Monteiro de Barros (UNICAP)

Prof^ª Dr^ª. Suzane Vasconcelos Zanote (UFRJ)

Prof^o Dr. Tiago Iwasawa Neves (UFCG)

Prof^o Ms. Thayro Andrade Carvalho (UFSB)

P974 A psicologia clínica nas interfaces com o social [recurso eletrônico] / organizadores Adriano de Sousa Barros, Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira, Rebeka de Paula Gomes da Silva. – Recife : FASA, 2020. 96 p. : il.

ISBN 978-65-86359-17-6 (E-Book)

1. Psicologia clínica. 2. Psicologia social. I. Barros, Adriano de Sousa, Org. II. Ferreira, Maria Augusta Soares de Oliveira, Org. III. Silva, Rebeka de Paula Gomes da, Org. IV. Título.

CDU 159.9
Pollyanna Alves CRB4/1002

Agradecimentos

À CAPES e à UNICAP pelo apoio aos alunos bolsistas que organizaram esta obra;

À coordenadora do PPGPSI, Prof^a Dra. Véronique Donard, por acreditar, apoiar e incentivar o projeto desta publicação;

Aos professores avaliadores: Prof^a Dra. Angélica Bastos (UFRJ); Prof^a Dra. Iany Cavalcanti da Silva Barros (UNIESP); Prof^a Dra. Marisa A. Sampaio Cunha (UNICAP); Prof^a Dra. Paula Cristina Monteiro de Barros (UNICAP); Prof^a Dr. Suzane Vasconcelos Zanote (UFRJ); Prof. Dr. Tiago Iwasawa Neves (UFCG); e, Prof. Ms. Thayro Andrade Carvalho (UFSB), pelo voluntário e essencial trabalho que deu suporte científico para esta obra;

E ao artista Felipe Lemos, que nos brilhou com a obra que ilustra a capa desta coletânea.

*“Toda vez que dou um passo
o mundo sai do lugar”*

Siba

Sumário

Agradecimentos, 4

Epígrafe, 5

Apresentação, 7

Edilene Freire de Queiroz

Prefácio, 9

Véronique Donard

Autoras & Autores, 13

Por uma clínica política: uma revisão acerca das concepções da clínica ampliada, 15

Adriano de Sousa Barros, Ana Lúcia Francisco

Contribuições da teoria social cognitiva à gestão ambiental, 25

Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira, Suely de Melo Santana

“É pau! É pedra! É o fim do caminho?”: O potencial de saúde do adolescente em conflito com a lei, 33

Alana Magda Carneiro dos Santos, Walquiria Gomes de Melo da Silva, Rebeka de Paula Gomes da Silva

Mudanças climáticas e o ensino da Psicologia Ambiental, 43

Fernanda Blanco Vidal

Contribuições da Psicologia das Emergências e Desastres frente ao cotidiano da Covid-19, 57

Hediany de Andrade Melo, Eduardo Breno Nascimento Bezerra

Clínica sem fronteiras: errância, método clínico e posição do analista, 66

Ivo de Andrade Lima Filho

A importância do pensamento latino americano nas graduações: implicações para as práticas psicológicas no cenário brasileiro, 74

Itala Daniela da Silva, Fagner Emanuel Silva

O gênero, as pulsões e os seus destinos: algumas consequências, 80

Edgley Duarte de Lima, Eva Maria Lins Silva, Maria Consuelo Passos

O gênero e não-todo: possíveis articulações entre Lacan e Butler?, 87

Eva Maria Lins Silva, Edgley Duarte de Lima, Edilene Freire de Queiroz

Apresentação

Eis o primeiro e-book produzido pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco: Psicologia Clínica nas interfaces como social. Ele nasce como um dos marcos das comemorações dos 20 anos do Programa e por iniciativa do corpo discente. Se a produção intelectual dos discentes é sempre muito bem vista e valorizada pela CAPES, como expressão ativa de um programa de pós-graduação, para nós ela é essencial para a formação de um pesquisador e por isso ela se insere no currículo dos cursos de Doutorado e de Mestrado sendo que, para o primeiro, ela constitui créditos obrigatórios. Entendemos que estimular a produção discente, ao mesmo tempo em que insere os alunos, logo cedo, no exercício da escrita científica e nas políticas de publicação, reflete o trabalho diário de formação de novos pesquisadores.

Esta iniciativa, comemorativa dos 20 anos e no formato de comunicação digital, tem um sabor especial porque espelha a diversidade das pesquisas clínicas que estão sendo desenvolvidas nas diferentes linhas de pesquisa. Os singulares posicionamentos clínicos que se seguem mostram o quanto as pesquisas discutem problemáticas importantes da vida cotidiana. Uma clínica ampliada ou uma clínica sem fronteiras são posições políticas tomadas na direção da inclusão e da assistência às minorias. Nelas se engajam diferentes discursos atravessados por uma ética do desejo ou do bem comum.

No contexto deste livro, deslizam distintas proposições sobre fenômenos emergentes nos dias atuais. O olhar para o adolescente em conflito com a lei ou para posições identitárias e de gênero ou ainda para o modo errante de habitar o mundo e de funcionar psicologicamente indicam o quanto a Psicologia está sendo convocada a responder e a dar conta de questões tão prementes e desafiadoras para o psicólogo clínico. Do mesmo modo, olhar para a gestão ambiental, para mudanças climáticas e para emergências e desastres denotam que a compreensão do humano, dos traumas e sofrimentos psíquicos, do modus operandi do homem tem uma relação estreita com os fenômenos que acontecem no entorno, no ecossistema. Se a condição do homem é de ser pático, ou seja, um ser que sofre porque é afetado por agentes externos, por outro lado, sua presença modifica a natureza, cria a cultura e o campo social. Por isso, não é possível entendê-lo fora dessas interfaces.

A consolidação de 20 anos de trabalho duro, persistente com relação ao tratamento e prevenção de psicopatologias se expressa também nesta publicação que tem como marca a presença de práticas e discursos psicológicos inovadores. Assim, é com alegria que a comunidade que constitui o nosso Programa deseja aos que acessarem esta publicação, que façam uma leitura reflexiva dos textos. Entendemos todo texto é sempre um pré-texto para discussões férteis que servirão de insumos para novas publicações.

Assim, endereçamos ao leitor nossa demanda de interlocução. Se nesta publicação já contamos com alguns convidados que aceitaram o desafio de estar conosco nessa iniciativa de pensar a Psicologia clínica e suas interfaces com o social, nossa expectativa ainda é

maior para um próximo e-book. Ou seja, produzir uma publicação que reflita as interlocuções geradas pelo trabalho intensivo de pesquisa desenvolvido no seio de cada linha de pesquisa no diálogo com outras instituições, com outros Programas.

Edilene Freire de Queiroz*

* Mestre em Antropologia (UFPE). doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) PUC-SP. Pós-doutorado pela Universidade de Aix-Marseille I (2005). Atualmente é professor titular da Universidade Católica de Pernambuco, Membro da Linha de Pesquisa Psicopatologia Fundamental e Psicanálise e do colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica.

Prefácio

Concebido na ocasião da comemoração dos vinte anos do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, este livro, singular em sua iniciativa, é fruto da sensibilidade de três doutorandos de compreender que, para além da situação acadêmica, um doutorado é mais, muito mais do que a redação solitária de uma tese, embora esta seja suficiente para dar sentido a longos e áridos anos de estudo, pesquisa e escrita.

O livro evidencia o quanto a psicologia, enquanto teoria e prática, tem a contribuir com seu olhar, seu compreender e seu cuidar, para o acolhimento de toda situação humana, fazendo-se presente em toda brecha aberta pelo sofrimento. A interface com o social, que convoca o psicólogo para o diálogo e o trabalho colaborativo é, assim mesmo, o lugar em que a psicologia se deixa interrogar pela realidade, sempre nova, com a qual deve lidar. Esta interrogação, para além de uma interlocução, é uma provocação, um imperativo, um desafio a uma renovação contínua, à aquisição de um conhecimento nunca definitivo, de certezas nunca certas, de construtos teóricos cuja firmeza se verifique em sua maleabilidade. Uma psicologia capaz de sair de dentro de suas quatro paredes, sejam elas reais ou mentais. Por isso, o livro não somente reflete as tendências atuais dos estudos e práticas em psicologia, mas mostra o quanto o exercício clínico inquieta o profissional, que não cessa de se questionar sobre essa realidade humana fluida com a qual lida dia após dia.

Os autores abordam temas atuais, candentes, por vezes inéditos em seus acontecimentos, e que pedem, ora rápidos ajustamentos do pensar e obrar clínico, ora uma discussão profunda, reflexiva, que acompanhe sua evolução de forma longitudinal. Utilizam-se de metodologias variadas, cujo âmbito abarca desde a pesquisa bibliográfica até a confrontação da teoria com a realidade clínica, maleando-as para que um sentido novo emergja, contribuindo, de diferentes formas, para a compreensão e a transformação do nosso viver coletivo. Vemos surgir, dessa diversidade, três eixos: a clínica, como pilar e desafio para a psicologia; as questões sociais e identitárias, cuja elaboração pede uma reflexão longitudinal; a contribuição da psicologia nas situações marcadas pela urgência, sejam elas ligadas a problemáticas ambientais, sejam emergenciais, todas elas perpassadas pela necessidade da academia de se renovar em suas metodologias de pesquisa e de ensino.

Por isso, a primeira questão que emerge da leitura do presente livro é se existe um limite, um limiar para a psicologia, para além do qual ela deixe, tanto em sua prática quanto em sua teorização, de ser psicologia. Penso, no entanto, que a interrogação ganha ao ser reformulada em um questionamento acerca de suas fronteiras, tendo em vista que o termo limite, demarcando o que não se deve ultrapassar, faz jus a uma proibição implícita. Já uma fronteira estabelece uma demarcação entre o lugar onde uma identidade termina e outra inicia. Portanto, uma fronteira não é só um limite, senão o lugar de todos os possíveis, onde

cada um pode interagir com o outro sem deixar de ser si mesmo. Uma fronteira possibilita interfaces, ou seja, relações entre duas faces. Melhor ainda, entre duas alteridades, face a face.

Isso não significa pensar a clínica ampliada como uma clínica sem fronteiras, já que as fronteiras são precisamente o lugar onde o diálogo e a ação conjunta são possíveis. Interrogome, então, sobre a necessidade do uso do termo “ampliada”. Se as fronteiras do exercício da psicologia são sua possibilidade de encontro com o radicalmente outro, vemos que o termo “ampliada” aponta para o fato de que a clínica psicológica possui, sim, limites, estabelecidos por instâncias guardiães do bem obrar, quer sejam elas simbólicas, como a figura totêmica do fundador ou a sacrossanta tradição, quer estejam ancoradas em um contexto legislativo, por meio de instituições reguladoras e zelosas de seu poder de decidir entre o certo e o errado. Nesse sentido, o termo “ampliada” aponta para o esforço contínuo dos psicólogos clínicos em estender os limites de seu campo de ação e reflexão.

Adriano de Sousa Barros e Ana Lúcia Francisco, evidenciando o aspecto rizomático da clínica ampliada, nos ajudam a enxergar a prática psicológica enquanto política pública, concepção de ser humano, paradigma teórico e método de intervenção. Em seu texto, os autores colaboram para a compreensão da clínica ampliada, que, quando obra para a promoção e a prevenção em saúde, se delinea como clínica psicológica política e engajada frente ao saber-poder biomédico. Mas se a dialética limite/fronteira se evidencia dentro do contexto da interface com o social, ela não deixa de desafiar aqueles que praticam a psicoterapia ou a psicanálise em consultório. Assim, o psicanalista Ivo de Andrade Lima Filho, a partir da articulação entre sua experiência clínica e as noções de fronteira, limite, letra e errância, destrincha as particularidades do sofrimento de seus jovens pacientes, evidenciando as criativas e inventivas estratégias desses adolescentes como respostas ao seu próprio mal-estar. Também refletindo sobre o sofrimento de nossos jovens, mais especificamente sobre a violência que dele decorre, Alana Magda Carneiro dos Santos, Walquiria Gomes de Melo da Silva e Rebeka de Paula Gomes da Silva, visando favorecer o entendimento acerca dos atos de adolescentes em conflito com a lei, articulam o conceito winnicottiano de potencial de saúde com dados qualitativos para questionar se o agir violento desses jovens, vistos socialmente como “marginais”, não poderia ser lido pelas instituições socioeducativas como sinal de esperança.

Dentre as temáticas identitárias atuais, encontram-se as questões ligadas ao gênero. Edgley Duarte de Lima, Eva Maria Lins Silva, Maria Consuelo Passos e Edilene Freire de Queiroz se interrogam acerca das possibilidades de interlocução entre as teorias de gênero e a psicanálise. Em um primeiro texto, Lima, Silva e Passos revisitam o conceito de pulsão na obra de Freud e Lacan, de forma a verificar possíveis articulações teóricas com as questões de gênero, para embasar sua reflexão sobre uma prática psicanalítica que não se ausente de tais questões. Convocam assim a psicanálise a testemunhar em favor das invenções identitárias

singulares, contra todo sistema de opressão e normatização. Prosseguindo nessa linha, Lima, Silva e Queiroz questionam as possíveis articulações entre Lacan e Butler, evidenciando que as questões ligadas ao gênero podem ser entendidas como se tratando de pluralidades subjetivas da relação do sujeito com seu desejo. Mostram que o saber butleriano, o qual considera o corpo flexível, múltiplo, que carrega a influência da heterossexualidade compulsória, não se distancia muito da perspectiva lacaniana.

Chegamos, então, às questões ligadas à emergência e às catástrofes. O que pode a psicologia em um contexto de urgência? Hediany de Andrade Melo e Eduardo Breno Nascimento Bezerra nos convidam a pensar as práticas psicológicas durante o brote pandêmico da COVID-19, como ações alinhadas ao contexto da Psicologia das Emergências e Desastres, tendo em conta seus impactos psíquicos, para além dos fisiológicos. Desamparo, pânico e ansiedade, medo, perdas, estresse, angústia, mudança de hábitos, entre outros, caracterizam a vivência do sujeito durante a emergência, convocando o psicólogo à ação.

Dentro de outra configuração, mas intimamente ligado ao fator urgência, encontram-se as questões ligadas à gentrificação e ao meio-ambiente. Dois textos contribuem para um melhor entendimento da psicologia ambiental. O primeiro, assinado por Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira e Suely de Melo Santana, mostra que a pesquisa em psicologia, em sua vertente social-cognitiva banduriana, pode contribuir para a compreensão dos comportamentos humanos, de forma a promover comportamentos de proteção pró-ambiental e, assim, ser aplicada à gestão e às políticas públicas ambientais. O segundo, de Fernanda Blanco Vidal, se baseia na sua experiência de ensino da psicologia ambiental no City College da City University of New York. Considerando a importância do lugar nos nossos processos de subjetivação, a autora convida o/a leitor/a, mais especificamente o docente em psicologia, a pensar as relações entre subjetividade e espaço em contextos de crises ambientais e deslocamentos forçados, provocados por gentrificação ou por mudanças climáticas.

Como disse mais acima, todas essas questões são perpassadas pela necessidade de autoquestionamento e de renovação da academia. Como exemplo desse questionamento, encontra-se o lugar do pensamento latino-americano nas teorias ensinadas. Nesse sentido, Ítala Daniela da Silva e Fagner Emanuel Silva interrogam a construção da grade curricular das instituições de ensino brasileiras, apontando para a onipresença das teorias norte-americanas e europeias, e indagam as razões da escassa articulação crítica dessas teorias com a nossa realidade latino-americana e brasileira. Evidenciam que a construção de práticas psicológicas críticas no cenário brasileiro não pode prescindir de teorias originadas em seu próprio solo.

Esperando ter dado ao leitor vontade de percorrer o conteúdo deste livro, gostaria de concluir este prefácio parabenizando Adriano de Sousa Barros, Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira e Rebeqa de Paula Gomes da Silva, que levaram a cabo, com profissionalismo e dedicação, sua concepção e editoração. Por ter sido testemunha de sua determinação e

empenho, sinto alegria e orgulho por terem alcançado seu objetivo, oferecendo ao leitor textos redigidos por discentes e docentes engajados em fazer da clínica psicológica uma prática sempre em diálogo com nossa realidade sócio-política, ambiental e cultural.

Véronique Donard**

** DESS e Doutorado em Psicopatologia clínica (Psicose e Estados-limites) pela Universidade Paris Diderot-Paris 7. Pós-doutorado pela UNICAP. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco.

Autoras & Autores

Adriano de Sousa Barros – Mestre em Sociologia (UFPB), Psicoterapeuta, Psicólogo Organizacional (UEPB). Atualmente, doutorando em Psicologia Clínica (UNICAP) e professor da graduação e da pós-graduação da UNIFACISA Centro Universitário, onde leciona Psicologia em Saúde.

Alana Magda Carneiro dos Santos – Graduada em Psicologia (Centro Universitário Estácio). Atualmente, psicóloga no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) na área da Psicologia Social. Possui experiência como estagiária na área de Psicologia do Trânsito (2014).

Ana Lúcia Francisco – Doutora Psicologia Clínica (PUC-SP), Mestre Psicologia Clínica (PUC-RJ), Psicóloga, Psicoterapeuta. Atualmente, Professora Titular do curso de graduação e pós-graduação em Psicologia Clínica da UNICAP. Autora dos livros: *Psicologia Clínica: prática em construção e desafios para a formação*. Curitiba: CRV, 2012; e, *Instituições e Dispositivos Institucionais*. Curitiba: Appris, 2017.

Eduardo Breno Nascimento Bezerra – Mestre em Psicologia Social (UFPB), Psicólogo (UEPB) e Doutorando em Psicologia (UFRN). Atualmente, professor do curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins.

Edilene Freire de Queiroz – Mestre em Antropologia (UFPE). doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) PUC-SP. Pós-doutorado pela Universidade de Aix-Marseille I (2005). Atualmente é professor titular da Universidade Católica de Pernambuco, Membro da Linha de Pesquisa Psicopatologia Fundamental e Psicanálise e do colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica.

Edgley Duarte de Lima – Mestre em Psicologia (UFPE), Psicólogo Clínico/Psicanálise CRP 13/6973. Doutorando em Psicologia Clínica (UNICAP). Atualmente, professor do curso de Psicologia – FIP/Campina Grande.

Eva Maria Lins Silva – Mestre em Psicologia (UNICAP), Psicóloga Clínica/Psicanálise.

Fagner Emanuel Silva – Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca, Voluntário no Projeto de Extensão em Saúde Mental (Unifavip), membro do Grupo de Estudo: Práticas Psicológicas Fenomenológicas (Unifavip).

Fernanda Blanco Vidal – Mestre em Ciências Sociais (UFBA), Psicóloga Social (UFBA), autora do livro *Saudade sim, tristeza não – Psicologia, Memória Social e Deslocamentos Forçados*, publicado pela Edufba. Atualmente, doutoranda em Psicologia Ambiental pela CUNY (City University of New York).

Hediany de Andrade Melo – Mestre em Psicologia (UFPA). Doutoranda em Psicologia pela Universidade de Salamanca (USAL) /Espanha, na linha de pesquisa: Personalidade, Evolução e Tratamento Psicológico.

Itala Daniela da Silva – Mestre em Psicologia Clínica (UNICAP), Especialista em Moderna Educação (PUCRS), Bacharela em Psicologia (Unifavip), Bacharela em Teologia (FAFICA).

Atualmente, doutoranda em Psicologia Clínica (UNICAP), Psicóloga e Supervisora Clínica na Lírios Centro de Psicologia e Professora conteudista freelancer da Sagah e Docom.

Ivo de Andrade Lima Filho – Doutor em Linguística (UFPE), Psicanalista e associado ao Círculo Psicanalítico de Pernambuco, membro do Laboratório de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise. Atualmente, Professor Associado do Departamento de Terapia Ocupacional da UFPE.

Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira – Doutoranda, Psicologia UNICAP. Estágio doutoral (CAPES), City University of New York. Master of Laws, Georgetown University. Mestre em Direito, Universidade Lusíada de Lisboa. Advogada da União, Câmara Nacional de Sustentabilidade/AGU. Autora e Palestrante em Direito, Gestão e Psicologia Ambientais.

Maria Consuêlo Passos – Possui licenciatura em Psicologia pela Faculdade de Filosofia do Recife (1973), formação em Psicologia pela Faculdade de Filosofia do Recife (1973), mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1980) e doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991).

Rebeka de Paula Gomes da Silva – Possui Licenciatura em Psicologia (2009) e Graduação em Psicologia (2010) pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO), Mestrado em Psicologia Clínica (2013) pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Atualmente, é bacharelanda em Filosofia (2013) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutoranda em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), na linha de pesquisa de Psicopatologia Fundamental e Psicanálise (2017).

Suely de Melo Santana – Doutora em Psicologia (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto – PT), Psicóloga e Mestre em Psicologia Cognitiva. Atualmente, Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, onde é membro do Laboratório de Família, Interação Social e Saúde.

Walquiria Gomes de Melo da Silva – Graduada em Psicologia (Centro Universitário Estácio). Possui experiência em Psicologia Social no Lar Fabiano de Cristo (2015) e na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE)

Por uma clínica política: uma revisão acerca das concepções da clínica ampliada

Adriano de Sousa Barros

Ana Lúcia Francisco

Introdução

A predominância do modelo biomédico na atenção em saúde é resultado de um processo histórico influenciado pelo positivismo enquanto paradigma científico, reforçado não só pela dicotomia cartesiana mente-corpo, como também pela posição assumida pela engrenagem hospitalar enquanto centro especializado em saúde. Nesse caminho, não podemos deixar de mencionar o papel exercido pela medicina enquanto saber-poder, a qual gerencia os dispositivos que vão organizar, classificar e falar oficialmente sobre saúde e doença (Forte, 2011).

A concepção biomédica, então, considera a saúde enquanto ausência de doença, priorizando as desordens orgânicas e seus sintomas. Perspectiva que incide sua intervenção sobre as alterações anatomopatológicas, desconsiderando o sujeito que sofre.

Em outro caminho, destacamos a concepção de Morin (1990) no que se refere à Teoria do *pensamento complexo*, na qual é possível considerar concomitantemente a unidade e a diversidade, os antagonismos e as complementaridades dos chamados “processos planetários”, abrindo caminho para se pensar além do positivismo. A releitura destes processos enquanto “processos de saúde” possibilita uma reflexão sobre a descoberta de uma unidade na diversidade de objetos e olhares que abarcam o fenômeno saúde-doença, considerando as concepções múltiplas que coabitam ou coexistem neste campo (Almeida Filho, 2006).

Nesta perspectiva, a concepção dinâmica de sujeito tem ganhado espaço no debate em saúde, a exemplo da emergência das noções de **fatores de risco** (foco no campo da prevenção) e **condições de vida** (foco na qualidade de vida). Tais constructos ampliam o entendimento sobre saúde, destacando o adoecimento potencial da superestrutura social enquanto tensão público-privado, com destaque para as conjecturas sociais, econômicas e ambientais que transpassam tal concepção (Ferreira Neto & Kind, 2011).

No Brasil, a perspectiva da promoção e prevenção em saúde emerge por meio das políticas públicas após a abertura democrática, consolidada no final dos anos de 1980, com destaque para o surgimento do Sistema Único de Saúde - SUS. Mais adiante, em 2003, com a propositura teórico/prática da Clínica Ampliada defendida no Plano Nacional de Humanização - PNH (Brasil, 2003), a perspectiva da promoção e prevenção em saúde perpassa as ações que se propuseram intervir no âmbito dos usuários, profissionais e gestores da saúde, com destaque para as diretrizes de: acolhimento, gestão participativa e cogestão, ambiência, valorização do trabalhador, defesa dos direitos dos usuários e clínica ampliada e partilhada (Oliveira, 2010).

Este modelo de clínica política e engajada se apresenta enquanto território engendrado por discursos, visões de mundo e de ser humano, técnicas, normas de conduta e produção de subjetividades, permeado por uma ética, uma política e uma estética peculiares (Francisco,

2012). Em outras palavras, um conjunto de dispositivos¹ que permitem, de modo estratégico, a possibilidade de intervenções no campo da promoção e da prevenção em saúde.

A clínica ampliada e seus dispositivos são gestados em um campo problemático transversalizado por linhas duras, representadas pelo caráter instituído das políticas públicas de saúde, e por linhas flexíveis, emergentes nas práticas difusas do campo instituinte do dia a dia dos serviços de saúde. Este aspecto rizomático (Guattari, 1985) da clínica ampliada, transmutada em uma rede de relações que a mantém tanto por referências fixas quanto por mobilizações desviantes, produz a heterogeneidade discursiva presente no aparato legal e no desenvolvimento de práticas de intervenção; nas medidas de controle governamental; nos enunciados sobre humanização em saúde; e, por fim, na tentativa de construção de uma clínica com engajamento político frente ao saber-poder biomédico.

Neste terreno analítico, portanto, situamos o presente texto, o qual objetiva analisar as concepções de Clínica Ampliada emergentes nas produções científicas brasileiras. A relevância deste estudo passa pela necessidade de uma compreensão acerca dos usos que a concepção de clínica ampliada vem assumindo nos últimos anos, considerando questões éticas, estéticas e políticas que interferem e gestam seu *modus operandi*. Além disso, esperamos também ampliar o entendimento sobre as linhas que constituem a clínica ampliada enquanto política pública, concepção de ser humano, paradigma teórico e método de intervenção.

Método

Para a construção do presente texto, foi realizada uma pesquisa em formato de revisão de literatura, construída a partir de produções indexadas nas bases de dados Scielo e LILACS, acessadas por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS - Brasil). Nossa análise partiu de uma perspectiva qualitativa, utilizando-se a Análise Temática – AT (Souza, 2019) como base metodológica para o trabalho com os dados. A escolha deste método nos proporcionou organizar e descrever os dados, detectando os padrões (temas) que se repetem, possibilitando apresentá-los em categorias de síntese que representam as concepções de clínica ampliada identificadas no estudo.

O levantamento das produções acadêmicas estudadas foi realizado tendo como descritor o binômio **Clínica Ampliada**², desenvolvendo-se a partir das seguintes etapas:

1. Acesso à BVS-PSI e inclusão do descritor;
2. Verificação das ocorrências geradas somando as da Scielo e da LILACS, o que totalizou 138 trabalhos entre artigos, teses, dissertações, livros e monografias;
3. Aplicação dos critérios de inclusão, explicados adiante, chegando-se a um descarte de 60

¹ O termo dispositivo é aqui utilizado na perspectiva proposta por Foucault (1999), que o caracteriza como: 1. Conjunto heterogêneo (linguístico e não linguístico) que inclui discursos, instituições, edifícios, medidas policiais etc., sendo, enfim, a rede entre estes elementos; 2. possui uma função estratégica inscrita em uma relação de poder; e, 3. Resulta do cruzamento entre relações de poder e saber. O dispositivo se localiza e emerge, portanto, a partir do emaranhado destes elementos.

² Descritor extraído da Terminologia em Psicologia. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/cgi-bin/wxisl660.exe/iah/>

- textos a partir da leitura do título, do resumo e das palavras-chave;
4. Organização dos 78 textos selecionados em planilha Excel©, classificando-os por ano de publicação, título, autor, resumo, palavras-chave e concepção de clínica ampliada;
 5. Elaboração das categorias emergentes enquanto concepção de clínica ampliada, classificando-as em: política pública, concepção de ser humano, paradigma teórico e método de intervenção.

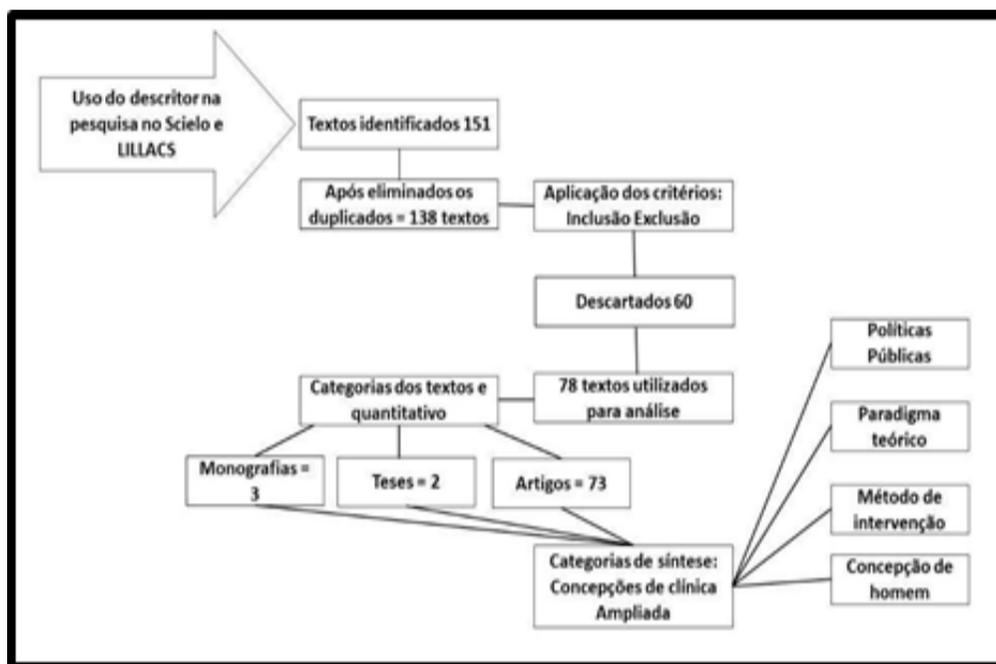


Figura 1. Fluxograma da revisão de literatura.

A seleção dos textos tomou como base o período de 1999 a 2017 e adotou os seguintes critérios de inclusão: apresentar o conceito ou uma concepção de Clínica Ampliada; produções em língua portuguesa no Brasil; e serem textos oriundos de pesquisas de campo, objetivando identificar a articulação do conceito nas práticas em saúde. Enquanto critérios de exclusão: textos que apenas citavam o descritor “clínica ampliada” sem que remetesse a este conceito; textos resultantes de pesquisas bibliográficas; e acima de 20 anos de publicação.

Concepções acerca da clínica ampliada: vislumbrando a literatura

As produções que discutem a Clínica Ampliada começam a ser identificadas, segundo o recorte temporal deste estudo, a partir no final da década de 1990, atingindo seu ápice entre os anos de 2009 e 2014 (Figura 2), movimento facultado pelo lançamento do Humaniza SUS³, em 2003, e que pode ter potencializado o espaço de discussão frente ao campo da Clínica Ampliada, tendo como mote o discurso governamental balizado pela política pública em ação naquele momento.

³ Termo utilizado nas cartilhas do Ministério da Saúde objetivando popularizar a PNH (Brasil, 2003)

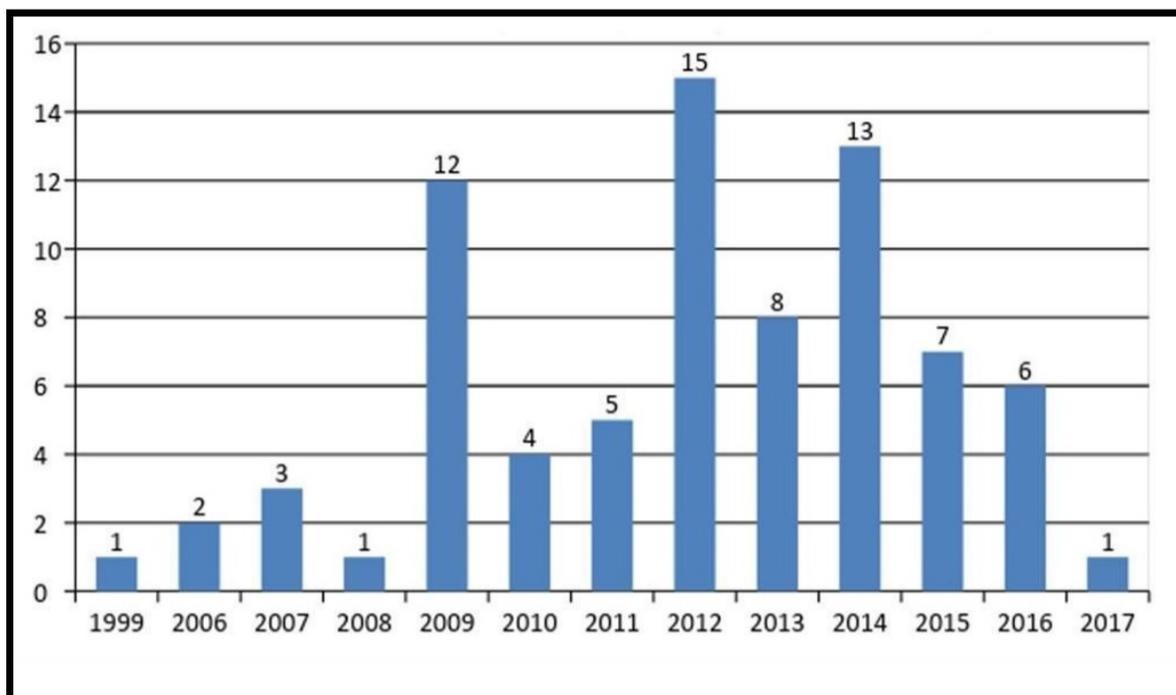


Figura 2. Visão temporal das publicações sobre clínica ampliada.

O primeiro texto identificado que versa sobre Clínica Ampliada, ainda enquanto concepção ligada à medicina social, foi o artigo publicado por Campos (1999) na revista digital *Cadernos de Saúde Pública*. Em seu texto o autor trata do termo enquanto espaço de expansão dos saberes, responsabilidades e práticas em saúde, direcionando sua análise à necessidade de uma formação na área da Medicina que levasse o estudante a pensar de modo mais dinâmico e socialmente crítico.

Em outra direção, os artigos publicados entre os anos 2006 e 2017 relacionam diretamente a Clínica Ampliada com o ambiente das políticas públicas de Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica⁴ e humanização no SUS, ocorrendo um significativo crescimento de produções entre 2009 e 2013 (Lins, Oliveira & Coutinho, 2009; Hainz & Costa-Rosa, 2009; Alves & Francisco, 2009; Campos & Melo, 2011; Mitsue et al, 2012).

Este ambiente de alta produção, oportunizado pelas propostas progressistas dos governos da época, é seguido pela queda nas publicações a partir de 2015, enquanto possível reflexo da crise política que assola o país desde então, em concomitante desmonte das políticas públicas em saúde (Gallass et al, 2014; Bento et al., 2015; Raimundi et al., 2016). Neste contexto, as políticas governamentais se apresentam com viés mais conservador e reacionário no campo da saúde, a exemplo do resgate do discurso higienista e da valorização do modelo hospitalocêntrico no tocante à saúde mental, com destaque aqui para a Nota

⁴ A Reforma Psiquiátrica é marcada pela promulgação da Lei 10.216/2001. Este ambiente político de conquista de direitos para os usuários da saúde mental pode ter influenciado as publicações que tratam da Clínica Ampliada, na medida em que este modelo de intervenção dialoga com a proposta da Reforma. (Brasil, 2001).

Técnica Nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS⁵, na qual a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) passa a incentivar o aumento dos leitos em hospitais psiquiátricos dentro do padrão asilar de intervenção.

A concepção de Clínica Ampliada aparece fortemente atrelada, então, às produções no campo da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e da humanização no SUS, fato reforçado pelo grande número de produções da Psicologia, seguida pela Saúde Coletiva e pela Enfermagem (Tabela 1). Chama atenção a baixa produção em outras áreas como Nutrição, Odontologia e Medicina; no caso desta última, especificamente, tal situação pode relacionar-se à crítica feita pelo paradigma que norteia a Clínica Ampliada quanto aos dispositivos de saber-poder legitimados na supremacia do ato médico.

Tabela 1.

Áreas e subáreas das publicações estudadas

Área	Quantitativo	Subárea⁶
<i>Psicologia</i>	<i>43</i>	<i>Psicoterapia, Dependência Química, Formação, Saúde Mental, Gestalterapia, Sociodrama, Educação, Psicanálise.</i>
<i>Saúde Coletiva</i>	<i>22</i>	<i>Atenção Básica, Saúde da Família, Saúde do Homem, Matriciamento, Saúde do Trabalhador, Bioética.</i>
<i>Enfermagem</i>	<i>06</i>	<i>Atenção Básica, Reabilitação, Dependência Química, Dor.</i>
<i>Educação Física</i>	<i>02</i>	<i>Práticas Corporais e Cuidado, Formação profissional.</i>
<i>Terapia Ocupacional</i>	<i>01</i>	<i>Contexto Hospitalar,</i>
<i>Medicina</i>	<i>02</i>	<i>Formação Profissional.</i>
<i>Nutrição</i>	<i>01</i>	<i>Atenção nutricional e matriciamento.</i>
<i>Odontologia</i>	<i>01</i>	<i>Atuação multiprofissional.</i>
Total	78	

Fonte: Pesquisa sistemática, 2017/2018.

⁵ “O Ministério da Saúde passa a expandir os leitos qualificados em Hospitais Gerais, dentro de Unidades Psiquiátricas Especializadas. Além disso, após nove anos, o valor pago pelas internações em Hospitais Psiquiátricos foi atualizado, medida que visa garantir atendimento adequado nas internações indicadas. O Hospital Psiquiátrico, incluído na RAPS, deve ser modernizado e seguir protocolos e padrões modernos vigentes. Vale ressaltar que a desinstitucionalização dos pacientes moradores de Hospitais Psiquiátricos continua sendo incentivada pelo Governo Federal, que não entende esses Serviços como locais de moradia de pacientes. Entretanto, a desinstitucionalização não será mais sinônimo de fechamento de leitos e de Hospitais Psiquiátricos”. (Brasil, 2019)

⁶ As subáreas foram construídas levando em consideração a linha temática a qual o trabalho se voltara, área do periódico e a formação do autor, por exemplo: Raimundi, et al. (2016) Área: Enfermagem; Subárea: Atenção Básica.

Percebe-se que as concepções de Clínica Ampliada destacadas nesses trabalhos revelam um modo peculiar de promover saúde, uma estética que oferece forma e contorno ao manejo de sua intervenção; valores e ideais de ser humano que dinamizam e instituem a crítica social, numa ética que norteia e questiona o saber-fazer (Murta & Marinho, 2009); e questões que envolvem a posição privilegiada ocupada por algumas áreas da saúde, em uma política que interroga o que institui o ser humano enquanto ator de sua história (Machado, Vasconcelos & Melo, 2012).

A partir da Análise Temática realizada, apresentaremos adiante as concepções de Clínica Ampliada que foram sintetizadas e categorizadas como: política pública; paradigma teórico; concepções de ser humano; e método de intervenção. Esta exposição, meramente didática, visa proporcionar ao leitor uma perspectiva geral daquilo que tem predominado no campo da literatura investigada, podendo revelar uma teia de significados, discursos e práticas de saber-poder.

- **Políticas públicas**

Clínica Ampliada descrita como veículo de atuação do PNH/SUS, dispositivo de gestão democrática, interdisciplinar, intersetorial enquanto enfrentamento ao sofrimento psíquico e valorização do vínculo. Neste caminho, ao valorizar os espaços coletivos, esta perspectiva volta-se à gestão do cuidado integral e humanizado com foco na promoção da saúde, vulnerabilidade e autonomia dos usuários. Emergindo da Estratégia de Saúde da Família – ESF, este modelo de clínica valoriza determinantes sociais e dados epidemiológicos, produzindo um referencial em Saúde Coletiva que respeita os saberes técnico e popular. Enfim, a síntese proposta entre a clínica individualizante, a saúde pública e a gestão promove sua função integradora e ampliada, o que a constitui enquanto estratégia de política pública que problematiza os processos subjetivos (Ribeiro & Goto, 2012; Favoreto, 2007; Hayacibara et al, 2012).

- **Paradigma teórico**

A Clínica Ampliada é apresentada tendo como base as ideias da Psiquiatria Democrática Italiana, proposta que buscou romper com o modelo tradicional de clínica (individualizada) e introduziu a dimensão ético-política do cuidado. Neste paradigma valoriza-se o viés socioambiental, comunitário e educativo enquanto caminho de promoção de saúde, de superação da dicotomia indivíduo/sociedade (público/privado) e da concepção de saúde/doença. Enfim, Clínica Ampliada como lugar do diálogo entre os saberes que falam do sofrimento, uma interface entre política e processos de subjetivação fabricados no campo da coletividade e da intersubjetividade (Oliveira et al, 2015. Santos, 2006; Bonfada et al, 2012).

- **Método de intervenção**

O aspecto interventivo da Clínica Ampliada é apresentado enquanto promoção e prevenção em saúde (foco no sujeito e não na doença). Baseada na abordagem institucional/grupal, constitui-se como transdisciplinar e multiprofissional, conectando a psicoterapia

individual às demandas sociais. Desta forma, a ação em saúde se volta à construção de laços sociais que interfiram positivamente, utilizando-se da construção coletiva no projeto terapêutico singular que considera a redução de danos, a reabilitação e os cuidados paliativos, atento às diversas formas de vulnerabilidade. Nesta direção, a Clínica Ampliada se constitui enquanto prática psicossocial e comunitária em saúde mental, com projeto construído conjuntamente com o usuário, desenvolvendo-se, ainda, como instrumento para gestores e profissionais diante das complexidades humanas; uma intervenção, enfim, voltada à integralidade e à universalidade, bem como aos saberes instrumentalizados para respostas singulares (Souza & Carvalho, 2012; Cambuy & Amatuzzi, 2012; Moliner & Lopes, 2013).

Clínica Ampliada é apresentada nestes textos enquanto espaço de promoção de saúde via matriciamento, proporcionando enquadres clínicos diferenciados com foco na abordagem grupal através de um setting terapêutico flexível e móvel. Este modelo de intervenção em saúde considera a vida do sujeito que sofre em toda sua complexidade, buscando a construção de práticas terapêuticas ancoradas na transdisciplinaridade e no trabalho em rede.

- **Concepção de ser humano**

O indivíduo é concebido na Clínica Ampliada enquanto sujeito coletivo, discursivo, complexo, singular e conjectural, constituído por uma subjetividade forjada na dinâmica sócio-histórica. Neste sentido, constrói-se uma perspectiva de usuário concebido como sujeito autônomo e deslocado da doença/sintoma (quadro nosográfico), superando-se estereótipos de passividade e de sofrimento e de compreensão de sujeito apenas como um fenômeno individual (Diógenes & Pontes, 2016; Baade & Bueno, 2016; Mendes & Carvalho, 2015).

O entrecruzamento destas concepções, agrupadas em políticas públicas, paradigma teórico, método de intervenção e concepção de ser humano compõe o conjunto de dispositivos que dão corporeidade política à Clínica Ampliada. Este mapa dinâmico e inacabado nos fornece uma visão sobre o caminho, um tanto subversivo, que esta clínica política se propõe, dando subsídio para a construção do que realmente seria a promoção e a prevenção em saúde.

Esta análise nos permitiu vislumbrar, dentro dos limites deste estudo, uma perspectiva acerca dos elementos que perpassam a compreensão deste modelo de clínica. O qual constitui, através de sua concepção de ser humano e de saúde, um lugar de intervenção que oferece espaço de fala aos usuários e seus processos subjetivos, os quais buscam passagem e reconhecimento.

Considerações finais

A discussão que norteou este texto buscou analisar as linhas que se entrecruzam na formação e uso das concepções de Clínica Ampliada, emergentes na literatura aqui estudada. Tais concepções aqui sintetizadas (visão de ser humano; paradigma teórico; método de intervenção; e, políticas públicas), revelam a existência de linhas flexíveis que põem à vista as limitações do paradigma biomédico em saúde.

Tal processo é perceptível na atenção dada pelos autores estudados aos aspectos

dinâmicos que constituem o processo saúde-doença, ensaiando um discurso interdisciplinar e psicossocial. Este movimento é perceptível na predominância de temas como: promoção e prevenção em saúde, enfrentamento à vulnerabilidade social e empoderamento dos usuários dos serviços de saúde, revelando uma posição política assumida por esta clínica que busca se ampliar.

Por fim, mesmo diante das limitações desse estudo, esperamos que o mesmo tenha contribuído no debate em torno desta clínica em construção - engajada e com viés político - detentora de um devir criador. Sobretudo no momento histórico atual, no qual vivemos um desmonte da atenção básica e dos programas e projetos que possuem tal viés: um desafio para futuras pesquisas!

Referências

- Almeida Filho, N. (2006). A saúde e o paradigma da complexidade. *Cadernos IHU*. 15(4), 04-47.
- Alves, E. S., & Francisco, A. L. (2009). Ação psicológica em saúde mental: uma abordagem psicossocial. *Psicol. cienc. prof.* 4 (29), 768-779.
- Baade, R. T. W. & Bueno, E. Co-construção, da autonomia do cuidado da pessoa com diabetes. *Comunicação Saúde Educação*, 20(59), 941-51.
- Bento, L. M. et al. (2015). Humanização e processo de trabalho em Reabilitação. *Revista Baiana de Enfermagem*, 1(29), 68-75.
- Bonfada, D. et al. (2012). A integralidade da atenção à saúde como eixo da educação tecnológica dos serviços. *Ciências da Saúde Coletiva*. 17(2), 555-560.
- Brasil, (2019). *Nota Técnica N° 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. [Web Page]. Retirado de: <http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>
- Brasil, (2003). *Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização*. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização, Brasília.
- Brasil, (2001). *Lei No 10.216, de 6 de Abril de 2001*. [Web Page]. Retirado de: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm
- Campos, G. W. S. (1999). Educação médica, hospitais universitários e o Sistema Único de Saúde. *Cad. Saúde Pública*, 15(1), 187-193.
- Campos, I. F., & Melo, M. R. A. C. (2011). Assistência em enfermagem na perspectiva da clínica ampliada em unidade de terapia intensiva. *Rev. Gaúcha de Enferm.* 1 (32), 89-193.
- Camby, K., & Amatuzzi, M. M. (2012). Experiências Comunitárias: Repensando a clínica psicológica no SUS. *Psicologia & Sociedade*. 24(3), 674-683.
- Diógenes, J., & Pontes, R. J. S. (2016). A Atuação do Psicólogo na Estratégia Saúde da Família: Articulações Teóricas e Práticas do Olhar Gestáltico. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 1(36), 158-170.
- Favoreto, C. A. O. (2007). *A narrativa na e sobre a clínica na Atenção Primária: uma reflexão*

sobre o modo de pensar e agir dirigido ao diálogo, à integridade e ao cuidado em saúde.

Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

- Ferreira Neto, J. L., & Kind, L. (2011). *Promoção de Saúde – práticas grupais na estratégia de Saúde da Família*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Fapemig.
- Forte, L. (2011). Clínica da Saúde e Biopolítica. In Albuquerque Júnior, D. M., Veiga Neto, A., & Souza Filho, A. (Orgs.), *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Foucault, M. (1999). *Microfísica do poder*. (14a ed. R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Francisco, A. L. (2012). *Psicologia Clínica: prática em construção e desafios para a formação*. Belo Horizonte: CRV.
- Gallass, C. V. et al (2014). Atenção domiciliar na atenção primária à saúde: uma síntese operacional. *ABCS Health Sci.* 39(3), 177-185.
- Guattari, F. (1985). *A Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.
- Hainz, C. G., & Costa-Rosa, A. (2009). A oficina terapêutica como intercessão em problemáticas de sujeitos constituídos por forclusão. *Psicol. estud.* [online]. 2009, vol.14, n.2, 405-412.
- Hayacibara, M. F. et al. (2012). Experiência de Clínica Ampliada em odontologia na Universidade Estadual de Maringá. *Revista Brasileira de Educação Médica.* 36(1-2), 178-183.
- Lins, C. E., Oliveira, V. M., & Coutinho, M. F. (2009). Clínica ampliada em saúde mental: cuidar e suposição de saber no acompanhamento terapêutico. *Ciênc. saúde coletiva*, 1(14), 195-204.
- Machado, D. O. Vasconcelos, M. F. F., & Melo, A. R. (2012). O corpo como fio condutor para ampliação da clínica. *Polis e Psique*, 1(2), 147-170.
- Mendes, V. M., & Carvalho, Y. M. (2015). Sem começo e sem fim ... com as práticas corporais* e a Clínica Ampliada. *Comunicação Saúde Educação.* 19(54), 603-13.
- Mitsue, F. H., et al (2012). Experiência de clínica ampliada em odontologia na Universidade Estadual de Maringá. *Rev. bras. educ. med.*, 1(36), 178-183.
- Moliner, J., & Lopes, S. M. B. (2013). Saúde mental na atenção básica: possibilidades para uma prática voltada para a ampliação e integralidade da saúde mental. *Saúde e Sociedade*, 4(22), 1070-1083.
- Morin, E. (1990). *Introduction à la pensée complexe* [Introdução ao pensamento complexo] Paris: Ed. Du Seuil.
- Murta, S. G., & Marinho, T. P. C. M. (2009). A clínica ampliada e as políticas de Assistência Social: uma experiência com adolescentes no Programa de Atenção Integral à Família. *Rev. Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas*, 1(1), 58-72. Retirado de: <http://www.crp09.org.br/portal/images/links/repispp/v1n1a4.pdf>

- Oliveira, O. V. M (2010). *Humaniza SUS: o que é e como implementar*. Secretaria de Atenção Básica. Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde.
- Oliveira, B. N. et al (2015). Saúde do homem na Atenção Primária à saúde: reflexões acerca da multiplicidade de olhares na avaliação corporal. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 3(38), 751-759.
- Raimundi, M. D. et al. (2016). Análise de uma Clínica da Família, visão dos enfermeiros do serviço. *Rev. Esc. Enferm. USP*, 50(n.esp), 130-138.
- Ribeiro, M. E., & Goto, T. A. (2012). Psicologia no Sistema Único de Assistência Social: Uma Experiência de Clínica Ampliada e Intervenção em Crise. *Rev. Interinst. Psicol.* 1(5), 84-194.
- Santos, M. M. S. (2006). *A clínica no contexto da reforma psiquiátrica: uma proposta ético-estético-política*. Monografia, Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, Brasil.
- Souza, L. K. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51-67.
- Souza, T. P., & Carvalho, S. R. (2012). Reduzindo danos e ampliando a clínica: desafios para a garantia do acesso universal e confrontos com a internação compulsória. *Polis e Psique*. 3(2), 37-58.

Contribuições da teoria social cognitiva à gestão ambiental

Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira

Suely de Melo Santana

Introdução

Em tempos de mudanças climáticas, a pesquisa em Psicologia pode contribuir para a compreensão dos comportamentos humanos, na direção da promoção dos comportamentos de proteção pró-ambiental (Clayton & Howard, 2009). A Teoria Social Cognitiva (TSC), de Albert Bandura, possui contribuições em políticas públicas específicas, tais como na saúde (Bandura, 2004), nos direitos da mulher e no controle populacional (Bandura, 2006). Bandura, ele mesmo, escreveu sobre esses temas e também sobre o controle populacional, relacionando-o à problemática ambiental (Bandura, 2002).

Nos últimos anos, tem-se observado, na literatura, uma ampliação da utilização da TSC aplicada à gestão e às políticas públicas ambientais. Entretanto, tal fato ocorre em trabalhos isolados, sem que haja demonstração e análise da importância e abrangência dessas pesquisas e, por conseguinte, da aplicação da TSC na promoção de comportamentos pró-ambientais. Desse modo, o objetivo deste artigo é contribuir para minimizar essa lacuna.

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, na qual são analisados artigos empíricos publicados nos últimos dez anos, que utilizam a TSC para entender e promover mudanças comportamentais em questões específicas de gestão ambiental, a fim de melhorar as políticas públicas nessas áreas. Para tanto, apresentaremos uma visão geral da TSC e, em seguida, abordaremos a representatividade das questões ambientais nos diversos países abrangidos pelos estudos, bem como teceremos uma breve discussão sobre seus resultados.

Método

Esta revisão foi realizada em três bases de dados – Med Line, Scopus e Science Direct. A pesquisa foi conduzida de dezembro, 2018 a fevereiro, 2019. Os artigos selecionados foram publicados após janeiro de 2010, revisados por pares e foram obtidos a partir dos seguintes termos de busca em conjunto: 1 – Bandura – *Social Cognitive Theory – Self-efficacy – Moral disengagement – Social learning, E* (and) 2 – *Pro-environmental behavior – sustainable – environmental management*. Ao final, resultaram doze artigos (Tabela 1), que contemplaram os critérios acima descritos.

Tabela 1 – Artigos Selecionados		
Nº	Artigo – Título	Autor(es)/Ano (Referência)
1	<i>Message framing influences perceived climate change competence, engagement, and behavioral intentions</i>	Gifford & Co-meau, 2011

Tabela 1 – Artigos Selecionados		
2	<i>Mental preparation for climate adaptation: The role of cognition and culture in enhancing adaptive capacity of water management in Kiribati</i>	Kuruppu & Liverman, 2011
3	<i>The future that may (or may not) come: How framing changes responses to uncertainty in climate change communications.</i>	Morton, Rabino- vich, Marshall & Bretschnei- der, 2011
4	<i>Greening the greenhouse grower. A behavioral analysis of a sector-initiated system to reduce the environmental load of greenhouses.</i>	Staats, Jansen & Thøgersen, 2011
5	<i>Landowner willingness to implement riparian buffers in a transitioning watershed. Landscape and Urban Planning</i>	Armstrong & Stedman, 2012
6	<i>The Interplay Between Knowledge, Perceived Efficacy, and Concern About Global Warming and Climate Change: A One-Year Longitudinal Study</i>	Milfont, 2012
7	<i>Validez factorial de la autoeficacia ambiental y su influencia estructural sobre la conducta proambiental en jóvenes</i>	Palacios & Bus- tos, 2013
8	<i>A multilevel perspective to explain recycling behaviour in communities</i>	Tabernero, Her- nández, Cua- drado, Luque & Pereira, 2015
9	<i>A socio-psychological model for analyzing climate change adaptation: A case study of Sri Lankan paddy farmers.</i>	Truelove, Carri- co & Thabrew, 2015
10	<i>Predicting farmers' water conservation goals and behavior in Iran: A test of social cognitive theory</i>	Yazdanpanah, Fezabad, Forouzani, Mohammadza- deh & Burton, 2015
11	<i>Framing for resilience through social learning: impacts of environmental stewardship on youth in post-disturbance communities</i>	Smith, DuBois & Krasny, 2016
12	<i>Community attachment, beliefs and residents' civic engagement in stormwater management</i>	Pradhananga & Davenport, 2017

Visão Geral da Teoria Social Cognitiva (TSC)

O primeiro critério de seleção dos artigos foi a fundamentação na TSC. A perspectiva *agêntica* é alicerce dessa teoria e também a raiz da sua aplicação na gestão ambiental. A perspectiva *agêntica* parte do entendimento de que as pessoas influenciam intencionalmente sua própria vida e suas circunstâncias (Bandura, 2006). Elas tanto influenciam quanto são influenciadas pelas suas circunstâncias de vida, num determinismo recíproco entre pessoa e ambiente (Bandura, 2006).

O senso de autoeficácia é primordial para o exercício da agência humana. Autoeficácia

significa a crença que a pessoa tem em ser capaz de empreender determinadas ações para produzir os resultados desejados (Bandura, 1977, 2003). Quando isso ocorre, a pessoa se torna mais propensa a agir e a perseverar nessas ações (Bandura, 1977, 2003). A autoeficácia coletiva difere da autoeficácia pessoal ou individual, pois enfoca a crença coletiva e está centrada no grupo e nas capacidades da comunidade (Bandura, 2003).

A TSC traz também o conceito de *modelação social*, que trata da aprendizagem das pessoas através da observação de outras, de seus sucessos e seus erros. As ações dos outros fornecem um modelo de comportamentos a serem seguidos e motivam a adoção de novos padrões de conduta (Bandura, 2006). A aprendizagem social diz respeito a como as pessoas aprendem na interação social, através da observação (Bandura, 2005).

Em termos morais, as pessoas tanto podem se engajar quanto se desengajar de determinadas ações por meio de mecanismos de auto sanção morais que são seletivamente ativados em ações altruístas ou desativados em práticas danosas (Bandura, 2007).

Discussão

Os artigos representam pesquisas desenvolvidas em vários países e analisam questões ambientais bastante diversas. Algumas complexas porque comportam várias temáticas, como as mudanças climáticas; outras, mais específicas, como a gestão da água e a reciclagem. Algumas problemáticas ambientais são relacionadas a uma população mais restrita, como as que envolvem os produtores em estufa nos Países Baixos; outras, podem abranger pessoas em diferentes lugares, como a educação e comunicação sobre as mudanças climáticas.

A Tabela 2 demonstra que os países onde as pesquisas ocorreram são bastante diferentes e representam vários continentes, tais como as Américas, a Ásia, Europa e a Oceania. Fica evidenciado que a TSC pode ser aplicada na gestão ambiental tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento.

Tabela 2 – Artigo, Construtos, Temática ambiental, Resultados, Países

Artigo / Referência	Construtos	Temática	Resultados	Países
Gifford & Co-meau, 2011	Desengajamento e engajamento moral	Comunicação sobre mudanças climáticas	Utilizar mensagens motivacionais	Canadá
Kuruppu & Liverman, 2011	Autoeficácia	Gestão da água para adaptação às mudanças climáticas	Considerar autoeficácia em programas de adaptação para capacitar comunidades	República de Kiribati

Artigo / Referência	Construtos	Temática	Resultados	Países
Morton et al., 2011	Autoeficácia	Comunicações sobre as incertezas das mudanças climáticas	Reestruturar as comunicações sobre mudanças climáticas, considerando as crenças de autoeficácia diante das incertezas	Inglaterra
Staats et al., 2011	Autoeficácia	Produtores em estufas reduzir suas emissões e o uso de pesticidas	Melhorar a comunicação com os produtores para aumentar sua autoeficácia	Países Baixos
Armstrong & Stedman, 2012	Expectativa de resultados	Implementação de áreas de mata ciliar	Educação enfatizando resultados locais	Estados Unidos da América
Milfont, 2012	Autoeficácia	Mudanças climáticas	Alterar comunicações e políticas, considerando os níveis de eficácia percebida	Nova Zelândia
Palacios & Bustos, 2013	Autoeficácia	Educação ambiental: economia de água, energia e a reciclagem	Avaliar a educação ambiental usando a escala de autoeficácia	México
Taberner et al., 2015	Autoeficácia	Reciclagem	Aproveitar as organizações e a liderança da comunidade para aprimorar a autoeficácia dos indivíduos que reciclam	Espanha
Truelove et al., 2015	Autoeficácia	Adaptação de fazendeiros às mudanças climáticas	Melhorar a crença de autoeficácia dos fazendeiros	Sri Lanka

Artigo / Referência	Construtos	Temática	Resultados	Países
Yazdanpanah et al., 2015	Expectativa de resultados e autoeficácia	Preservação da água por fazendeiros	Promover a autoeficácia dos agricultores através de programas educacionais e resultados positivos, promovendo expectativas e sentimentos recompensadores em relação à conservação da água	Irã
Smith et al., 2016	Aprendizagem social	Adaptação comunitária às mudanças climáticas	Contribuir para a resiliência num contexto cívico-ecológico	Estados Unidos da América
Pradhananga & Davenport, 2017	Autoeficácia coletiva	Planejamento e gestão da água em bacias hidrográficas	Melhorar os programas de engajamento cívico	Estados Unidos da América

Em suma, esta ampla aplicação da TSC em questões ambientais demonstra a sua validade para a resolução de problemas de gestão ambiental.

Os artigos relacionados na Tabela 2 demonstram o quão factível é a aplicação da TSC nas políticas de gestão ambiental. São resultados concretos que se aplicam aos contextos e problemas específicos, tais como políticas de educação, comunicação e gestão, para os quais se busca redirecionamentos para encontrar novas e mais efetivas soluções. Estes resultados demonstram o potencial da TSC em melhorar a gestão ambiental ao intermediar a mudança de comportamento humano.

Entretanto, há ainda a necessidade de pesquisas feitas após essas aplicações da TSC, nas quais se possa entender mais sobre a sua efetividade e seus limites. Este tipo de retorno pode trazer uma importante contribuição para a gestão ambiental e para a elaboração e redirecionamento de políticas públicas.

Considerações Finais

Apesar da afirmação de que a TSC precisa ser mais estudada em relação ao comportamento pró-ambiental (Sawitri, Hadiyanto & Hadi, 2015), considerando o fato de que o próprio Bandura tem poucos artigos escritos sobre questões ambientais (Bandura, 2002, 2007, 2008, 2016), os artigos ora revistos demonstram – em situações práticas e concretas

relacionadas ao comportamento pró-ambiental – a larga aplicação da TSC nessa área nos últimos dez anos. Os artigos ressaltam o construto da autoeficácia, que tem sido largamente aplicado para resolver uma ampla variedade de problemas de gestão ambiental em vários países e contextos.

As pesquisas e os resultados representados nestes artigos apontam para a efetividade da teoria banduriana na propulsão do comportamento pró-ambiental. Além disso, eles abrem uma nova perspectiva para as políticas de gestão ambiental: trabalhar em proximidade com a TSC. Reconhecendo-se, portanto, que a perspectiva da Psicologia abre a possibilidade de resolver problemas que não foram resolvidos anteriormente sem essa transdisciplinaridade.

Apesar da carência de pesquisas sobre a eficácia dos resultados da aplicação da TSC às políticas ambientais, pode-se perceber aqui um caminho a seguir para a viabilidade de implementação na gestão ambiental. Para todos os interessados e engajados na preservação ambiental, esses estudos trazem esperança em encontrar novas soluções para os problemas ambientais, a fim de cuidar da natureza e preservá-la para as presentes e futuras gerações.

Referências

- Armstrong, A., & Stedman, R. C. (2012). Landowner willingness to implement riparian buffers in a transitioning watershed. *Landscape and Urban Planning*, 105 (3), 211–220. <http://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2011.12.011>
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84 (2), 191–215. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.84.2.191>
- Bandura, A. (2002). Environmental sustainability by sociocognitive deceleration of population growth. In P. Schmuck & W. Schultz (Eds.), *The psychology of sustainable development* (pp. 209–238). Dordrecht, the Netherlands: Kluwer.
- Bandura, A. (2003). *Self-efficacy: The exercise of control* (Seventh Print). New York: Freeman.
- Bandura, A. (2004). Health Promotion by Social Cognitive Means. *Health Education & Behavior*, 31(April), 143–164. <http://doi.org/10.1177/1090198104263660>
- Bandura, A. (2005). The evolution of social cognitive theory. In M. A. Smith, K.G. & Hitt (Eds.), *Great Minds in Management* (pp. 9–35). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Bandura, A. (2006). Going global with social cognitive theory: From prospect to paydirt. In *Applied psychology: New frontiers and rewarding careers*, 53–79. <http://doi.org/10.4324/9780203837603>
- Bandura, A. (2007). Impeding ecological sustainability through selective moral disengagement. *International Journal of Innovation and Sustainable Development*, 2(1), 8-35. <http://doi.org/10.1504/IJISD.2007.016056>
- Bandura, A. (2008). Environmental harm. *Psychology Review*, 14(2), 1–5.
- Bandura, A. (2016). *Moral disengagement: How people do harm and live with themselves*. New York: Worth Publishers.
- Clayton, S., & Howard, G. (2009). Psychology and global climate change. *U Ill L Rev*, 403(1),

1–230. <http://doi.org/10.1534/genetics.108.097469>

- Gifford, R., & Comeau, L. A. (2011). Message framing influences perceived climate change competence, engagement, and behavioral intentions. *Global Environmental Change, 21*(4), 1301–1307. <http://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2011.06.004>
- Kuruppu, N., & Liverman, D. (2011). Mental preparation for climate adaptation: The role of cognition and culture in enhancing adaptive capacity of water management in Kiribati. *Global Environmental Change, 21*(2), 657–669. <http://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2010.12.002>
- Milfont, T. L. (2012). The interplay between knowledge, perceived efficacy, and concern about global warming and climate change: A one-year longitudinal study. *Risk Analysis, 32*(6), 1003–1020. <http://doi.org/10.1111/j.1539-6924.2012.01800.x>
- Morton, T. A., Rabinovich, A., Marshall, D., & Bretschneider, P. (2011). The future that may (or may not) come: How framing changes responses to uncertainty in climate change communications. *Global Environmental Change, 21*(1), 103–109. <http://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2010.09.013>
- Palacios, J., & Bustos, J. (2013). Validez factorial de la autoeficacia ambiental y su influencia estructural sobre la conducta proambiental en jóvenes. *Revista Iberoamericana de Evaluación En Psicología, 1*(35), 95–111. Acesso em 16 de maio de 2020. Disponível em http://www.aidep.org/03_ridep/r35/r35art5.pdf
- Pradhananga, A. K., & Davenport, M. A. (2017). Community attachment, beliefs and residents' civic engagement in stormwater management. *Landscape and Urban Planning, 168*(September), 1–8. <http://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2017.10.001>
- Sawitri, D. R., Hadiyanto, H., & Hadi, S. P. (2015). Pro-environmental behavior from a social cognitive theory perspective. *Procedia Environmental Sciences, 23*(Ictcred 2014), 27–33. <http://doi.org/10.1016/j.proenv.2015.01.005>
- Smith, J. G., DuBois, B., & Krasny, M. E. (2016). Framing for resilience through social learning: Impacts of environmental stewardship on youth in post-disturbance communities. *Sustainability Science, 11*(3), 441–453. <http://doi.org/10.1007/s11625-015-0348-y>
- Staats, H., Jansen, L., & Thøgersen, J. (2011). Greening the greenhouse grower. A behavioral analysis of a sector-initiated system to reduce the environmental load of greenhouses. *Journal of Environmental Management, 92*(10), 2461–2469. <http://doi.org/10.1016/j.jenvman.2011.05.007>
- Taberner, C., Hernández, B., Cuadrado, E., Luque, B., & Pereira, C. R. (2015). A multilevel perspective to explain recycling behaviour in communities. *Journal of Environmental Management, 159*, 192–201. <http://doi.org/10.1016/j.jenvman.2015.05.024>
- Truelove, H. B., Carrico, A. R., & Thabrew, L. (2015). A socio-psychological model for analyzing climate change adaptation: A case study of Sri Lankan paddy farmers. *Global Environmental Change, 31*, 85–97. <http://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.12.010>

Yazdanpanah, M., Feyzabad, F. R., Forouzani, M., Mohammadzadeh, S., & Burton, R. J. F. (2015). Predicting farmers' water conservation goals and behavior in Iran: A test of social cognitive theory. *Land Use Policy*, 47, 401–407. <http://doi.org/10.1016/j.landusepol.2015.04.022>

**“É pau! É pedra! É o fim do caminho?”: O potencial de saúde do adolescente
em conflito com a lei**

Alana Magda Carneiro dos Santos

Walquiria Gomes de Melo da Silva

Rebeka de Paula Gomes da Silva

Introdução

Nosso interesse nesta temática surgiu a partir de um trabalho de intervenção grupal com adolescentes do sexo feminino – entre 13 e 17 anos de idade e em situação de conflito com a lei – na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE)⁸. Esta intervenção teve como objetivo trabalhar a perspectiva de “projeto de vida” e de “visão de futuro” daquelas jovens. Ao longo do nosso estudo, foi possível observar que a realidade das instituições de medidas socioeducativas não colabora para a garantia plena dos direitos das adolescentes, que se deparam – no enfrentamento de instalações precárias e de socioeducadores, muitas vezes, despreparados para lidar com elas – com a ausência das condições adequadas para o cumprimento do processo de ressocialização; o qual, em tese, é de responsabilidade, sobretudo, do Estado.

Também observamos que tal processo é ainda baseado em medidas extremamente punitivas, uma vez que, quando uma jovem não cumpre as normas da instituição, ela é isolada do grupo e posta em uma cela escura, tendo horários restritos, por exemplo, para alimentação e higiene pessoal. Esta estratégia punitiva alimentou uma certa inquietação, suscitando indagações sobre a capacitação dos socioeducadores e a viabilidade do processo de reintegração dessas adolescentes à sociedade através do modelo proposto de ressocialização.

Durante a escuta das adolescentes nas técnicas de dinâmica de grupo, ficou notório que os vínculos com suas respectivas figuras parentais estavam enfraquecidos e, por vezes, até ausentes. A figura paterna não aparecia nos relatos e a figura materna, quando aparecia, estava detida ou em situação de rua; ou seja, a maioria dessas jovens havia crescido, em certa medida, sem a presença de um dos cuidadores e em condições sociais consideravelmente adversas.

Diante desse amplo cenário de privações, algumas das adolescentes findam por organizar rebeliões, gritando e queimando os colchões; o que, em contrapartida, levou-nos aos seguintes questionamentos: qual a relação da privação com os comportamentos ditos “delinquentes” ou “agressivos”? Em que medida esses atos, vistos socialmente como “marginais”, podem ser lidos como sinal de esperança e, portanto, como potencial de saúde dos adolescentes em conflito com a lei?

Os dados mais recentes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) indicam, em 2018, que 22.640 adolescentes estão em processo de conflito com a lei no Brasil, apontando para

⁷ Menção a um trecho da música “Águas de Março”, de Tom Jobim.

⁸ Órgão responsável pelo atendimento do adolescente sob medida socioeducativa de restrição e/ou privação de liberdade.

um aumento significativo em relação ao levantamento de 14.613 jovens infratores, feito no ano 2012. Vale ainda destacar que estes dados não levam em conta o grande número de crianças e adolescentes que cumprem serviços comunitários, que se encontram em regime de semiliberdade ou em medida socioeducativa de liberdade assistida. Mais adiante, ao levarmos em consideração os altos índices remissivos, a marginalização social que é legada ao público em questão e as intervenções socioeducativas vigentes – baseadas em reforços negativos e punitivos que não levam em consideração uma ética do cuidado –, constatamos a urgência patente da investigação em torno do presente tema. Pesquisas que têm em vista a potencialidade de saúde no processo de amadurecimento dos jovens em conflito com a lei revelam-se, a nosso ver, indispensáveis para que possamos melhor contribuir com a sua reabilitação e reintegração social.

Nessa lógica, nosso estudo se circunscreve como uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, uma vez que se ocupa, nas ciências sociais, de um “setor” da nossa realidade que não pode (ou não deve) ser quantificado sem que certas distorções sejam geradas. Assim, trabalhamos com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (Deslandes; Gomes; Minayo, 2009). A base teórica por nós escolhida foi a psicanálise inaugurada por Donald Winnicott, tendo em vista que esta perspectiva enfatiza o conceito de *potencial de saúde* e releva a “delinquência” como um sinal de esperança, compreendendo-a como uma tendência antissocial que visa a reordenar as condições de privação (Winnicott, 2011a). O autor afirma que:

A característica da tendência antissocial é o impulso que dá ao menino ou à menina para que voltem a um momento anterior à condição ou momento de privação. Uma criança que tenha sido submetida a tal privação sofreu inicialmente uma ansiedade impensável, e então reorganizou-se gradualmente, até atingir um estado razoavelmente neutro: fica concordando com tudo, pelo fato de que uma criança não pode fazer nada mais além de concordar. Tal estado pode ser razoavelmente satisfatório, do ponto de vista das pessoas que dirigem o local. Então, por uma razão ou por outra, começa a surgir a esperança; isso significa que a criança, sem ter a menor consciência do que está ocorrendo, começa a sentir um impulso de voltar para antes do momento da privação e assim desfazer o medo da ansiedade impensável ou da confusão que existiam antes que se organizasse o estado neutro. É exatamente esse aspecto enganoso que pessoas que cuidam de crianças antissociais precisam conhecer, se quiserem ver sentido no que está se passando em torno delas. (Winnicott, 2011a, pp. 83-84).

Os adolescentes estão à procura da sua estabilidade externa, subtraída, ainda na infância, enquanto organizavam a sua estabilidade interna. Segundo Winnicott (2012), eles buscam, nas relações com a escola e com os familiares, preencher a constância dos primeiros estágios de crescimento que lhes foi tomada. Nesta fase do amadurecimento, o meio desempenha um papel fundamental no processo de descoberta de si, dos grupos sociais e das mudanças corporais, bem como no processo de transição para a fase adulta, sendo, portanto, necessário ao indivíduo ter um *ambiente* que funcione como *holding* – como *suporte* ou *sustentação*. Quando alguma “falha ambiental” acontece, o amadurecimento é comprometido, de modo tal que a relação que o indivíduo estabelece com o ambiente externo pode se delinear como uma espécie de cobrança de dívida, como uma avidez pela restituição daquilo de que foi privado.

Um das principais contribuições desta linha de pensamento é a desconstrução do sentido pejorativo do termo “delinquência” – costumeiramente compreendida como uma espécie de criminalidade inata ou desvio essencial do sujeito. A interpretação winnicottiana opera uma subversão dessa lógica na medida em que releva um sinal de esperança contido no delinquir como um germe potencial para a saúde; através da delinquência, o adolescente encontra possibilidades novas para existir frente às privações sofridas.

Nesse sentido, o presente trabalho objetiva analisar o potencial de saúde na tendência antissocial do jovem em conflito com a lei. De modo a compreender o lugar do cuidado ao adolescente em nossa legislação, faremos, primeiramente, um apanhado historiográfico breve da situação do adolescente em conflito com a lei no Brasil, explicitando, em seguida, a noção de adolescência na psicanálise winnicottiana para, por fim, discutir a *delinquência como potencial de saúde*, trazendo à luz a noção de saúde para Winnicott e as suas considerações acerca da tendência antissocial.

Breve Histórico da Situação do Adolescente em Conflito com a Lei no Brasil

Atualmente, do ponto de vista civil brasileiro, são considerados adolescentes os indivíduos que têm entre 12 e 18 anos de idade. Durante um período considerável, os adolescentes não eram vistos como sujeitos de direitos. Com efeito, até 1927, não havia uma legislação específica para crianças e adolescentes no Brasil, mas apenas – como diz Lorenzi (2007) – leis isoladas; a exemplo da lei que definia o ensino obrigatório (regulamentado no ano 1854), muito embora não se aplicasse a todos. Em 1923, criou-se o primeiro Juizado de Menores e, quatro anos depois, em 1927, foi promulgado o primeiro documento legal para a população menor de 18 anos: o Código de Menores, que, em homenagem ao primeiro juiz de menores da América Latina, é batizado *Código Mello Mattos*.

O *Código Mello Mattos*, como é popularmente conhecido, não se destinava, entretanto, a todos os indivíduos menores de idade, mas apenas àqueles que se encontravam em “situação irregular”. O documento, de 11 de outubro de 1927, definia, logo em seu Artigo 1º, a quem a lei se aplicava: “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente as medidas de assistência e proteção contidas neste Código.” (*Decreto Nº 17.943-A*, 1927). Este código, segundo Lorenzi (2007), tinha como fins o estabelecimento de diretrizes básicas para a lida com os menores segregados ou infratores e o assentamento devido de uma regulamentação em torno de questões como o trabalho infantil, a tutela, o pátrio poder, a delinquência e a liberdade vigiada – aspecto que conferia à figura do juiz a prerrogativa de exame e amplo poder decisório sobre o destino dos ditos abandonados ou delinquentes.

Em 1942, foi criado um órgão do Ministério da Justiça para atuar frente à população de menores. Tratava-se do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), cuja orientação era correccional-repressiva, cumprindo um papel institucional análogo àquele desempenhado pelo sistema penitenciário. Este sistema previa encaminhamentos distintos para crianças carentes

e adolescentes delituosos; para o adolescente autor de ato infracional, reformatórios e casas de correção, e, para a criança abandonada, patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos (Lorenzi, 2007).

Dado o Golpe Militar, surge a *Lei N° 4.513*, que criou, em 01/12/1964, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), instituição que – na tentativa de se afastar da orientação correcional-repressiva vigente no extinto Serviço de Assistência ao Menor, que, aos olhos da opinião pública, era contraproducente e desumana – prestava assistência governamental aos menores. Cabe frisar que, muito embora fosse dedicada à formulação e implantação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM), a FUNABEM leva de herança do SAM não só a estrutura física, mas também o corpo de funcionários, conservando, portanto, os costumes e as práticas. Mais tarde, em 10/10/1979, é estatuído, pela *Lei N° 6697*, o *Código de Menores*, que consistia na revisão do *Código Mello Mattos*, não rompendo, no entanto, com a cultura do internamento e a linha de repressão junto à população infanto-juvenil (Ferreira, 2017).

É somente a partir da criação da *Lei N° 8.069*, em 13 de julho de 1990, que os cidadãos menores de idade passaram a ter seus direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, em seu Artigo 3º, estatui:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana [...] assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Lei N° 8.069, 1990).

Com a criação do ECA, o adolescente passou a ser considerado um indivíduo em condição peculiar de amadurecimento e aqueles que cometem um ato infracional passaram a cumprir medidas socioeducativas junto à instituição agora nomeada Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE).

Em alguns casos, os adolescentes que cometem delitos seguem em privação de liberdade, recebendo acompanhamento psicológico e assistência social e dedicando-se às atividades educativas e aos cursos profissionalizantes, que são ofertados com o objetivo de facilitar um ambiente propício para que esses adolescentes desenvolvam as habilidades e criem os vínculos necessários para a sua reinserção social. Houve também mudanças na nomenclatura utilizada para referir-se a esses jovens, que, antes, eram chamados de “menores infratores” – termo criticado por dar conotação pejorativa aos adolescentes em situação de vulnerabilidade – e, atualmente, são designados “adolescentes em conflito com a lei”.

No entanto, cabe frisar que – até hoje – a garantia desses direitos do adolescente é frequentemente violada. Muitos são, já desde cedo, segregados da sociedade na medida em que têm sua condição de conflito com a lei associada à falta de escolaridade e às condições impostas pela extrema pobreza. O discurso propagado pelo senso comum sentencia que esses jovens agem de tal forma por “maldade”, “instinto ruim” e “falta de punição”. Esta ideia é reforçada também pela mídia, que, a partir da repetição de chavões discriminatórios e

excludentes, estimula o ódio e a falta de empatia na população. Dito isso, vale ressaltar, de saída, que a tendência antissocial é um tema complexo e repleto de desdobramentos a serem explorados; logo, não devemos limitar a sua abordagem a noções vagas e pré-estabelecidas, por mais disseminadas que elas sejam.

Segundo os critérios estabelecidos pelo ECA no que diz respeito ao jovem em situação de conflito com a lei, apenas adolescentes entre 12 e 18 anos podem ser considerados responsáveis pelo ato infracional e, conseqüentemente, cumprir as medidas socioeducativas cabíveis. As instituições de medidas socioeducativas no Brasil visam, em tese, a ressocialização de maneira educativa, buscando a reinserção desses adolescentes na sociedade. Na prática, todavia, a estratégia de ação punitiva ainda permanece em voga. Os próprios socioeducadores responsáveis pelo processo de ressocialização ironizam, muitas vezes, a orientação educativa deste processo, defendendo a ideia de que, sem punições severas, os adolescentes saídos da instituição voltarão às ruas e cometerão novos delitos.

Francischini & Campos (2005, p. 271) afirmam que:

[...] referir-se às condições que as instituições de cumprimento de medidas socioeducativas dispõem no sentido de oportunizar a reinserção social implica considerar, ao menos, os aspectos relacionados à estrutura física, aos recursos humanos e às ações a serem desenvolvidas.

Disso se segue que as instituições devem – no mínimo – oferecer as condições básicas de estrutura física e garantir a atuação de profissionais capacitados que acreditem na política de ressocialização. Caso contrário, o ambiente destinado aos adolescentes em situação de conflito com a lei *falha* e – em decorrência desta *falha ambiental* – o processo de amadurecimento e reintegração social desses jovens é comprometido.

A Adolescência por Winnicott

Como vimos, a concepção de adolescência foi tomando novos contornos ao longo da história. Também as diversas áreas do saber – a sociologia, a biologia, a psicologia, entre outras – elaboram, com seus respectivos enfoques e aparatos, conceitos distintos de adolescência; razão pela qual encontramos divergências teóricas inclusive no campo de uma única ciência, como é o caso da psicologia.

Aberastury (1983), por exemplo, considera a adolescência uma fase crucial para o ser humano, na qual se destaca a necessidade de entrar no mundo adulto. Para a autora, “[...] a modificação corporal, a essência da puberdade e o desenvolvimento dos órgãos sexuais e da capacidade de reprodução são vividos pelo adolescente como uma irrupção de um novo papel.” (Aberastury, 1983, p. 227). Por isso, afirma que este pode ser um período de contradições, confusões, ambivalência e aflição.

Outros autores, como Margaret Mead (1951), definem adolescência como um “conceito cultural”, cuja elaboração acontece de acordo com as práticas de cada sociedade – e, em algumas delas, nem sequer existe; subvertendo, assim, a concepção da adolescência como um período universal e definido para encará-la como uma etapa existencial que pode

se apresentar em inúmeras possibilidades; as quais, naturalmente, variam de acordo com o contexto social e com a história de vida de cada jovem.

Diante da multiplicidade de abordagens em torno da temática e da impossibilidade de resumi-las todas no presente trabalho, decidimos adotar a psicanálise winnicottiana como norte teórico para compreender e elucidar algumas questões pertinentes à adolescência. Nossa escolha foi, em grande parte, motivada pela atenção que Winnicott dedica à *ontologia da natureza humana*. Esta preocupação de desencobrir estruturas fundamentais da nossa humanidade – para além de recortes de conjunturas contingentes – não implica, por sua vez, recusa da validade e da pertinência de indicadores sociais, históricos e econômicos – tais como desigualdade entre classes, diferença de gênero, perspectiva de identidade e demais especificidades culturais. Longe de querer minorar a importância das nossas circunstâncias efetivas, Winnicott dedicou-se a investigar os fundamentos em que se sustenta toda a multiplicidade das experiências humanas, ou seja, àquilo que torna possível a existência de cada sujeito em seu trânsito próprio pelo mundo.

Winnicott (2011b) é o autor da abordagem analítica que mais se dedicou ao estudo sobre a adolescência, compreendendo-a como um processo do amadurecimento não-linear, que possui como característica principal a *imaturidade*, isto é, funda-se em um processo de conquista de si mesmo, que se dá nas fronteiras que oscilam entre dependência e independência, isolamento e agrupamento, investimento e desinvestimento, podendo ocorrer separada ou mutuamente.

A falta de compreensão dessas demandas características do processo de amadurecimento da adolescência torna, muitas vezes, difícil o convívio com a sociedade em geral, com os familiares e com as pessoas próximas. Um exemplo claro disso é quando não se compreende que a não-concordância do adolescente com as normas e tradições familiares coloca-se, na verdade, como uma busca por si mesmo, como uma construção da sua própria identidade.

De acordo com Winnicott (2011b), o indivíduo chega à fase da adolescência com traços herdados geneticamente e adquiridos no ambiente durante a fase infantil; traços estes que serão vivenciadas por ele com o acréscimo das mudanças da puberdade e a independência sexual, levando o jovem a uma busca da sua própria identidade a partir deste contexto. Este curso é, em si mesmo, conflituoso, na medida em que os

[...] adolescentes não sabem no que se tornarão. Não sabem onde estão, e estão a esperar. Tudo está em suspenso; isso acarreta um sentimento de realidade e a necessidade de tomar atitudes que lhes pareçam reais, e que de fato o são, na medida em que afetam a sociedade. (Winnicott, 2011b, p. 123).

Essa fase é uma busca para não se estabelecer em papéis pré-determinados, pois esse adolescente está maturando a sua própria identidade. Nesse sentido, tal curso não pode ser ultrapassado, nem adiado, tampouco invadido, de modo tal que não se deve interrompê-lo, uma vez que se trata de um processo essencial à constituição do indivíduo.

Vale enfatizar que, nesta linha, a adolescência não pode ser tratada como um

“problema”, mas como um caminho a ser vivido, no qual a família e os cenários em que o adolescente esteja inserido desempenham o papel fundamental de *ambiente facilitador*. Nesse seguimento, o *ambiente facilitador* não procura explicar ou tentar resolver os conflitos da adolescência, pois o adolescente está amadurecendo e qualquer resolução que não parta dele mesmo será tida como uma falsa resolução. Portanto, tal ambiente deve servir como apoio para que ele chegue à maturidade, pois, como sabemos, esta é a única “cura” que existe para a adolescência.

Segundo Winnicott (2011b, p. 116), “a cura da adolescência vem do passar do tempo e do gradual desenrolar dos processos de amadurecimento; estes de fato conduzem, ao final, ao aparecimento da pessoa adulta”. Assim, só com o passar dos anos pode ser encontrada sua “cura”. Esta dita “cura” não se relaciona à erradicação de sintomas da lógica clássica, tampouco à reparação, mas está ligada ao *cuidar-curar*, ou seja, trata-se de uma extensão do conceito de “segurar” (*holding*). Portanto, quando Winnicott (2011a) fala em “cura”, ele acredita que ela está relacionada diretamente ao cuidado, à sustentação para que o sujeito possa apreender a si mesmo e acontecer enquanto humano.

A “Delinquência” como Possibilidade de Saúde

Como discutimos, o amadurecimento individual depende de um *ambiente facilitador* que funcione como *holding*, como uma sustentação para que o sujeito possa crescer saudável. O ambiente facilita o amadurecimento e, havendo uma falha, esse amadurecimento fica comprometido. Winnicott (2011) fala sobre reações defensivas que o adolescente passa a ter quando sofre privação/deprivação no ambiente e acrescenta que “a tendência antissocial não se relaciona com uma carência, mas sim com uma privação” (Winnicott, 2011a, p. 83).

Assim, ao invés de crescer, ele passa a buscar o que lhe foi tirado. Sendo uma dessas reações defensivas a própria tendência antissocial, na qual o indivíduo procura ser ressarcido pela perda sofrida. Com a falha do seu ambiente, ele se angustia pois não tem mais no espaço familiar a sustentação necessária para dar referência ao seu processo de amadurecimento. Se ainda há uma possibilidade de saúde, ele irá procurar outra referência para manter-se em equilíbrio interior, não mais o ambiente familiar que falhou, mas sim a sociedade.

No caso do adolescente em conflito com a lei, a sociedade, por sua vez, oferece-lhes uma nova privação; sendo esta, a privação de liberdade, que aumenta ainda mais a angústia da falta de sustentação, podendo esse adolescente voltar a transgredir dentro ou fora das instituições de medidas socioeducativas, testando o ambiente na tentativa de restabelecer suas relações com o mundo. Ou seja: quando um adolescente em privação de liberdade faz alguma rebelião dentro da instituição, entre outras ações, estas são caracterizadas como “mau comportamento”. O que, para muitos, pode ser um “mau comportamento”, para Winnicott (2011), é um sinal de esperança que há no fundo de uma tendência antissocial. Nesse sentido, o adolescente que “rouba” da sociedade está cobrando, inconscientemente, o que foi tirado do seu ambiente quando ele ainda estava em processo de amadurecimento. Portanto, o ato de

transgredir as leis da sociedade pode ser uma tentativa de retomar o equilíbrio.

A “delinquência”, nesse cenário, não é vista como uma doença em si mesma ou como um fim para o adolescente, mas como um sinal de esperança; esperança de voltar ao estado de calma do momento anterior à privação; buscando a recuperação de uma provisão ambiental que lhe é devida. Ou seja: essa “delinquência” é uma possibilidade de saúde encontrada, ainda que inconsciente, por esse adolescente (Winnicott, 2012).

A noção de saúde, para Winnicott (2011a), é complexa pois não diz respeito a uma mera oposição à doença, isto é, não se reduz à simples ausência de distúrbios psiconeuróticos. Tal como para Freud, para ele, os sintomas têm um sentido que não pode ser desconsiderado. Desse modo, acredita-se que todo processo de adoecimento e/ou defesa já traz, em si mesmo, um germe para a saúde, uma tendência natural para o restabelecimento da saúde psíquica, de uma força vital. A saúde, portanto, é a condição espontânea do indivíduo para a restauração.

Assim, encontramos na “delinquência” juvenil um potencial de saúde, uma dinâmica que aponta para a presença de certas capacidades e não a falta delas. Trata-se de um movimento que marca o impulso restaurativo do processo de maturação do indivíduo nas suas relações com um meio ambiente. Para Dias & Loparic (2008, p. 54), “Winnicott recomenda a criação de ambientes humanos que sejam favoráveis à retomada do desenvolvimento do indivíduo de modo que ele possa viver criativamente, de modo integrado e dar uma contribuição positiva à sociedade da qual faz parte.”. Em suma, o que o adolescente “delinquente” necessita é de um ambiente que facilite o seu amadurecimento saudável de modo criativo. Nesse sentido, “A criatividade é o fazer que, gerado a partir do ser, indica que aquele que é está vivo. A criatividade é, portanto, a manutenção através da vida de algo que pertence à experiência infantil: a capacidade de criar o mundo”. (Winnicott, 2011a, pp. 23-24).

Portanto, o ato de transgredir as leis da sociedade pode ser algo como uma forma “criativa” do adolescente de reconstruir o *ambiente facilitador* que lhe foi retirado em algum momento da sua vida. Daí emerge a responsabilidade da sociedade: através do fortalecimento de instituições que ofereçam uma atmosfera favorável à criatividade e possibilitem que adolescentes criem, novamente, esse ambiente que os mantém os vivos.

À Guisa de uma Conclusão

Diante dos moldes que são utilizados hoje nas instituições de atendimento à adolescentes em conflito com a lei, não vemos uma possibilidade favorável de reinserção à sociedade. Seu modelo punitivo e a falta de capacitação dos socioeducadores não promove um processo de ressocialização adequado. Com isso, a reintegração desses jovens fica comprometida, tendo em vista que eles necessitam de cuidados, de um ambiente facilitador que lhes favoreça a retomada do seu crescimento pessoal. Afinal, como vimos, saúde, para Winnicott, é a capacidade criativa de se reestabelecer.

O adolescente em conflito com a lei – e ainda em fase de amadurecimento – busca incessantemente que a sociedade e suas instituições ofereçam esse lugar de segurança

e continuidade para que ele possa regredir à dependência e retomar seu processo de amadurecimento sem precisar se utilizar do artifício de transgredir as leis da sociedade para fazer parte dela, cuidando de si e do outro. Se a instituição funciona como cuidadora, ela possibilita a restauração de falhas anteriores, propiciando a instauração de outras dinâmicas de resolução – para além dos atos infracionais.

A partir disso, emerge a importância de as instituições socioeducativas trabalharem com um novo modelo de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, visto que esses adolescentes serão os próximos cidadãos a ocupar as demais esferas da sociedade. Assim, é imprescindível uma mudança nas políticas públicas e no lugar que marca esses jovens na sociedade, bem como a capacitação dos profissionais, uma nova estruturação de acolhimento que não tenha a punição como medida, mas um manejo em prol do reestabelecimento do equilíbrio externo desses adolescentes, da retomada do seu processo de amadurecimento. As instituições precisam oferecer um ambiente que facilite ao adolescente dito “delinquente” a construção criativa de uma perspectiva de vida, não apenas por adaptação, mas pela capacidade de acreditar em si mesmo e nos outros. E que, sobretudo, aprendam que – apesar do “pau” e das “pedras” que encontramos no caminho da vida – ainda há a possibilidade de construirmos “promessas de vida em nossos corações”!

Referências

- Aberastury, A. (1983). A adolescência. In *Adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 15-32.
- Conselho Nacional de Justiça. (2012). *CNJ traça perfil dos adolescentes em conflito com a lei*. <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/58526-cnj-traca-perfil-dos-adolescentes-em-conflito-com-a-lei>
- Conselho Nacional de Justiça. (2018). *Projetos inovadores ressocializam jovens em conflito com a lei*. <https://www.cnj.jus.br/projetos-inovadores-ressocializam-jovens-em-conflito-com-a-lei>
- Decreto N° 17.943-A*, de 11 de outubro de 1927. (Código Mello Mattos). Diário Oficial da União: Seção 01, p. 22175, 16/10/1927. (Publicação Original). <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-11-outubro-1927-563233-publicacaooriginal-87393-pe.html>
- Ferreira, N. A. (2017). *Aspectos históricos e o código de menores de 1979*. JusBrasil. <https://natylua29.jusbrasil.com.br/artigos/468462354/aspectos-historicos-e-o-codigo-de-menores-de-1979>
- Deslandes, S. F.; Gomes, R.; Minayo, M. C. S. (2009). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28a. ed. Petrópolis: Vozes.
- Dias, E. O.; Loparic, Z. (2008). O Modelo Winnicott de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. *Winnicott e-prints*, São Paulo, v. 03, n. 01 e 02, pp. 01-14.
- Francischini, R.; Campos, H. (2005). Adolescente em conflito com a lei e medidas

socioeducativas: limites e (im)possibilidades. *Psico*, Rio Grande do Sul, v. 36, n. 03, pp. 267-273.

Lei N° 4.513/64, de 01 de dezembro de 1964. (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor).

Diário Oficial da União: Seção 01, p. 11081, 04/12/1964. (Publicação Original). <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4513-1-dezembro-1964-377645-publicacaooriginal-1-pl.html>

Lei N° 6.697/79, de 10 de outubro de 1979. (Código de Menores). Diário Oficial da União:

Seção 01, p. 14943, 11/10/1979. (Publicação Original). <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-norma-pl.html>

Lei N° 8.069/90, de 13 de julho de 1990. (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário

Oficial da União: Seção 01, p. 13563, 16/7/1990. (Publicação Original). <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-norma-pl.html>

Lorenzi, G. W. (2007). *Uma breve história do direitos da criança e do adolescente no Brasil*.

<http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/noticia/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil/>

Mead, M. (1951). *Adolescencia y cultural en Samoa*. Buenos Aires: Paidós.

Winnicott, D. W. (2011a). *Tudo começa em casa*. (5a. ed.; P. Sandler, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1986).

Winnicott, D. W. (2011b). Adolescência. Transpondo a zona das calmarias. In *A família e o desenvolvimento individual*. (4a. ed.; M. B. Cipolla, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, pp. 115-128. (Trabalho original publicado em 1965).

Winnicott, D. W. (2012). *Privação e delinquência* (5a. ed.; A. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1987).

Mudanças climáticas e o ensino da Psicologia Ambiental

Fernanda Blanco Vidal

“Enquanto todo mundo espera a cura do mal

E a loucura finge que isso tudo é normal

Eu finjo ter paciência

E o mundo vai girando cada vez mais veloz

A gente espera do mundo e o mundo espera de nós

Um pouco mais de paciência”

Lenine

Introdução

O presente texto é um relato de experiência baseado nas atividades desenvolvidas em uma matéria criada e ministrada por mim no departamento de psicologia do City College (um dos campi da City University of New York - CUNY), localizada na cidade de Nova York, Estados Unidos. A matéria “Psychology of People in Places – From Climate Change to Gentrification” busca focar na importância da psicologia para a compreensão das relações entre subjetividade e espaço em contextos de crises ambientais e deslocamentos forçados.

Ao longo de mais de quinze anos atuando como psicóloga crítica, social e comunitária, venho me dedicando a discutir questões ambientais e, mais especificamente, a compreender a relação das pessoas com os lugares, defendendo a necessidade de uma agenda crítica e ambiental na psicologia, que nos conecte com os temas urgentes de nossos tempos.

Atualmente, faço doutorado no Programa de Psicologia Ambiental da CUNY, criado em 1968, o primeiro programa de psicologia ambiental do mundo, onde venho expandindo minhas reflexões sobre deslocamentos forçados numa perspectiva internacional. Nas próximas páginas, apresento parte dessa experiência, na condição de docente, ao tratar de temas como gentrificação e mudanças climáticas. Minha intenção ao compartilhar essas temáticas, estratégias, bibliografia, é convidar outros colegas a incluir reflexões sobre mudanças climáticas em seus cursos, ainda que de maneira incipiente, não se sentindo intimidados pela distância que possam ter com o tema.

Mudanças climáticas

Mudanças climáticas ou aquecimento global são termos utilizados como sinônimos para referir-se a processos de transformações nos padrões da temperatura do planeta nos últimos séculos. Acadêmicos de diversas áreas, instituições de pesquisa dos mais diferentes países e mesmo agências internacionais como IPCC, IOM ou UNHCR⁹ têm concluído que o planeta vem passando por mudanças nos padrões de temperaturas, que essas mudanças vão na direção do aquecimento, que esse processo tem se dado numa velocidade acelerada e que a principal explicação causal são as ações humanas nos últimos séculos (IPCC, 2019; IOM,

⁹ IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas; IOM – Organização Internacional para Migrações e UNHCR – Agência para Refugiados das Nações Unidas.

2019). Basicamente, isso quer dizer que os padrões de desenvolvimento econômico, exploração ambiental e consumo estão produzindo esse aquecimento. Dados da NASA indicam, por exemplo, que somente no último século houve aumento de 1 grau na temperatura global, e que a cada década a temperatura tem subido 0.2 graus (NASA, 2016)¹⁰. Somos, portanto, produtores e afetados pelas mudanças climáticas e qualquer debate sobre o tema deve passar por uma profunda reflexão acerca dessas dimensões (Clayton et al., 2017)¹¹.

Apesar da associação mais imediata que fazemos entre mudanças climáticas e temperatura, é importante dizer que tais mudanças não se limitam ou se limitarão às nossas sensações da temperatura – sentirmos mais frio ou calor em certas áreas. As temperaturas do planeta estão holisticamente conectadas a diversos aspectos ecológicos. Sabe-se, por exemplo, que a mudança no regime de chuvas e na umidade gera aumento no número de enchentes, por um lado, e secas e incêndios, por outro. O aumento da temperatura e do nível dos oceanos têm afetado dramaticamente a vida marinha e diversas cidades localizadas nas costas ou países insulares. Países como o Brasil, por exemplo, em que boa parte das grandes cidades se localizam no litoral serão dramaticamente afetados.

Além de urgente, o tema das mudanças climáticas exige de nós uma visão mais interdisciplinar, complexa, multitemática, que leve em conta tanto as dimensões sociais quanto as ambientais em transformação. A tarefa traz desafios acadêmicos, éticos e políticos nos quais a psicologia pode contribuir, mas também se transformar, a partir de conexões com áreas do saber humano anteriormente distantes, como a geografia, biologia, sociologia, arquitetura, engenharia etc. (Lapchick & Slaughter, 2009).

Deslocamentos forçados e apego ao lugar – notas em psicologia ambiental

O ensino de qualquer tema implica escolhas e com o tema das mudanças climáticas não é diferente. Há muitas áreas da psicologia que podem contribuir de maneiras diversas quando falamos de mudanças climáticas. Algumas publicações recentes são úteis para encontrar essa diversidade bibliográfica. Há aqueles psicólogos/as que se dedicam a discutir o papel da informação, cognição e ideologia na percepção do risco, enquanto outros/as preferem focar nas vulnerabilidades sociais e formas de organização comunitária para mitigar os impactos das mudanças climáticas (Clayton & Manning, 2014). Há, ainda, estudos mirando na sustentabilidade e educação ambiental (Clayton et al., 2015), enquanto outros preferem focar em trauma (Clayton et al., 2017; Somasundaram, 2010). Neste artigo enfatizarei aquilo que venho discutindo há alguns anos como psicóloga e que me parece ainda uma lacuna na maior parte desses debates - a relação das pessoas com o lugar e os impactos psicossociais

¹⁰ Para ver alguns gráficos interativos que permitem uma visualização mais dinâmica desses padrões ver: <https://climate.nasa.gov/vital-signs/global-temperature/>

¹¹ O termo Antropoceno que vem sendo debatido nas últimas décadas tenta exatamente apontar essa centralidade das ações humanas na mudança dos padrões ecológicos do planeta, a humanidade como uma nova força geológica (Souza, 2019; Zalasiewicz et al., 2017; Kelly, Scarpino, Berry, Syvitski, & Meybeck, 2017). Um dos aspectos interessantes deste conceito é que ele desafia as concepções disciplinares e faz transbordar as relações entre as ciências naturais e aplicadas, das ciências humanas, sociais e das artes.

dos deslocamentos forçados (Vidal, 2015).

De acordo com dados do IPCC, até meados dos anos 90, 25 milhões de pessoas haviam sido deslocadas por problemas relacionados a mudanças climáticas. Trinta anos depois, diversas organizações de monitoramento de migração ou agências humanitárias reportam o deslocamento de pessoas em torno de 18 milhões anualmente. Esses deslocamentos estão ligados ao aumento de conflitos por recursos naturais, degradação ambiental, poluição, secas, deslizamentos de terra, enchentes, furacões, crises em centros urbanos, dentre outras problemáticas (IDCM, 2019). Embora esses deslocamentos venham sendo registrados em todo o mundo, é possível notar que sua distribuição não é homogênea e que alguns países sofrem os efeitos de maneira mais intensa que outros¹². Isso significa que a motivação das migrações forçadas é uma complexa combinação das condições ambientais com as condições históricas e sociais que colocam certos grupos e populações em situação de vulnerabilidade extrema (IDCM, 2019). A perspectiva social dos desastres vem discutindo as desigualdades sociais e espaciais que tais números mostram e a necessidade de se entender os desastres como expressões das relações homem-natureza num dado território considerando os padrões históricos, econômicos, sociais e políticos que ali ocorreram (Mattedi & Butzke, 2001). Para essa vertente, desastres naturais (e mais especificamente mudanças climáticas) precisam ser entendidos como resultados de processos econômicos e sociais globais, regionais e locais que criam condições de existência humana insustentáveis frente aos eventos naturais extremos (Valêncio & Siena, 2009).

Estes dados apontam não apenas a urgência de se discutir esta situação, mas também pensar quais seriam as contribuições da psicologia no estudo dos efeitos psicossociais dos deslocamentos forçados, considerando a importância do lugar nos nossos processos de subjetivação. Para essa reflexão, considero fundamental a aproximação da psicologia com a geografia e as ciências sociais, duas áreas que buscam compreender como nos relacionamos com o espaço de maneira dinâmica, complexa, historicamente situada e profundamente conectada às nossas práticas sociais. O geógrafo Milton Santos, considerado um dos mais importantes intelectuais no cone sul, estudou de maneira exaustiva a temática da territorialidade e defendia que não é possível estudar o território em si mesmo, mas sim aquilo que chamava *território utilizado* (Melgaço & Prouse, 2017).

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência; das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. Aliás, a própria ideia de nação, e depois de Estado nacional, decorrem dessa relação profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de

¹² Deslocamentos por região do mundo: Leste Asiático e Pacífico – 9.332.000 (representam 54.3% do total); Sul da Ásia – 3.303.000 (representa 19.2%); África Subsaariana 2.611.000 (representam 15,2%); Américas 1.687.000 (representam 9.8%); Oriente Médio e Norte da África 214.000 (representam 1.2%) e Europa e Ásia Central (41.000 (representa, 0.2%) (GRID,2019).

Winston Churchill: “Primeiro fazemos as casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe. (Santos, 2011, p. 14)

Como psicóloga ambiental, refletindo sobre a nossa relação com o lugar, especialmente em contextos de crise, considero fundamental este diálogo com a geografia, de onde trago uma importante noção, a de escala geográfica. Cada um de nós ocupa e vive simultaneamente diversas escalas geográficas. Por exemplo, no meu caso, neste momento estou em casa. Minha casa está localizada numa rua no Prospect South (bairro), que por sua vez é parte do Brooklyn (uma organização espacial mais ampla que a noção de bairro), que é parte da cidade de Nova York, que é parte da costa leste dos Estados Unidos, que por sua vez está situado no hemisfério “norte” do planeta. Ou seja, cada um de nós está conectado simultaneamente a diferentes e múltiplas escalas geográficas. Elas não só nos atravessam, como fazem parte de nossas identidades sociais.

O problema é que a nossa percepção espacial é precária e varia enormemente conforme o que estamos vivendo ou refletindo a cada momento. Na maior parte do tempo vivemos o lugar sem pensá-lo, tomamos o lugar quase como um cenário, uma espécie de contêiner onde as nossas ações acontecem. A psicologia ambiental questiona esta perspectiva e compreende que o lugar nos constitui e afeta, assim nos convida a pensar nestas duas dimensões como necessariamente relacionais, transacionais, dinâmicas, sociais (Saegert and Winkel, 1990; Winkel, G., Saegert, 2009) e eu acrescentaria, dialética. Pessoa e lugar se transformam mutuamente.

Em um artigo intitulado “*Psychiatric implications of displacement: Contributions from the psychology of place*” (Implicações psiquiátricas dos deslocamentos – contribuições de uma psicologia do lugar), a psiquiatra americana Mindy Fullilove sistematiza três formas de se definir o lugar. Num primeiro nível, o lugar denota o centro geográfico da ação humana. O lugar seria a área, a localização, o substrato concreto dos recursos físicos que dão suporte para a vida. O lugar seria o abrigo, aquele que provê condições de produzir comida e água, a base concreta na qual sociedades se organizam e podem se sentir seguras. Num segundo plano, lugar seria entendido como o espaço de interações humanas, uma espécie de espaço social no qual as interações se desenrolam, relações de poder se evidenciam, pessoas podem sentir-se como parte ou não de determinados grupos. Num terceiro nível, o lugar é visto como o ponto de intersecção das biografias – os nós de sentido – que abrangem simultaneamente o tempo e o espaço, dando a cada episódio da vida o sentimento de singularidade (Fullilove, 1996).

Considerando a premissa da importância do lugar como substrato das relações sociais, como elemento de construção de afetos, identidades e sentimentos de pertença, como aquilo que oferece ao mesmo tempo estabilidade e transformação (Seamon, 2018), convém perguntar - *o que aconteceria com as pessoas quando estas são obrigadas a sair dos lugares forçadamente, por exemplo, com as situações produzidas pelas mudanças climáticas?*

Psicologia das Pessoas e Lugares – Discutindo Processos de Gentrificação e Mudanças Climáticas

Foi com esta pergunta e agenda de pesquisa em mente que em 2017 propus ao departamento de psicologia do City College da CUNY a criação de uma disciplina de psicologia ambiental que se dedicasse especificamente a refletir, de maneira interdisciplinar, a relação das pessoas com o lugar e as implicações sociais, ambientais, políticas e subjetivas dos deslocamentos forçados.

A disciplina, intitulada “*Psychology of People in Places – From Climate Change to Gentrification*” (Psicologia das Pessoas e Lugares – Discutindo Processos de Gentrificação e Mudanças Climáticas), foi logo transformada numa matéria permanente no curso de psicologia por sua atualidade e recorrentes *feedbacks* positivos.

O primeiro desafio que se apresenta à psicologia ambiental ao estudarmos espaço, lugar e territorialidade é: como tornar presente em nossa vida a percepção dessa dimensão espacial? O psicólogo ambiental Harold Proshansky, um dos fundadores do doutorado de psicologia ambiental da CUNY discutia a dimensão físico-espacial do ambiente como uma espécie de dimensão oculta ou escondida, já que tende a permanecer fora da consciência individual e coletiva. Para ele, atuamos sobre este mundo físico-espacial com muita pouca consciência, o que quer dizer que nem sempre, ao estudarmos tal temática, teremos acesso a essa dimensão de maneira verbalizada (Bonnes & Bonaiuto, 2002).

Para lidar com esse desafio e considerando os valores pedagógicos em que acredito, desenhei um curso no qual uso diversas estratégias para conectar meus estudantes ativamente com seus contextos e arredores. Além dos textos, criei diferentes atividades que incorporam diversas linguagens como fotografia (permitindo o uso dos celulares), desenhos (mapas mentais), observações e uso de diário de campo em espaços públicos (quando os ensino a fazer os mapas de atividade e comportamento em espaços públicos), entrevistas focando em histórias de vida e narrativa de lugares, dentre outras estratégias pedagógicas.

A disciplina utiliza textos das mais diversas áreas acadêmicas - design, arquitetura, planejamento urbano, sociologia, antropologia, geografia, história- e obviamente psicologia. A psicologia aparece não apenas explicitamente em textos, mas permeia o modo como cada tema é articulado. O objetivo não é necessariamente formar psicólogos ambientais, mas formar pessoas com olhares de psicólogos ambientais nas diversas áreas em que elas atuam.

De maneira sintética, por conta dos limites deste artigo, sintetizo aqui os principais temas tratados no âmbito da disciplina. Na primeira parte, os alunos são apresentados aos fundamentos teóricos, epistemológicos e metodológicos da psicologia ambiental, seguido pela apresentação de alguns conceitos que considero estratégicos. Tenho por hábito apresentá-los a conceitos articuladores. Destaco aqui alguns como *behavior setting* (Roger Barker), *place attachment* (apego ao lugar) (Altman & Low, 1992; Clarke, Murphy, & Lorenzoni, 2018; Manzo & Devine-Wright, 2014), *place identity* (identidade com o lugar) (Bjørnlund,

2008; Proshansky, Fabian, & Kaminoff, 1983), *place meaning* (significado do lugar) (Bailey, Devine-Wright, & Batel, 2016; Manzo, 2005) *mental maps and affective maps* (mapas mentais e mapas afetivos) (Bomfim & Urrutia, 2005; Milgran & Jodelet, 1979; Shalev, 2016). Para os conceitos de apego ao lugar, identidade com o lugar e mapas mentais e afetivos há uma bibliografia significativa já produzida em português, com diversas aplicações.

À medida que os alunos vão se apropriando dos fundamentos teóricos e metodológicos do campo, inicio um caminho de discussões sobre as relações pessoa-lugar a partir de diferentes escalas geográficas. Começo com microescalas refletindo, por exemplo, o impacto das janelas dos hospitais nos pacientes, efeito do design e arquitetura de espaços no nosso bem-estar (Ulrich, 1984). Posteriormente, passamos a discutir o sentido da casa ou “sentir-se em casa”, bem como o tema da moradia (Anton & Lawrence, 2014; Fang et al., 2016; Imrie, 2004). Seguimos para refletir nossas conexões com os bairros (Angotti & Morse, 2017; Dubois, 2016; Fried, 2000; Leeman & Modan, 2009) e espaços públicos (S. Low, 2000; S. M. Low, 2003), até chegarmos na cidade (Angotti & Morse, 2017; Gregory, 2013; Hidalgo & Hernández, 2001). A utilização deste percurso que transita por escalas geográficas diferentes, quase sempre usando Nova York como ponto de partida, experimentação e engajamento, permite que os alunos não apenas reflitam essas dimensões, mas também possam gradualmente sobrepor escalas e agregar complexidade às suas perspectivas.

Na terceira parte da disciplina, avançamos para entender os processos de transformações econômicas e ambientais, impactos psicossociais dos deslocamentos forçados, a partir de processos de gentrificação, deslocamentos produzidos por grandes eventos ou projetos de desenvolvimento e, finalmente, mudanças climáticas.

Water Journal - Diário das Águas ou Seguindo as Águas por um dia

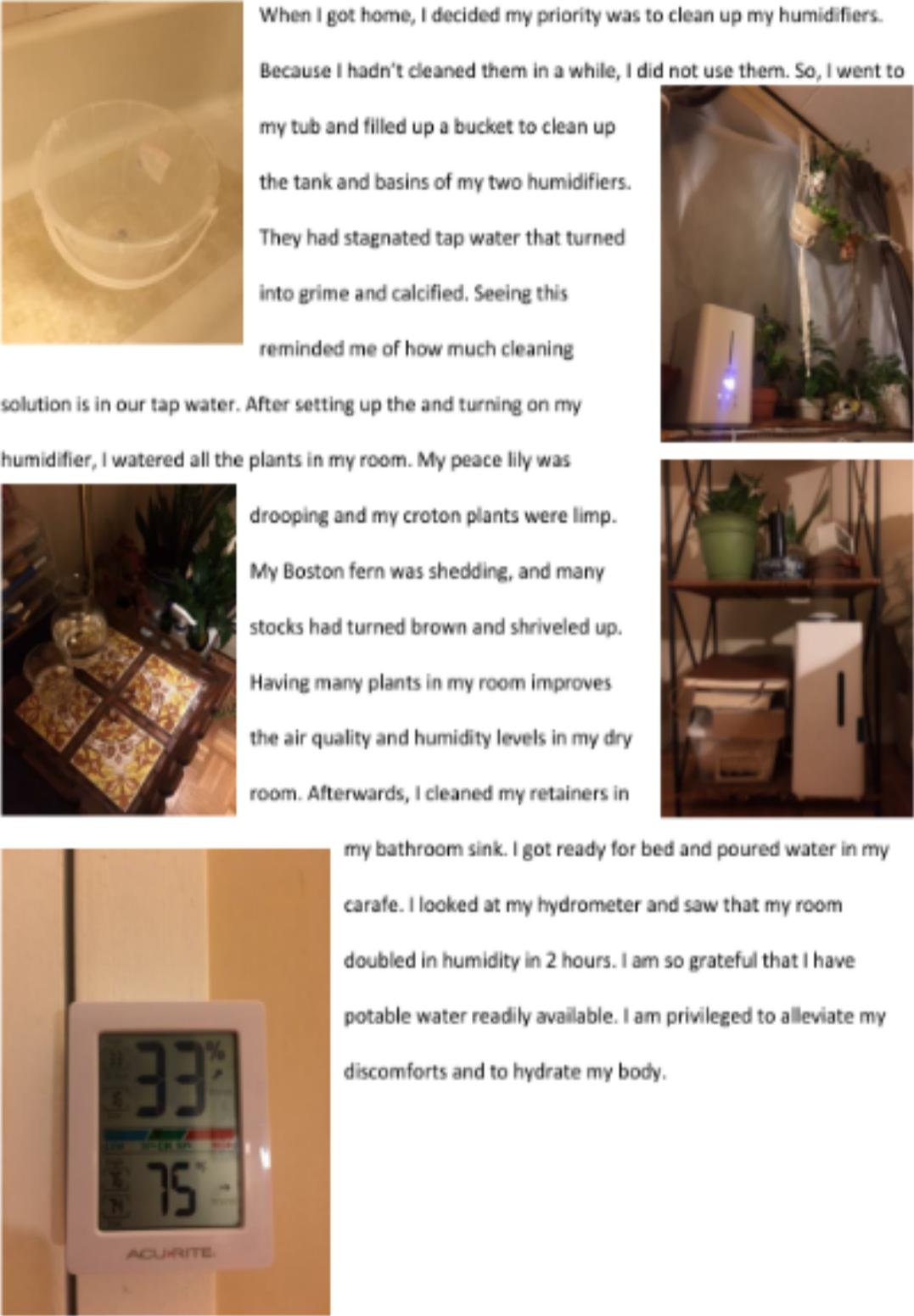
O tema das mudanças climáticas, deslocamentos forçados e psicologia ambiental das emergências e desastres costuma ser tratado na parte final do curso, naquilo que seria a terceira ou quarta unidade. Como mudanças climáticas envolvem muitos aspectos e debates diferentes, costumo escolher o tema das águas como fio condutor desta reta final. Começo com uma atividade relativamente simples, *Water Journal*, ou Diário das Águas, da qual tenho recebido muitos *feedbacks* positivos, tanto de alunos quanto de outros professores com os quais trabalho¹³.

Nesta atividade, simples, mas laboriosa, os estudantes são convidados a escolher um dia da semana e, durante aquele dia, registrar a presença da água em suas vidas. Para tal, eles devem usar celulares e fotografar todas as situações em que a água está presente. O processo é bastante ativo e demanda deles uma atenção aos diversos elementos e lugares por onde passam. Feito isso, eles devem escrever uma espécie de diário onde listam o que viram e refletem criticamente sobre suas observações e percepções. Deixo-os livres com relação ao

¹³ Este site é o produto deste coletivo e vem sendo construído aos poucos. Nele é possível encontrar um vídeo com diferentes exemplos de atividades com mudanças climáticas, bem como textos e materiais de referência. Link - <https://teachclimate.commons.gc.cuny.edu/2020/08/19/on-my-reluctance-to-teach-climate-change/>

tamanho do texto, o formato do diário, a escolha das fotos e o nível de detalhamento¹⁴.

Na minha experiência, quase sempre, os alunos acordam empolgados e começam a tirar foto do cotidiano básico e da água em seu estado bruto (tomando banho, lavando pratos, cozinhando, bebendo água, escovando dentes), mas vão perdendo a capacidade de prestar atenção ao longo do dia. Esse esquecimento não me preocupa porque faz parte das minhas intenções: revelar a dificuldade de se pensar em algo que está difuso e integralmente conectado à nossa vida o tempo todo.



When I got home, I decided my priority was to clean up my humidifiers. Because I hadn't cleaned them in a while, I did not use them. So, I went to my tub and filled up a bucket to clean up the tank and basins of my two humidifiers. They had stagnated tap water that turned into grime and calcified. Seeing this reminded me of how much cleaning solution is in our tap water. After setting up the and turning on my humidifier, I watered all the plants in my room. My peace lily was drooping and my croton plants were limp. My Boston fern was shedding, and many stocks had turned brown and shriveled up. Having many plants in my room improves the air quality and humidity levels in my dry room. Afterwards, I cleaned my retainers in my bathroom sink. I got ready for bed and poured water in my carafe. I looked at my hydrometer and saw that my room doubled in humidity in 2 hours. I am so grateful that I have potable water readily available. I am privileged to alleviate my discomforts and to hydrate my body.

Figura 1. Water journal.

¹⁴ Sempre que proponho este trabalho, algumas perguntas aparecem: Precisa ser um dia inteiro? Sim; Devo tirar foto da água toda vez mesmo? Sim; Serve água em qualquer estado? Sim; Se a água for parte de algo, como um produto, devo tirar foto? Sim; Então basicamente devo tirar foto de água o tempo todo em várias situações? Sim; Quando for escrever o diário, devo colocar as fotos? Sim; E quando for escrever, posso primeiro fazer uma lista? Sim; Posso ser mais descritivo? Sim; Posso desenhar? Sim.

Após o exercício, eles devem postar o material no portal online da disciplina e levar as imagens no dia da aula impressas (pode ser em preto e branco). Na sala de aula, começo pedindo que coloquem seus diários nas paredes (com fita mesmo) e fazemos um mural. Todos são convidados a ir até o mural e olhar as imagens dos colegas. O que chamou a atenção deles? Algo diferente do que fotografaram? Sentem que esqueceram de algo?

Após olharem ao redor, sentamo-nos em círculo e a aula começa a partir das impressões deles. Geralmente muitos falam, se colocam e ficam empolgados com tudo que aconteceu¹⁵. Neste processo, eu foco a conversa em dois aspectos: a importância da água, algo que faz parte de absolutamente tudo em nossa vida, mesmo que muitas vezes não seja notada; e a dificuldade de se pensar sobre algo durante muito tempo. Este segundo aspecto está ligado a uma discussão sobre educação ambiental e os limites das abordagens focadas apenas na informação (Mallett & Melchiori, 2016).

A esta altura, eles já estão convencidos da importância da água na vida deles e, na verdade, ficam até preocupados com o que perceberam. É neste momento que começo um segundo nível de discussão com eles, avançando para as dimensões sociais do uso da água. Dois alunos vão ao quadro, enquanto o resto da turma dita formas e os usos da água. Aparece de tudo. Água para beber e seus derivados, os usos (agricultura, indústria...), os estados (sólido, líquido, gasoso), os produtos, os lugares, diferença entre rio, mar, lago, riachos etc.

A partir dali, vamos discutir a natureza social da nossa organização espacial ao redor das fontes de água. Falamos dos rios e oceanos, e refletimos como cidades importantes estão situadas ao redor desses recursos. Nesta etapa, minha intenção é sair de uma visão estritamente pessoal e privada para uma reflexão social e coletiva. Discutimos temas como organização social, planejamento urbano e regional, a relação entre atividades econômicas e usos da água, as diferenças entre os discursos e percepções sobre a água, entre outros temas.

Num terceiro momento, entramos numa vertente mais crítica, analisando as principais publicações em psicologia ambiental e o fato delas estarem concentradas em países do norte e focadas no consumo regional. Um dos problemas dessa perspectiva é que o consumo residencial de água, nos melhores cenários, representa apenas 10%



¹⁵ Estudante 01 - “Eu gostei muito do nível de consciência sobre a importância da água que este exercício me trouxe. Percebi que não prestava atenção suficiente na quantidade de vezes que “encontro” água meu no dia a dia, o que me faz de algum modo naturalizar o acesso a ela, como se estivesse sempre lá disponível. Durante este exercício, terminei sendo convocada a imaginar como deve ser difícil viver sem o luxo de ter acesso à água. Todos precisamos de água para sobreviver, porque onde há água, há vida. Dito isso, hoje eu percebo que a negação do acesso à água às pessoas é a negação da própria qualidade de vida das pessoas. Sem essa percepção do quanto as nossas vidas dependem e giram ao redor da água, continuaremos a aceitar a ideia de que o acesso à água é um privilégio e não um direito. A presença de água em cada imagem, em cada fotografia que fui fazendo, foi criando um outro nível de sentidos. As qualidades e propriedades da água são tão essenciais à vida, que fico feliz de poder destacar sua importância na minha vida pessoal através das fotos, que deram mais valor à água. Embora o uso de água possa variar de uma família para outra, acredito que podemos concordar que água é basicamente fundamental para a vida”(J. C)

do consumo total de água. Isso quer dizer que precisamos trazer para a discussão outros atores sociais e temas, como indústria e consumismo, mas também outras agendas relevantes: urbanização e concentração de recursos hídricos, acesso à água, privatização etc. Neste ponto, busco refletir com eles criticamente o excessivo risco de uma certa “culpabilização” individual de processos sociais (Martin-Baró, 1997)¹⁶.

Psicologia das Emergências e Desastres

Nas aulas seguintes, o debate sobre água muda um pouco, e passamos a refletir sobre o caráter disruptivo da água, abrindo espaço para a vertente das emergências e desastres (Clayton & Manning, 2014). Discutimos incêndios, secas, enchentes, tempestades etc. O excesso e a ausência da água. Alguns temas importantes envolvem a percepção e comunicação do risco, vulnerabilidade social, relação entre social e natural, como também trauma, deslocamento forçado, educação ambiental, sustentabilidade etc. Aqui uso estudos comparativos para mostrar o valor da organização comunitária na redução dos riscos, como a pesquisa de Leigh Graham sobre os impactos do furacão Sandy em Nova York (Graham, Debucquoy, & Anguelovski, 2016).

Nesta etapa final, o fato dos alunos já terem discutido sobre a relação pessoa-lugar, os efeitos psicológicos da perda do lugar (Fried, 1966), os aspectos políticos em situação de violência ambiental (Manzo, 2003), bem como a variação das escalas, ajuda bastante nas reflexões sobre mudanças climáticas. A esta altura eles já estão bastante atentos à dimensão espacial, formulando hipóteses, mas também usando um vocabulário interdisciplinar. Toda esta unidade que começa com o Water Journal (Diário das Águas) e se encerra nas reflexões sobre mudanças climáticas e migração forçada, fechando o arco pedagógico que inicia a unidade.

Uma agenda em psicologia

Imagino que, ao ler este texto, muitos estejam convencidos da importância do tema, mas ainda achem que deve ser reservado a especialistas. Minha intenção com esse relato de experiência é exatamente o oposto: provocá-los para a urgência do tema e para o fato de que podemos aprender muito. Paulo Freire considera que devemos pensar em nós (professores) e em nossos alunos como *atores cognitivos* que compartilham um *objeto a ser conhecido*

¹⁶ Estudante 02 - “Ao fazer esse exercício, ficou claro para mim o quanto a água é desperdiçada nos Estados Unidos, em comparação com outras partes do mundo. Por exemplo, sou africano e no meu país, a quantidade de água que usamos é calculada e usada com cuidado, porque sabemos que a água é cara e insuficiente. Aqui, no entanto as pessoas desperdiçam demais porque elas não precisam pagar pela conta de água (já que está embutido no valor dos aluguéis). Eu acho que os americanos precisam saber que, se continuarem usando dessa forma os recursos de que dispõem, podem acabar em situação semelhante à de outros países pobres/desfavorecidos. Quando acordei, estava bastante concentrado em fazer esta tarefa e mapear a água, mantendo minha atenção sobre o uso da água durante todo o dia, mas em muitos momentos acabei esquecendo por completo. Acho que isso se deve ao fato da água existir em tantas coisas, em tantas situações, formas, cores, texturas, e em alguns casos ela pode ser até invisível quando é parte de produtos. Acho que o resultado disso é que tendemos a não estar cientes da presença de água quando a encontramos. Esse exercício foi bem importante porque nos faz perceber como somos abençoados por ter acesso à água potável todos os dias, ao mesmo tempo que nos faz questionar nosso comportamento em relação à água, nos levando a tomar decisões melhores com base nessa autopercepção” M.D

(Freire, 2005). Acho que essa atitude pode ajudar a nos libertar de uma perspectiva que deposita toda a responsabilidade da aprendizagem nos professores, visto como especialistas, e nos convoca a uma postura de aprender junto com nossos estudantes e colegas sobre *um objeto complexo de se conhecer*.

Nem todos os meus alunos são da área da psicologia, alguns são provenientes dos cursos de engenharia, biologia, ciências sociais e políticas, artes etc. Muitos deles são calouros, enquanto outros estão perto de se formar. Alguns dos meus alunos nasceram nos Estados Unidos, mas têm famílias que vieram de outras partes do mundo, enquanto outros são estudantes internacionais tentando dominar a língua. Mesmo com tamanha diversidade, é possível aprender e se apropriar deste tema. Lembro-me, por exemplo, de uma aluna do curso de Biologia que teve parte da sua casa destruída pelo furacão Sandy que atingiu Nova York em 2012, matando mais de 40 pessoas. Essa aluna compartilhou com a turma sua história e falou de como a disciplina a tinha ajudado a entender diversos sentimentos que tinha vivido e antes não conseguia nomear. Ela nos falou da casa, do bairro, de como o lugar, ao ser destruído, marcou sua história e seus afetos.

Meu convite neste texto é para que todo e qualquer professor/a de psicologia ou psicóloga/o que comece a se sentir convidado a pensar neste tema não se sinta intimidado. Comece olhando esse artigo e textos indicados sobre o assunto. Há vídeos que também podem ajudar. Depois, quem sabe, escolha um dia na sua aula e abra espaço com seus alunos para o aprendizado mútuo. Estude com seus estudantes mudanças climáticas e algum tema na psicologia. Comece por informações mais gerais, depois, quem sabe, foque na sua cidade ou seu estado. Será que existe algum plano estadual ou municipal para as mudanças climáticas? Há alguma legislação? Alguma secretaria para o tema? Se não, considere organizar um pequeno evento e pautar este tema.

A lista é ampla e o desafio é gigantesco, mas acredito que não há saída que não seja coletiva, coordenada, multiescalar e ético-política. Sinta-se à vontade para entrar em contato, estou disponível e comprometida em fazer essa agenda se espalhar. Contatos - fblancovidal@gradcenter.cuny.edu ou fernandablancovidal@gmail.com.

Referências

- Altman, I., & Low, S. M. (1992). *Place Attachment*. [https://doi.org/10.1007/978-1-4684-8753-](https://doi.org/10.1007/978-1-4684-8753-8753-)
- Angotti, T., & Morse, S. (2017). *ZONED OUT! Race, Displacement, and City Planning in New York City*. New York: Terreform.
- Anton, C. E., & Lawrence, C. (2014). Home is where the heart is: The effect of place of residence on place attachment and community participation. *Journal of Environmental Psychology, 40*, 451–461. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2014.10.007>
- Bailey, E., Devine-Wright, P., & Batel, S. (2016). Using a narrative approach to understand place attachments and responses to power line proposals: The importance of life-place

- trajectories. *Journal of Environmental Psychology*, 48, 200–211. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2016.10.006>
- Birkenholtz, T. (2016). Drinking Water. In F. Jackson, Peter; Spiess, Walter E.L.; Sultana (Ed.), *Eating, Drinking: Surviving. The international year of global understanding* (pp. 23–30). Springer and Open. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-42468-2>
- Bjørnlund, M. (2008). ‘A Fate Worse Than Dying’: Sexual Violence during the Armenian Genocide. *Brutality and Desire: War and Sexuality in Europe’s Twentieth Century*, 16–58. Retrieved from <http://www.palgrave.com/products/title.aspx?PID=283305>
- Bomfim, Z. A. C., & Urrutia, E. P. (2005). Affective dimension in cognitive maps of Barcelona and São Paulo. *International Journal of Psychology*, 40(1), 37–50. <https://doi.org/10.1080/00207590444000122>
- Bonnes, M., & Bonaiuto, M. (2002). Environmental Psychology: From Spatial-Physical Environment to Sustainable Development. In *Handbook of environmental psychology* (pp. 28–54). New York: John Wiley. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2004.02.001>
- Clarke, D., Murphy, C., & Lorenzoni, I. (2018). Place attachment, disruption and transformative adaptation. *Journal of Environmental Psychology*, 55, 81–89. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2017.12.006>
- Clayton, S., Devine-Wright, P., Stern, P. C., Whitmarsh, L., Carrico, A., Steg, L., Bonnes, M. (2015). Psychological research and global climate change. *Nature Climate Change*, 5(7), 640–646. <https://doi.org/10.1038/nclimate2622>
- Clayton, S., & Manning, C. (2014). *Beyond Storms & Droughts* :
- Clayton, S., Manning, C., Krygsman, K., Speiser, M., Cunsolo, A., Derr, V., ... Silka, L. (2017). *Mental Health and Our Changing Climate - Impacts, Implications and Guidance*. Retrieved from <https://www.apa.org/news/press/releases/2017/03/mental-health-climate.pdf>
- Dubois, B. B. (2016). Beaches, People, and Change: A Political Ecology of Rockaway Beach after Hurricane Sandy. Retrieved from http://academicworks.cuny.edu/gc_etds/1353
- Fang, M. L., Woolrych, R., Sixsmith, J., Canham, S., Battersby, L., & Sixsmith, A. (2016). Place-making with older persons: Establishing sense-of-place through participatory community mapping workshops. *Social Science and Medicine*. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2016.07.007>
- Freire, P. (2005). Chapter 02. In *Pedagogy of the Oppressed* (30th Edito, pp. 43–55). continuum.
- Fried, M. (1966). Grieving for Lost Home - Psychological Costs of Relocation. *Urban Renewal: The Record and the Controversy*, 359–376.
- Fried, M. (2000). Continuities and discontinuities of place. *Journal of Environmental Psychology*, 20(3), 193–205. <https://doi.org/10.1006/jevp.1999.0154>
- Fullilove, M. T. (1996). Psychiatric implications of displacement: Contributions from the

- psychology of place. *American Journal of Psychiatry*, 153(12), 1516–1523. <https://doi.org/10.1176/ajp.153.12.1516>
- Graham, L., Debucquoy, W., & Anguelovski, I. (2016). The influence of urban development dynamics on community resilience practice in New York City after Superstorm Sandy: Experiences from the Lower East Side and the Rockaways. *Global Environmental Change*, 40, 112–124. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2016.07.001>
- Gregory, S. (2013). The radiant University: Space, urban redevelopment, and the public good. *City and Society*, 25(1), 47–69. <https://doi.org/10.1111/ciso.12011>
- Global Climate Change: Evidence. (2008, June 15). Retrieved August 20, 2020, from <http://climate.nasa.gov/evidence/>
- Hidalgo, M. C., & Hernández, B. (2001). Place attachment: Conceptual and empirical questions. *Journal of Environmental Psychology*, 21(3), 273–281. <https://doi.org/10.1006/jevp.2001.0221>
- IDCM. (2019). *Global Report on Internal Displacement*.
- IOM(2019), *World Migration Report 2020*, UN, New York, <https://doi.org/10.18356/b1710e30-en>. - https://www.un-ilibrary.org/migration/iom-world-migration-report_5d4fc9f0-en
- IPCC, 2019: Climate Change and Land: an IPCC *special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems*.
- Imrie, R. (2004). Disability, embodiment and the meaning of the home. *Housing Studies*, 19(5 SPEC. ISS.), 745–763. <https://doi.org/10.1080/0267303042000249189>
- Kelly, J. M., Scarpino, P. V., Berry, H., Syvitski, J., & Meybeck, M. (2017). *Rivers of the anthropocene*. <https://doi.org/10.1890/1540-9295-12.8.427>
- Lapchick, R. E., & Slaughter, J. B. (2009). Policy Recommendations of the APA Task Force on the Interface Between Psychology and Global Climate Change, (August). Retrieved from <http://www.apa.org/science/about/publications/climate-change.aspx>.
- Leeman, J., & Modan, G. (2009). Commodified language in Chinatown: A contextualized approach to linguistic landscape. *Journal of Sociolinguistics*, 13(3), 332–362. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9841.2009.00409.x>
- Low, S. (2000). Spatializing Culture. In *Spatializing Culture* (Vol. 23, pp. 861–879).
- Low, S. M. (2003). Public Space and Culture: The Case of the Latin American Plaza. *On the Plaza: The Politics of Public Space and Culture*.
- Mallett, R. K., & Melchiori, K. J. (2016). Creating a water-saver self-identity reduces water use in residence halls. *Journal of Environmental Psychology*, 47, 223–229. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2016.07.001>
- Manzo, L. C. (2003). Beyond house and haven : toward a revisioning of emotional relationships with places, 23, 47–61.
- Manzo, L. C. (2005). For better or worse: Exploring multiple dimensions of place

- meaning. *Journal of Environmental Psychology*, 25(1), 67–86. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2005.01.002>
- Manzo, L. C., & Devine-Wright, P. (2014). *Place Attachment – Advances in Theory, Methods and Applications (2013, Routledge).pdf*. (L. C. Manzo & P. Devine-Wright, Eds.). Routledge.
- Martín-Baró, Ignácio. (1997). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Mattedi, M. A., & Butzke, I. C. (2001). A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. *Ambiente & Sociedade*, (9), 93–114. <https://doi.org/10.1590/s1414-753x2001000900006>
- Melgaço, L., & Prouse, C. (2017). *Milton Santos: A Pioneer in Critical Geography from the Global South*. Retrieved from <http://www.amazon.com/Demystifying-Dissertation-Writing-Streamlined-Process/dp/1579223133>
- Milgran, S., & Jodelet, D. (1979). Psychological Maps of Paris. *Environmental Perception and Cognition*, 53(9), 1689–1699. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- NASA, Global Climate Change: Vital Signs of the Planet. 2016. *Scientific Consensus: Earth's Climate Is Warming*. [online] Available at: <<http://climate.nasa.gov/scientific-consensus/>> [Accessed August 10, 2020].
- Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place-identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3(1), 57–83. [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(83\)80021-8](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(83)80021-8)
- Saeger, S., & Winkel, G. H. (1990). Environmental Psychology. *Annual Review of Psychology*, 41(Holahan 1986), 441–477. <https://doi.org/10.4324/9781315640051-70>
- Santos, M. (2011). O dinheiro e o território. In M. Santos & B. K. Becker (Eds.), *Território, territórios - ensaios sobre o ordenamento territorial* (3a edição, pp. 13–21). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Seamon, D. (2018). *Life takes place: Phenomenology, lifeworlds, and place making*. *Life Takes Place: Phenomenology, Lifeworlds, and Place Making*. Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9781351212519>
- Shalev, I. (2016). Pictorial and mental arid landscape images reduce the motivation to change negative habits. *Journal of Environmental Psychology*, 45, 30–39. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2015.11.005>
- Somasundaram, D. (2010). Collective trauma in the Vanni-A qualitative inquiry into the mental health of the internally displaced due to the civil war in Sri Lanka. *International Journal of Mental Health Systems*, 4(May 2009), 22. <https://doi.org/10.1186/1752-4458-4-22>
- Souza, R. D. (2019). Environmentalism and the Politics of Pre-emption : reconsidering South Asia 's environmental history in the epoch of the Anthropocene. *Geoforum*, 101(September

2018), 242–249. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.09.033>

Valencio, N., & Siena, M. (2009). *Sociologia Dos Desastres Construção, Interfaces E Perspectivas No Brasil*. São Carlos: Rima. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.3211.6644>

Vidal, F. B. (2015). *Saudade sim, tristeza não - Psicologia, memória social e deslocamentos forçados*. Salvador: EDUFBA.

Winkel, G., Saegert, S., & Evans, G. W. (2009). An ecological perspective on theory, methods, and analysis in environmental psychology: Advances and challenges. *Journal of Environmental Psychology*, 29(3), 318–328. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2009.02.005>

Ulrich, R. S. (1984). View through a window may influence recovery from surgery. *Science*, 224(4647), 420–421. <https://doi.org/10.1126/science.6143402>

Zalasiewicz, J., Waters, C. N., Summerhayes, C. P., Wolfe, A. P., Barnosky, A. D., Cearreta, A., Williams, M. (2017). The Working Group on the Anthropocene : Summary of evidence and interim recommendations. *Anthropocene*, 19(January), 55–60. <https://doi.org/10.1016/j.ancene.2017.09.001>

Contribuições da Psicologia das Emergências e Desastres frente ao cotidiano da Covid-19

Hediany de Andrade Melo

Eduardo Breno Nascimento Bezerra

Momento de Introduzir

É com as palavras de Albert Camus (1947), em *A peste*, que abrimos este artigo: “em alguns dias, os casos fatais se multiplicaram e ficou claro para aqueles que lidavam com esse curioso mal que se tratava de uma verdadeira epidemia” (Camus, p. 19, 1947)¹⁷. Analógico a esta importante obra literária, vivenciamos, desde dezembro de 2019, o início de uma peste. Casos mortais são notificados a cada dia e o número de contagiados cresce de maneira exponencial. No entanto, diferente da trama literária, a nossa ‘peste’ não se desenrola em uma única cidade, sua presença já alcança uma dimensão global transformando-se, portanto, em uma pandemia (OMS, 2020). Além disso, para a tristeza coletiva, não vivenciamos uma obra de ficção.

Não é de agora que profissionais da saúde mental alertam sobre os efeitos de um desastre (natural ou provocado pelo homem) sobre a psique humana. Com a COVID-19 não tem sido diferente, sua presença vem deixando marcas que ultrapassam as sequelas orgânicas da doença, trazendo grandes implicações para a saúde mental dos seres humanos. Por essa razão, Psicólogos e centros de Psicologia em todo o mundo têm posto em marcha diferentes estratégias de intervenção psicológica no sentido de auxiliar a população em geral no enfrentamento das dores emocionais acarretadas por esta crise, que para além de ser apenas sanitária, tem se apresentado como uma crise humanitária.

A partir destas considerações, o objetivo deste artigo é pensar as práticas em Psicologia, desenvolvidas durante o brote pandêmico da COVID-19, como ações alinhadas ao contexto da *Psicologia das Emergências e Desastres*. Isso se torna possível por dois motivos: primeiro, por ser a COVID-19 um desastre, mais especificamente de causa biológica, como mais adiante será destacado; segundo, devido às linhas de cuidado e gestão psicológica em questão, versarem teoricamente com a área supracitada. Nesse sentido, para atingirmos o objetivo proposto, optamos pelo desenvolvimento de uma revisão narrativa de literatura, metodologia baseada na discussão e desenvolvimento de um determinado assunto a partir da busca de fontes referenciais e da análise crítica do autor (Rother, 2007). As fontes de informação aqui utilizadas foram livros, artigos e materiais jornalísticos que vieram a público desde as primeiras investigações sobre a COVID-19.

O estudo encontra-se dividido em duas sessões. Na primeira delas serão abordados os conceitos de emergência e desastre, bem como, suas interlocuções com a COVID-19. Na segunda sessão, a discussão se delineará nos seguintes pontos: a) A definição da *Psicologia*

¹⁷ Tradução nossa, trecho na versão original: “En unos cuantos días los casos mortales se multiplicaron y se hizo evidente para los que se ocupaban de este mal curioso que se tratava de una verdadera epidemia”.

das *Emergências e Desastres* e o desenrolar de suas práxis; b) A exposição de algumas intervenções psicológicas dirigidas em alguns países e seus entrecruzamentos com a especialidade em questão. Nos apontamentos conclusivos se apresenta a importância de um maior fomento em pesquisas e estudos que envolvam desastres, psicologia e saúde mental, assunto pouco debatido e extremamente necessário em nosso atual contexto.

Emergências e Desastres: uma breve conceituação

Muito utilizada no campo médico, emergência diz respeito a uma situação e/ou evento ameaçador que requer uma intervenção imediata, assim, os manejos de socorro necessitam ser prestados no aqui e agora. O emergencial é aquilo que ocorre subitamente, sendo a função dos cuidadores devolver a estabilidade homeostática dos assistidos, por mais que, muitas vezes, isso não seja possível. Os desastres, por sua vez, apresentam uma classificação mais abrangente indo além do uso epistemológico médico (Zeferino, 2015).

Para a Política Nacional de Defesa Civil (2012), um desastre é um resultado de um fenômeno intenso sobre um sistema social. Eles podem ser classificados como: naturais ou provocados pelo homem. Os desastres naturais resultam de uma grande variedade de causas que podem interligar-se a eventos de ordem biológica, geofísica, climatológica, hidrológica e/ou meteorológica. Nesse sentido, suas atribuições são dadas peremptoriamente pela natureza. Como exemplos, temos chuvas intensas, epidemias, terremotos, secas, erupções vulcânicas, inundações, modificações progressivas do clima, *etc.* Já os induzidos pelo homem são todos aqueles cuja responsabilidade está direta ou indiretamente vinculada ao ser humano e que não deviam necessariamente ter acontecido. Os desastres provocados pelo homem podem ser subdivididos em três grupos: falha humana, negligência e intencional (Serra, 2007). Ademais de sua origem, natural ou provocado pelo homem, os desastres são ainda classificados quanto a evolução e a intensidade. Sobre a evolução, temos as seguintes categorizações: a) *Desastres súbitos ou de evolução aguda* – Caracterizados pela rapidez e, normalmente, violência com que o desastre evolui, como é o caso das enchentes e vendavais; b) *Desastre de evolução crônica (lenta)* – Qualificados a partir da evolução progressiva ao longo do tempo, por exemplo, secas e estiagens; e c) *Desastres por somação de efeitos parciais* – Quando os danos são somados ao final de um determinado período ou a partir de um acúmulo de situações semelhantes, como os acidentes de trânsito (Brasil, 2010).

No que se refere à intensidade, os desastres podem ser classificados em: a) *Desastres nível I* – De pequeno porte, os danos causados são facilmente superáveis e suportáveis pela própria comunidade; b) *Desastres nível II* – De médio porte, os danos e prejuízos podem ser resolvidos com recursos da comunidade, desde que haja uma mobilização para tal; c) *Desastres nível III* – De grande porte, necessitam de um amparo externo para a superação dos danos e prejuízos; d) *Desastres nível IV* – De muito grande porte. Nesse último caso, mesmo as comunidades mais informadas e mais bem preparadas carecem de uma ajuda externa, fora da área afetada (Brasil, 2010).

A respeito da COVID-19, tema deste estudo, é possível delinear sua classificação da seguinte maneira: trata-se de um desastre natural de origem biológica, uma vez que sua procedência adveio de um vírus de causa animal. Quanto a origem, caracteriza-se por ser de evolução aguda pela velocidade de contaminação e vítimas, propagada com o passar do tempo. Descoberto em dezembro de 2019, hoje, sete meses depois, a partir da data de redação deste estudo, evoluiu-se enquanto uma pandemia que atinge todos os países do globo. E de intensidade nível IV, como já explicado, pela proporção alcançada. O fato de todos os países, inclusive os de primeiro mundo, necessitarem de ajudas internacionais para mitigar os efeitos econômicos, sanitários e sociais da pandemia, é mais um demonstrativo do seu enquadramento em um desastre de intensidade IV.

Destarte, o que essas descrições têm a ver com o trabalho da Psicologia? É notório que diante de um acontecimento catastrófico, os esforços iniciais se voltarão ao resgate e assistência das vítimas. No entanto, para minimizar os impactos de um desastre e restabelecer a normalidade social, é importante conhecer o território. Dito de outra forma: conhecer a natureza do desastre, juntamente com suas dimensões qualitativas e quantitativas, constitui-se como parte imprescindível no trabalho daqueles que se dedicam as emergências e desastres. Assim tem sido com a COVID-19. Os protocolos sanitários e as constantes volatilidades da doença fizeram, e ainda fazem, parte do campo de atuação da Psicologia. Como cuidar também é informar, eles foram usados desde como mecanismos de conscientização e alerta à população até na construção das novas práticas de acolhimento psicológico alinhadas às especificidades desta peculiar crise sanitária. Algo que vamos nos deter a partir de agora.

Da Psicologia das Emergências e Desastres à Covid-19

A Psicologia das Emergências e Desastres é uma área da Psicologia que vem ganhando cada vez mais espaço na atualidade. O trabalho do psicólogo nesse campo relaciona-se com a descoberta de que pessoas podem manifestar, individualmente ou coletivamente, alterações psicológicas¹⁸, em decorrência do impacto, físico e/ou emocional, produzido por um evento externo (Lomeña, 2007). Algo evidenciado pelo cotidiano da COVID-19, quando sua vigência ultrapassa o corpo físico e afeta, sobretudo, o psíquico.

Sobre alguns dos efeitos da atual crise na saúde mental, é possível elidir: 1. Sentimento de desamparo, mediante aos riscos proeminentes de um vírus invisível que desafia a ciência; 2. Sintomas de pânico e ansiedade, causados pelo aumento exponencial no número de casos e mortes; 3. O medo da contaminação, que alcança desde uma paranoia coletiva a uma obsessão com a dúvida se o corpo e os objetos estão limpos e livres do vírus; 4. Dificuldades no processo de elaboração da perda, sucedidas, por exemplo, pela impossibilidade de velar os mortos e somadas a ausência de rituais de despedida; 5. Reações de estresse advindos pelo distanciamento social e, por conseguinte, da quarentena; 6. A angústia dos profissionais da

¹⁸ Essa constatação não é de agora, já a muito tempo, nomes como Sigmund Freud (1915, 1932) discutia a maneira como acontecimentos catastróficos apresentavam o poder de desencadear neuroses e sonhos traumáticos. Nesta situação, o pai da Psicanálise referia-se ao mal-estar psíquico decorrentes da primeira guerra mundial.

saúde com a falta de equipamentos de proteção individual (EPI) e da população em geral, por não saber quando esse tormento chegará ao fim; 7. As mudanças nos hábitos cotidianos e das relações familiares e de trabalho; [...]. Deixamos as reticências como continuidade, por saber que os impactos psicológicos da COVID-19 não se esgotam nos que ora foram descritos.

Objetivando minimizar os efeitos subjetivos desta crise, Psicólogos e centros de Psicologia, em diferentes países, vêm pondo em prática medidas de intervenção com o intuito de acolher as vítimas diretas e indiretas desta doença e seus consequentes prejuízos à saúde mental. Pois bem, é aí que está o fio condutor deste artigo: pensar as práticas em Psicologia desenvolvidas durante o surto pandêmico da COVID-19 como ações alinhadas ao contexto da *Psicologia das Emergências e Desastres*. No entanto, antes de adentrar no cerne de tais práticas se faz necessário clarificar o que se denomina como intervenções e/ou trabalhos nessa especialidade.

As atuações nesta área se fundamentam em três momentos principais, assim denominados: *o antes, o durante e o depois da emergência* (Barrales, Marín, & Molina, 2013). *O antes da emergência*, se caracteriza como uma ‘preparação para a crise’, ou seja, nele, o desastre não aconteceu e os trabalhos se desenrolam em um caráter preventivo. Nesse sentido, o Psicólogo poderá auxiliar no desenvolvimento de ações, treinamentos de habilidades e respostas tanto à população em geral como às equipes – como bombeiros, policiais, profissionais da saúde e voluntariado. *O durante* refere-se aos primeiros auxílios psicológicos (PAP), que têm como meta a assistência imediata durante a emergência. Assim, as ações do Psicólogo são mais objetivas e possuem como finalidade levar apoio e ajuda, com os recursos disponíveis naquele momento. Essas intervenções podem ser realizadas no local em que a necessidade surge, seja ela em uma comunidade, um hospital, escola ou igreja (Sá, Werlang & Paranhos, 2008). Outro fator importante a considerar é que os trabalhos de primeiros auxílios psicológicos (PAP), além de não se constituírem como terapias, não são atividades exclusivas do Psicólogo. Outros especialistas em emergências, capacitados para tal, também poderão auxiliar nesses momentos.

Por último, o *depois da emergência* ou pós-emergência, se coadunam em intervenções no ‘a posteriori’ ao desastre. Dito de outra forma, as vítimas foram socorridas, o desastre deixou os seus estragos e já se possui um conhecimento de sua magnitude. Então, a partir do conhecimento do território e da leitura dos impactos causados durante a emergência, as intervenções serão construídas e ajustadas a nova situação, em uma perspectiva não mais imediata. Por visar uma ‘resolução da crise’ ou uma ‘terapia para a crise’, sua aplicabilidade deverá ser realizada por profissionais da saúde mental, com destaque para o papel do Psicólogo (Sá, et al., 2008).

Ocorre que, cada desastre tem a sua tipologia e nem sempre é possível construir estratégias interventivas de forma linear com início, meio e fim. As novidades trazidas pela COVID-19, são exemplos disso. Novidade, na perspectiva da Psicologia, a partir da

impossibilidade de desenrolar atendimentos presenciais – face a face –, algo não muito comum em eventos catastróficos. E em uma perspectiva geral, o desconhecido que a situação evoca: uma pandemia em escala mundial, ainda sem data de término. Mesmo com tantos desafios e incertezas, linhas de intervenção em Psicologia, coadunadas na perspectiva das emergências e desastres, foram criadas e a seguir serão apresentadas.

Na China, primeiro país a ser afetado pelo coronavírus, muitas ações foram desenvolvidas visando amenizar os efeitos sobre a saúde mental daquela população, entre elas a oferta de canais (via telefone ou plataformas online) para escuta psicológica (Schmidt, Crepaldi, Bolze, Neiva-Silva, & Demenech, 2020), que se aliaram aos levantamentos online realizados pela Comissão Nacional de Saúde da China para compreender o estado de saúde mental e verificar os casos com maior risco, ofertando-lhes intervenções psicológicas personalizadas e alinhadas às demandas (Zhou, 2020). Também na China, muitos livros sobre prevenção, controle, educação em saúde e saúde mental foram rapidamente publicados e disponibilizados gratuitamente à população, entre eles o livro “Diretrizes para autoajuda psicológica pública e aconselhamento da COVID-19”, publicado pela Associação Chinesa de Saúde Mental (Liu, Yang, Zhang, Yu-TaoXiang, Hu, Zhangab, 2020).

Dias depois da chegada da pandemia na Espanha, instituições de Psicologia localizadas em diversas regiões do país, como o departamento de Psicologia da *Universidad de Salamanca* (El Norte de Castilla, 2020), o *Colégio Oficial de Psicología de Navarra* (INFOCOP, 2020), o *Colégio Oficial de Psicólogos de Castilla-la Mancha* (COPCLM, 2020), estabeleceram ações voluntárias através de serviços de linhas telefônicas para todos aqueles que apresentassem desordens emocionais produzidas pela pandemia. Sem especificação de público (pessoas que estavam cumprindo a quarentena em suas residências, profissionais da linha de frente, etc.) e demanda (ansiedade, luto, angústia, etc.), qualquer pessoa poderia chamar os números telefônicos e, por conseguinte, receber a atenção psicológica necessária para aquele momento de crise.

Na Itália, devido às grandes demandas de emergências em saúde mental – a qual incluiu um aumento na escala de casos e tentativas de suicídio, quando comparados a outras épocas (BRF, 2020) –, o governo acionou um programa nacional de apoio psicológico em colaboração com instituições e associações regionais de Psicologia, o objetivo foi oferecer serviços gratuitos à população (Matalucci, 2020). Além disso, recentemente foi instituído um projeto direcionado por Psicólogos e outros profissionais para auxiliar o país na saída do confinamento – uma vez que a Itália já vivencia um retorno à “normalidade”, proveniente da redução significativa no número de contágios e mortes (Giuffrida, 2020).

No Brasil, universidades como a Universidade de São Paulo (USP) lançaram um dispositivo de apoio Psicológico *online* destinado à comunidade universitária (Stael, 2020). Com atendimentos em caráter pontual, uma única ou, eventualmente, poucas sessões, os interessados poderiam solicitar estes serviços, através de uma plataforma virtual ou por e-mail.

Ainda no Brasil, outros trabalhos de destaque tem sido as frequentes ações estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e outras instituições de pesquisa e ensino. Diferente dos anteriores, estes foram criados para auxiliar e orientar os profissionais de Psicologia no manejo de seus trabalhos de “como atuar na crise”, sobretudo sem se afastar da ética. De cartilhas a materiais de atualização e treinamento, alguns dos (re) cursos disponibilizados: *Saúde Mental e Atenção Psicossocial na COVID-19* (Fiocruz, 2020); *Saúde da Mulher: A Psicologia e os desafios antes, durante e depois da pandemia da COVID-19* (CFP, 2020a); *População em situação de rua e imigrantes no contexto da COVID-19* (CFP, 2020b), dentre outros. Algo parecido foi realizado no Chile através da *Sociedad Chilena de Psicología en Emergencias y Desastres* (SOCHPED, 2020) e, novamente, na Espanha com *Consejo General de la Psicología de España* (COGPE, 2020).

Por meio dessas e de outras intervenções realizadas em todo o mundo, é indiscutível as aproximações estabelecidas com o que se define por Psicologia das Emergências e Desastres. Articulando a teoria com a prática, é notório que devido a imprevisibilidade da COVID-19, somada a rapidez e intensidade de sua evolução, a maioria das medidas interventivas foram construídas durante o estado de emergência, não havendo uma ‘preparação para a crise’. Um fator importante de análise, quando comparado a outros desastres, foi a grande participação dos Psicólogos durante o estado de emergência. Algo que apesar de existir na teoria, não é muito comum na prática, pois diante de um evento catastrófico a recomendação primordial é o resgate às vítimas (Franco, 2005). Isso faz com que o trabalho da Psicologia ressoe apenas no ‘a posteriori’, ou seja, depois da emergência. Conforme já citado anteriormente, cada desastre possui as suas particularidades, assim, algumas questões como a durabilidade da crise da COVID-19 e as emergências na saúde mental têm permitido com que a participação efetiva da Psicologia aconteça.

Ademais, é notório que a chave elementar sobre a importância da Psicologia em situações de emergências e desastres, foi e está sendo cumprida, a saber: “[...] a busca por auxiliar o sujeito (vítimas e/ou intervencionistas) em sua reorganização psíquica e social, com o intuito de minimizar possíveis agravos da saúde, física e emocional” (Paranhos & Werlang, 2015, p. 564). No entanto, se estas intervenções terão efeitos futuros na saúde mental dos afetados e, por conseguinte, os danos psicológicos associados não irão evoluir para um trauma, é algo que não poderemos prever. As implicações de uma crise são particulares e cada pessoa a enfrentará com seus próprios recursos, “mesmo que em situações semelhantes” (Franco, 2005, p. 03). Destarte, as apostas sustentadas no compromisso social da Psicologia de acolher o sofrimento psíquico foram lançadas, e espera-se que essas contribuições possam soar positivamente nesse momento de incertezas, crises e perdas.

Momento de Concluir

Em termos conclusivos, algumas das linhas de cuidado estabelecidas na pandemia da COVID-19 já existiam no cenário da *Psicologia das Emergências e Desastres*. As linhas

telefônicas de atendimento psicológico, por exemplo, foram ferramentas utilizadas em 2001 na cidade de Lima, no Peru, após um incêndio no mercado popular. Esse trabalho, dirigido por Psicólogos, denominou-se “infosauúde”, tendo duração de setenta e duas horas após o desastre (Salazar, 2006). Diferente das práticas de atendimentos *online* que, apesar de constituírem-se como dispositivos terapêuticos regulamentados por conselhos de Psicologia em várias partes do mundo, só agora aparecem como técnicas interventivas em situações de emergência, podendo, talvez, entrar para a história desta área de conhecimento como um momento de reinvenções e mudanças. Principalmente, por essas ferramentas tornarem-se a única forma possível de acolhimento psicológico, quando comparado a outros desastres, ao se considerar as diretrizes de distanciamento social e biossegurança no combate ao vírus.

Para além desses apontamentos, o cenário da COVID-19 trouxe à tona outras realidades, como a necessidade de um maior investimento em pesquisas e estudos sobre emergências e desastres que ampliem o diálogo com a Psicologia. Além disso, está mais do que comprovado a maneira como este profissional pode auxiliar na mitigação dos efeitos psicológicos de um desastre, seja ele biológico ou não. Por fim, torna-se urgente a discussão de temas que versem a tríade: desastres, psicologia e saúde mental, o que inclui uma maior capacitação por parte dos profissionais de Psicologia para que suas práticas aconteçam de forma responsável e adequada (Paranhos & Werlang, 2015). Acrescentamos ainda a urgência no cumprindo das diretrizes de atuação no contexto dessa especialidade, que, como percebido nesse artigo, ultrapassam os contornos da clínica tradicional. Dessa vez foi a COVID-19, entretanto não podemos esperar o surgimento de outra peste para que essas e outras discussões venham à tona.

Referências

- Barrales, C., Marín, H., & Molina, R. (2013). Estado del arte de la psicología en emergencias y desastres en Chile y América Latina. *Liminales. Escritos sobre psicología y sociedad/ Universidad Central de Chile*, 1(03), 123-142.
- Brain Research Fondazione Onlus (2020). *Osservatorio suicidi COVID-19*. Acesso 07 de Julho de 2020. <https://www.fondazionebrf.org/osservatorio-suicidi-covid-19/>
- Brasil. (2010). Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos Pesquisas sobre Desastres. *Gestão de riscos e de desastres: contribuições da psicologia. Curso à distância / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres*. Florianópolis: CEPED.
- Camus, A. (1947). *La peste*. Biblioteca de libros en español. Libros Tauro. <file:///C:/Users/hedi/Downloads/Camus,%20Albert%20-%20La%20Peste.pdf>
- Colegio Oficial de la Psicología de Castilla-La Mancha (24 de março de 2020). *Teléfono de Atención psicológica ante el Coronavirus: Apoyo y prevención en la situación de crisis en CLM*. Acesso 20 de junho de 2020. <https://www.copclm.com/archivos/9503>
- Consejo General de la Psicología de España Infocop (14 de Mayo de 2020). *Gestión y*

- protocolos para una intervención psicológica telefónica a afectados*. Acesso 22 de junho de 2020. <http://www.jornadas.cop.es/seminariosWeb/14mayo.php>
- Conselho Federal de Psicologia (29 de junho, 2020a). *População em situação de rua e imigrantes no contexto da COVID-19*. Brasília: CFP, 2020. Acesso 01 de Julho de 2020. <https://site.cfp.org.br/populacao-em-situacao-de-rua-e-imigrantes-no-contexto-da-covid-19/>
- Conselho Federal de Psicologia (25 de maio, 2020b). *Saúde da Mulher: A Psicologia e os desafios antes, durante e depois da pandemia da COVID-19*. Brasília: CFP, 2020. Acesso 25 de junho de 2020. <https://site.cfp.org.br/cfp-debate-papel-da-psicologia-na-saude-das-mulheres-em-tempos-de-pandemia-da-covid-19/>
- El Norte de Castilla (27 de março, 2020). *La facultad de psicología de la universidad de Salamanca habilita un servicio telefónico de atención psicológica*. Acesso em 02 de abril de 2020. <https://www.elnortedecastilla.es/salamanca/facultad-psicologia-universidad-20200327120018-nt.html>
- Fiocruz (2020). *Atualização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial na COVID-19*. Acesso em 10 de julho de 2020. <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/atualizacao-saude-mental-psicossocial-covid19/>
- Franco, M. H. P. (2005). Atendimento psicológico para emergências em aviação: A teoria revista na prática. *Estudos de Psicologia*, 10(2), 177-180.
- Freud, S. (1915/2006) Reflexões para os tempos de guerra e morte. In. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 14, 285-311.
- Freud, S. (1932/2006). Por que a guerra? In. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 22, 191-209.
- Giuffrida, A. (21 de maio de 2020). *Los psicólogos italianos alertan de que ocho de cada diez italianos demandan tratamiento debido a la pandemia*. Acesso 07 de Julho de 2020. https://www.eldiario.es/internacional/theguardian/impacto-confinamiento-salud-mental-italianos_1_5972648.html.
- Infocop online (07 de abril de 2020). *El colegio de psicología de Navarra y el gobierno de Navarra activan un teléfono para atender a la ciudadanía durante la pandemia del Covid-19*. ISSN 1886-1385 Acesso 20 de junho de 2020. http://www.infocop.es/view_article.asp?id=8689
- Liu, S., Yang, L., Zhang, C., Yu-TaoXiang, Liu, Z., Hu, S., Zhangab, B. (2020). Online mental health services in China during the COVID-19 outbreak. *The Lancet Psychiatry*, 7, 17-18. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(20\)30077-8](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(20)30077-8)
- Lomeña, E. (2007). *Breve histórico de la psicología de catástrofes*. In J. M. Fernández (Ed.), *Apoyo psicológico en situaciones de emergencias*. Madri: Psicología Pirámide, 29-41.
- Matalucci, S. (02 de abril de 2020). *Itália lança programa de ajuda psicológica para*

quarentena. Acesso 27 de Junho de 2020. <https://www.dw.com/pt-br/it%C3%A1lian%C3%A7a-programa-de-ajuda-psicol%C3%B3gica-para-quarentena/a-52998798>.

Organização Mundial da Saúde (2020). *Who coronavirus disease (COVID-19) dashboard*. Acesso 07 de julho de 2020. <https://covid19.who.int/>

Paranhos, M. E., & Werlang, B. C. G. (2015). Psicologia nas emergências e desastres: Uma nova prática a ser discutida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(2), 557-571.

Política Nacional de Defesa Civil (2012). *Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres*. Florianópolis, Brasil. Acesso 14 de Junho de 2020 <https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/09/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Defesa-Civil.pdf>

Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2). 1-2.

Sá, S. D., Werlang, B. S. G., & Paranhos, M. E. (2008). Intervenção em crise. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 4(1), 1-10. DOI: 10.5935/1808-5687.20080008.

Salazar, D. (2006) Intervenção psicológica em emergências e desastres: A experiência peruana. In. *Primeiro seminário nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a construção de comunidades mais seguras*. Brasília/DF: Finatec/UnB.

Schmidt, B., Crepaldi, M. A., Bolze, S. D. A., Neiva-Silva, L., Demenech, L. M. (2020). Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia*, 37(e200063), 1-13. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>

Serra, A. V. (2007). Catástrofe e as suas repercussões no ser humano. In *Psiquiatria de Catástrofe: Memória do encontro psiquiatria de catástrofe e intervenções na crise*. Coimbra: Palheira.

Sociedad Chilena de Psicología en Emergencia y desastre (2020). *COVID19: SOCHPED apoya con capacitaciones on-line*. Acesso 20 de maio de 2020. <https://www.sochped.cl/>

Stael, G. (13 de maio de 2020). Durante pandemia, grupo da USP oferece atendimento psicológico on-line e gratuito. Acesso 20 de junho de 2020. <https://jornal.usp.br/podcast/durante-pandemia-grupo-da-usp-oferece-atendimento-psicologico-online-e-gratuito/>

Zeferino, M. T. (2015). *Crise e urgência em saúde mental: Fundamentos da atenção à crise e urgência em saúde mental*. Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa, 4, 25-30.

Zhou, X. (2020). Psychological crisis interventions in Sichuan Province during the 2019 novel coronavirus outbreak. *Psychiatry Research*, 286, 112895. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psychres.2020.112895>

Clínica sem fronteiras: errância, método clínico e posição do analista

Ivo de Andrade Lima Filho

Introdução

A experiência clínica com pacientes jovens tem ensinado duas questões essenciais: a primeira é relativa às particularidades do sofrimento e às diferentes maneiras de expressá-los, denunciando os mal-estares de nosso tempo contemporâneo; a segunda concerne às diferentes respostas criativas e inventivas que os jovens encontram para dar conta do mesmo mal-estar. A escuta desses jovens tem contribuído na pesquisa sobre os traços comuns de sofrimentos que se apresentam e se repetem no cotidiano da clínica.

Para adentrar esse campo das particularidades, recorreremos à noção dos “*Sem Fronteiras*” e da *Errância*. Tais noções têm contribuído para se pensar no método clínico e na posição do analista diante desses casos clínicos que interrogam as estruturas clínicas já conhecidas (neurose, psicose e perversão); além de instigar o analista a “se virar nos 30” diante das situações em que se vê convocado a intervir. Nessa perspectiva, nosso objetivo é discutir as noções de *fronteira*, *borda*, e suas contribuições na reflexão sobre a clínica com sujeitos errantes, “sem fronteiras”, que, sob transferência, tentam tecer com o analista a bricolagem dos seus sofrimentos na tentativa de dar alguns destinos para eles. Que ideias contribuem para se pensar numa clínica sem fronteiras? O que é uma fronteira ou limites na clínica?

Uma Primeira Contribuição

Não é nosso objetivo realizar uma extensa pesquisa sobre a questão da fronteira, do limite e da borda no campo psicanalítico. Vários autores já o fizeram (Figueiredo & Cintra, 2004; Green, 2017; Villa & Cardoso, 2004), contribuindo para o aprofundamento dessa temática. De início, realço brevemente as contribuições de Freud (1996) sobre a noção de fronteira e, em seguida, a posição de Green (1990) para situar, posteriormente, a invenção lacaniana de borda que, diferentemente de fronteira, também contribui na problematização sobre os casos clínicos que consideramos viver numa errância subjetiva, numa vivência “Sem fronteiras”.

Desde o *Projeto para uma psicologia científica*, publicado inicialmente em 1895, Freud (1996) discorre sobre a zona existente entre neurônios, quando se refere à formação do aparelho psíquico no seu primeiro modelo teórico, destacando as fronteiras entre os sistemas perceptivos, de memória. A fronteira também foi pensada pelo autor para designar a relação que o sujeito estabelece com o mundo exterior.

É a partir dessa fronteira que o aparelho psíquico vai se diferenciar, protegendo-se dos estímulos originados dessa fonte. Freud fala de uma tela de proteção, uma espécie de estrutura celular nas extremidades dos neurônios \emptyset , cuja função seria impedir a entrada excessiva de estímulos exógeno ao aparelho (Villa & Cardoso, 2004, p. 62).

Em *A interpretação dos sonhos*, quando Freud (1900/1996) descreve o aparelho psíquico, podemos pensar no pré-consciente como uma fronteira entre o Ics e o Cs. No

comentário de Freud (1923/1996) acerca do Id, Ego e Superego, na segunda tópica, o autor deixa claro que não existe uma fronteira nítida entre essas instâncias, tal como se observa nas fronteiras artificiais delineadas na geografia política. Por último, um conceito que nos serve também para pensar na noção de fronteira em Freud (1915/1996) é o conceito de pulsão que se situa em um espaço fronteiro entre o corpo e o psíquico.

As marcas deixadas por Freud (1996) para pensar na zona de fronteira contribuíram para que Green (1990) teorizasse acerca do espaço fronteiro como um terceiro território. Nessa perspectiva, segundo Villa e Cardoso (2004), “não se trata de considerar a noção de fronteira como uma simples linha divisória, uma barreira que impediria ou limitaria a comunicação entre dois territórios” (p. 65). O terceiro território é constituído pelas características dos dois campos e é uma zona de elaboração psíquica. Nesse lugar, o paradoxo se constitui pela coexistência do sim e do não, o lugar do talvez.

Villa e Cardoso (2004) lembram-se das dificuldades dos sujeitos em estado-limite de transitar pelos diversos espaços fronteiros que compõem o universo psíquico. Constata-se uma dificuldade, nesses casos clínicos, na relação estabelecida com o objeto: ou o sujeito se cola excessivamente a ele, por vezes se confundindo com o objeto, ou, ao contrário, afastando-se do objeto. Essa oscilação excessiva estabelecida entre o sujeito e o outro, entre uma dependência absoluta e um afastamento também radical, mostra como esse fenômeno oscilatório denuncia a precariedade no estabelecimento de zonas de fronteira entre o eu e o outro. Tais oscilações, ao denunciar a falta de instalação do espaço fronteiro, denunciam também a falha da relação estabelecida com o outro como alteridade. Figueiredo (2003) refere como, nesses quadros clínicos, as oscilações de afetos, das instabilidades, das mudanças bruscas e de um vai e vem, por vezes, confundem-se com uma psicose maníaco-depressiva, atualmente conceituada como transtorno bipolar.

Segundo Green (1990), o *Limite* se constitui duplamente: o limite entre o exterior e o interior e o efetuado pelo recalçamento. Quando falha a boa articulação entre esse duplo limite, produz-se a patologia *borderline*. Segundo Figueiredo e Cintra (2004), Green (1990) trabalha a noção de limite numa perspectiva metapsicológica com uma imediata incidência na clínica. Tal noção de Limite contribui para os estudos sobre os estados ou condições-limite, essenciais nas investigações das situações clínicas em que se constata grandes dificuldades nos manejos, nas intervenções e na experiência dos ataques transferenciais.

A instalação do duplo limite faz-se necessária para a constituição do mundo representacional. “Pois para que o mundo das representações e, mais ainda, o pensamento, possam ser instalados, pulsões e objetos precisam submeter-se mutuamente ao trabalho do negativo, deixando-se modular mutuamente” (Figueiredo & Cintra, 2004, p. 34). O trabalho do negativo é, segundo os autores, necessário para que o sujeito possa falar e desejar. “A fala negativiza a pulsão duplamente: em parte, a contrária, impondo-lhe diferenças, escolhas, renúncias, moderação – isto ou aquilo e não mais tudo como alvo da voracidade pulsional; em

parte, a transforma em desejo” (Figueiredo e Cintra, 2004, p. 34). Em ambos os lados dessa negatividade, há perdas. Como afirma Green (1990), escolher é sempre perder.

Se, por um lado, a noção de limites ou fronteiras pode ser lançada para discutir e pensar sobre uma possível estruturação *borderline* – situada entre as neuroses e psicoses, sobre as psicopatologias, conforme advoga a escola inglesa (com quadro clínico específico, com diagnóstico, etiologia, etc.) –, por outro lado, a noção de fronteira pode também nos relançar a refletir sobre a fronteira como um espaço de trânsito, de passagem, ou mesmo de transitoriedade, espaço de elaboração e de relação de compromisso, como referem Villa e Cardoso (2004), aproximando-se das teorizações francesas.

Nessa perspectiva, o funcionamento psíquico não está referido necessariamente a algo fixo e estrutural. Lembremos aqui as teorizações de Rassial (2000) acerca dos sujeitos em estado-limite e a questão da passagem pela adolescência. Segundo esse autor, a contribuição de “caso” e “limite” – proposto por Green (1990) – foi essencial para que Rassial propusesse o conceito de “estado” e adentrasse o universo teórico e clínico de Lacan (2007), principalmente na sua segunda clínica; apostando, porém, no “nó do estado limite”. Uma aposta para além das estruturas clínicas; uma aposta *sinthomática* para cada um!

Uma Segunda Contribuição

Em outra perspectiva teórica e clínica, diferente das apresentadas acima e próximas ao pensamento de Rassial (2000), encontramos, nas ideias de Lacan, principalmente na primeira clínica, as fronteiras em que vão se delineando as teorizações sobre o Imaginário, o Simbólico e o Real. Esses registros, inicialmente concebidos, são amarrados pelo nó borromeano, cuja constituição é estabelecida pelas fronteiras entre eles e contribui para o avanço realizado por Lacan (1971/2009), já na sua segunda clínica, para a noção de borda, de letra, descrito na lição sobre Lituraterra no Seminário 18. As amarrações que se estabelecem entre registros ajudam a pensar nas diferentes estabilizações dos sujeitos e sobre a produção e invenção de *sinthomas* diversos como respostas à errância subjetiva em que se encontram muitos dos jovens contemporâneos. A referência à borda se distingue da referência à fronteira encontrada nos ensinamentos de Freud e Green, por exemplo.

Lacan (2009), no Seminário 18, afirma: “A fronteira ao separar dois territórios, tem apenas uma falha, mas que é de porte. Ela simboliza que os dois são a mesma coisa, por assim dizer, pelo menos para quem atravessa” (p. 109). O autor continua, nesse Seminário, propondo a noção de *litoral*. A *litoralidade* pode ser estabelecida com a noção de Letra, uma noção descrita por Lacan quando afirmou que há um buraco no saber. A borda desse buraco é desenhada pela letra. “A letra teria tendência à litoralidade, presta-se tanto ao saber quanto ao gozo, estaria tanto no inconsciente quanto no pré-consciente” (Rego, 2006, p. 205). Não se trata de pensar em dois territórios separados por uma fronteira quando se pensa na letra, mas sobre uma referência ao real incidindo sobre o simbólico. Tal noção nos reporta ao limite do representável e do sentido, a saber, no limite da cadeia significante em produzir significados

em razão da própria incidência da Letra como Real.

Essa contribuição lacaniana da letra como real incidindo no simbólico nos serve como um operador teórico para se pensar que há um grande obstáculo na construção do sentido e na interpretação do sintoma. Ele resiste ao sentido e à interpretação exatamente porque algo do real insiste e incide no simbólico. Essa incidência do real, da letra como litoral, tem consequências sobre o que pensamos acerca de uma vivência “Sem fronteiras”. No litoral, não há fronteiras demarcadas. Prevalece o “Sem fronteiras” do gozo incidindo sobre o sujeito e sobre suas maneiras singulares de sofrer, mas também de inventar respostas *sinthomáticas* com ele: o gozo.

A dimensão do Real, do irrepresentável e do gozo é realçada pela segunda clínica de Lacan (2007) e – diferentemente da primeira clínica estruturalista, clínica do significante e do inconsciente estruturado como uma linguagem – tem contribuído nas pesquisas sobre os fenômenos clínicos contemporâneos que escapam das classificações clássicas de neurose, psicose e perversão. Tais fenômenos clínicos singulares possibilitam que autores, como Nieves Soria Dafunchio (2015), afirmem e considerem que devemos apostar em sujeitos que são inclassificáveis. “Me interessa especialmente manter aberta a pergunta pelo inclassificável, deixar aberto esse buraco impossível de suportar do inclassificável” (Soria Dafunchio, 2015, p. 21, tradução nossa). Essa autora considera que tais sujeitos se encontram numa zona de fronteira e elege para objeto de seu estudo encontrar nessa zona de fronteira, na borda desse buraco, uma orientação sem tentar fugir dela.

Encontrar uma orientação nessa zona de fronteira, a saber, na borda do buraco, tem sido um dos desafios da clínica psicanalítica. Dizendo de outra forma, encontrar uma orientação clínica à vivência da errância de sujeitos capturados pela dimensão do “Sem fronteiras” do gozo instiga o analista a se valer de uma função específica que denomino de “se vira nos 30”. Sem negar as orientações e contribuições da clínica estruturalista, o analista vê-se cada vez mais afetado e instigado pelos sinais de sofrimentos da época e, também, por modos bastante singulares de os sujeitos enunciarem seus sofrimentos e inventarem respostas alternativas a eles.

Nessa perspectiva, penso que uma clínica sem fronteiras nos remete, inicialmente, a duas questões essenciais e paradoxais: a primeira diz respeito à psicanálise e ao próprio analista em se deixarem transitar por diferentes universos teóricos, epistemológicos, clínicos e socioculturais, como errantes que caminham sem saber para onde ir. Apenas caminham, observando e aprendendo com o vivido, transformando esse vivido numa experiência pela própria condição de serem errantes nas travessias das fronteiras. Nessa perspectiva, o analista experimenta um gosto pela indeterminação na clínica e aposta nas respostas singulares do outro, nas invenções do outro. Algo novo como resposta é possível porque se erra como condição da própria experiência clínica.

A segunda questão a que a clínica sem fronteiras nos remete é apostar que, nessa

experiência de indeterminações, algo seja inventado sob transferência. Em uma perspectiva lacaniana, seria apostar numa tessitura *sinthomática* em que o corpo falante, corpo gozoso, corpo do *fallasser*, aquele que Lacan (2007) priorizou no fim do seu ensino e, por referência e inspiração ao texto joyceano, pode discorrer sobre um sujeito desabonado do inconsciente, um sujeito que, mediante seu saber-fazer, inventou uma resposta singular.

Diante dos casos clínicos contemporâneos, especialmente os mais próximos aos desabonados do inconsciente (Lacan, 1975-1976/2007), a saber, aqueles que não estão regidos preferencialmente pela lógica do recalçamento e do retorno do recalcado, o método da associação livre encontra-se bastante limitado para intervir nessas situações.

Segundo Miller (2011), o analista acolhe a emergência do singular e orienta sua clínica para o singular e o “que Lacan chama de *sinthoma* é, por excelência, o conceito de singular” (p. 91). Nesse sentido: “Ao apreendê-lo como tal, vocês não poderão compará-lo a nada” (Miller, 2011, p. 91), embora saibamos que o singular tem relação com o particular e o universal. O *Sinthoma* que designa o singular está fora da clínica, fora da classificação, é o singular em seu absoluto; “há *sinthoma* em cada um” (Miller, 2011, p. 84).

A orientação para o singular não quer dizer não deciframos o inconsciente. Ela quer dizer que essa exploração encontra necessariamente um obstáculo, que essa decifração se interrompe no fora do sentido do gozo, e ao lado do inconsciente, onde isso fala – e fala a cada um porque o inconsciente é sempre sentido comum –, há o singular do *sinthoma*, onde isso não fala a ninguém. Razão pelo qual Lacan o qualifica de acontecimento de corpo (Miller, 2011, p. 97).

Contudo: “Não é um acontecimento do corpo especular [...]. É um acontecimento do corpo substancial, aquele cuja consistência é de gozo” (Miller, 2011, p. 97). Dessa forma, podemos distinguir dois momentos da clínica: um dirigido para a exploração do Ics, cujo princípio é que o sintoma tenha um sentido, que tudo que faz sintoma – lapso, ato falho, etc. – tem um sentido e pode ser decifrado; e a outra orientação, a orientação para o singular, parte do princípio de que a decifração encontra obstáculos e se interrompe no fora de sentido do gozo. Nessa perspectiva, as intervenções se dirigem também para essa dimensão do corpo que goza; dimensão essa em que a palavra do analista e o registro representacional encontram grandes obstáculos, convocando o analista a “se virar nos 30”.

Acontecimento de Pensamento e Acontecimento de Corpo: um Fragmento Clínico

Em psicanálise, o acontecimento de pensamento é tudo que temos como material, é a única massa em que colocamos a mão [...]. A questão é saber como o acontecimento de pensamento se relaciona com o acontecimento de corpo. O que se obtém do paciente surge em decorrência de dizer o acontecimento de pensamento (Miller, 2011, p. 102, grifo do autor).

Pedro está invadido de pensamentos. Ele erra em busca de significantes de ideal. Paralisado. Os mesmos pensamentos, no mesmo lugar. Angustia-se. Nada faz muito sentido. A vida não tem sentido. No início, o sentido fora construído por uma verdade absoluta, verdade enunciada pela mãe. Essa verdade cai. Fica à deriva e paralisado. Apenas os pensamentos divagam na busca de algum lugar para se ancorar. Tem dificuldades em realizar um projeto na vida, em desejar e sonhar com o futuro. Um dia senta-se no chão da sala do meu consultório.

Estava cansado de falar do mesmo lugar e não conseguir agir no mundo, não conseguir realizar algo. Finalizo essa sessão dizendo a ele do seu movimento para tentar mudar de lugar. Um gesto.

Noutra sessão, fala da angústia, da paralisia, e em não conseguir realizar os trabalhos da Universidade. Diante da necessidade em iniciar um desses trabalhos universitários, fez um gesto no papel, um risco, e as coisas aconteceram, conseguindo participar de um trabalho em grupo, com colegas. Ao me relatar sobre essa experiência, finalizo a sessão dizendo a ele que a saída é pelo gesto, pelo movimento. Na próxima sessão, começa a andar na sala: sobe na cadeira, deita no divã e, caminhando, diz ao analista que precisa encontrar uma fronteira: saber o que pode e não pode. Olha para os objetos da sala e me pergunta se pode quebrá-los. Digo a Pedro que, se ele quebrar, não poderá mais usufruir esses objetos nas próximas sessões. Nem ele nem outros pacientes que, também, transitam por ali. Digo a ele que pode mexer nos objetos. Nesse momento, o analista mexe nos objetos da sala, arrasta a cadeira e ele ri, entrando nessa brincadeira.

O movimento, o gesto, será sempre lembrado pelo analista a Pedro para ajudá-lo a encontrar as saídas para sua paralisia. Todas as vezes quando ela se instala, há um trabalho a ser feito de amarração dos pensamentos aos gestos e à produção. O traço que havia riscado no papel e reproduzido diante do analista por meio de seu gesto corporal foi capturado pelo analista, destacado, para ser introduzido no campo discursivo. Pedro fala dos desenhos, dos projetos universitários e o analista se põe na posição de ajudá-lo a desenvolvê-los. Noutra ocasião, referiu sobre uma experiência de cortar plantas em um sítio; do prazer em ter de cortá-las após um tempo de paralisia diante delas. Após cortá-las, pôde criar formas com os gravetos.

Na sessão seguinte a essa experiência, pede-me que a sessão tenha várias horas, pois estava diante de uma sensação nunca vivida. Muita coisa estava sentindo e precisava ser dita, transmitida, após essa experiência. Riscar, cortar, são significantes que estão diretamente articulados com o gesto, com os primeiros movimentos em torno da tessitura que Pedro precisa fazer a partir do corpo, na tentativa de tanto conter o gozo paralisante dos pensamentos quanto usá-lo no trançado com os objetos esteticamente construídos por ele.

Na tentativa de saída pelo gesto estético, ou melhor, a partir da vivência pela errância dos seus pensamentos, na busca de um significante de ideal, de uma verdade absoluta que lhe desse um sentido – também absoluto – sobre a vida e o porquê de viver; uma aposta do analista foi capturar algo do corpo, um sinal desse corpo gozoso, e fazer desse sinal um dos fios a serem tecidos com Pedro. Uma aposta de contenção do gozo e, ao mesmo tempo, de abertura para o desejo e para o gesto esteticamente inventado por ele.

Considerações Finais

“A clínica sem fronteiras” nos remeteu, inicialmente, às diferentes concepções sobre as noções de fronteira, limite e letra que foram desenvolvidas por reconhecidos autores da

psicanálise. Revisitar tais concepções favorece adentrar a complexidade e os desafios que a clínica contemporânea tem mostrado, principalmente no manejo de casos clínicos nos quais as classificações de sujeitos nas estruturas clássicas – neurose, psicose e perversão – não são suficientes. Essa constatação contribui, também, para que os analistas possam refletir sobre o manejo dos casos clínicos cuja condução do tratamento os convoca a se “virar nos 30”, conforme descrito na vivência errante de Pedro.

A vivência “Sem fronteiras” do gozo contribuiu na vivência da errância de Pedro em buscar um significante de ideal, a saber, em buscar uma verdade “delirante” de completude narcísica, marcada, sobretudo, pelas insígnias de prazer. Sua errância se mostrava, prioritariamente, por meio dos seus pensamentos que divagavam enquanto o corpo permanecia paralisado. Muitas ideias e nenhuma ação. A captura do gesto, esse traço do corpo, foi visto e nomeado pelo analista como “a saída é pelo gesto, é pelo movimento”. A partir daí, um trabalho se inicia de tessitura e bricolagem, sob transferência, entre os traços destacados do corpo gozoso (os gestos), os pensamentos e o agir dirigidos à estética dos gestos.

Essa tessitura é sempre singular – e é nesse singular que se aposta a invenção *sinthomática*. Ratifico que os sinais de sofrimento de nossa época convocam os analistas a se inspirarem no gesto inaugural de Freud ao inventar a Psicanálise. Uma disciplina advinda da liberdade do autor em transitar pelas fronteiras do conhecimento e pelas fronteiras da clínica. Nesse sentido, interessa destacar a dimensão paradoxal da noção de fronteira e errância na clínica contemporânea. De um lado, atravessar fronteiras e não se fixar nelas, parece-nos uma dimensão positiva da errância quando se pensa tanto nos sujeitos inventando seus estilos e sua estética de existir quanto na posição do analista e suas possibilidades em inventar e criar orientações na prática clínica cotidiana diante dos mal-estares contemporâneos. Por outro lado, quando a errância é movida pelo “sem fronteiras” do gozo, o que sobra, para o sujeito, é sua paralisia, sua fixação em uma angústia paralisante. Nessas situações, há um longo trabalho a ser feito de contenção do gozo e de abertura para o desejo.

Referências

- Figueiredo, L. C. M. (2003). *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, L. C. M., & Cintra, E. U. (2004). Lendo André Green: o trabalho do negativo e o paciente limite. In M. R. Cardoso, & M. Rezende (Orgs.). *Limites* (pp. 13-58). São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (1996). O ego e o id. (J. Salomão, Trad.) In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp. 13-80). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (1996). Os instintos e suas vicissitudes. (J. Salomão, Trad.) In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp.71-84). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915).

- Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos. (J. Salomão, Trad.) In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vols. 4 e 5, pp. 13-363). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. (J. Salomão, Trad.) In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 212-264). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).
- Green, A. (1990). Conceituações e limites. In A. Green. *Conferências brasileiras de André Green: metapsicologia dos limites* (pp. 11-22). Rio de Janeiro: Imago.
- Green, A. (2017). *A loucura privada: psicanálise de casos-limite* (M. Gambini, Trad.). São Paulo: Escuta.
- Lacan, J. (2007). *O seminário, livro 23: o sinthoma* (S. Laia, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1975-1976).
- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1971).
- Miller, J. A. (2011). *Perspectivas dos Escritos e Outros Escritos de Lacan: entre desejo e gozo* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Rassial, J. J. (2000). *O sujeito em estado limite*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.
- Rego, C. M. (2006). *Traço, letra, escrita: Freud, Derrida, Lacan*. Rio de Janeiro: Sete Letras.
- Soria Dafunchio, N. (2015). *¿Ni neurosis ni psicosis?* Buenos Aires: Del Bucle.
- Villa, F. C., & Cardoso, M. R. (2004). A questão das fronteiras nos estados limites. In M. R. Cardoso (Org.). *Limites* (pp. 59-70). São Paulo: Escuta.

A importância do pensamento latino americano nas graduações: implicações para as práticas psicológicas no cenário brasileiro

Itala Daniela da Silva

Fagner Emanuel Silva

Introdução

Semestralmente diversos Centros Universitários (Universidade, Centros ou faculdades) lançam no mercado de trabalho profissionais de diversas áreas, dentre eles, psicólogos/as. Não é só o número de bacharéis ou licenciados em psicologia que cresce a cada seis meses. Temos testemunhado o aumento considerável de faculdades que oferecem o curso de bacharelado e/ou licenciatura.

As diversas grades curriculares denunciam a perspectiva teórico-prática de cada Instituição de Ensino Superior (IES). A grade de docente, os projetos de pesquisa e a participação de alunos/as em grupos de extensão, deixam transparecer o compromisso sócio-político do curso. As produções científicas e a formação contínua de cada docente, revelam o envolvimento e o processo de maturidade acadêmica do quadro de formadores. Tais fatores, associados, equacionam a avaliação do curso, tanto de graduação como de pós-graduação das Universidades, Faculdades e/ou Centros Universitários. Todavia, diante do crescimento contínuo de IES e seus respectivos polos, que oferecem o curso de graduação em psicologia, enquanto aluno e professora, temos interrogado: Como tem se construído a grade curricular dessas instituições? Quais as perspectivas de práticas, teóricos e reflexões críticas têm sido travadas? Qual o compromisso das produções científicas e dos projetos de extensão com a realidade brasileira? O quanto o corpo docente está preocupado em articular suas perspectivas teóricas com a realidade latino-americana?

Essas interrogações aparecem circunscritas a partir de nossas experiências. Um dos autores, na condição de aluno de graduação, percebeu o quanto tem havido mudanças no cenário acadêmico. Desde a presença do pensamento estadunidense até o declínio do pensar, em detrimento do fazer tecnicista (empregabilidade e trabalhabilidade). No ano de 2009, o graduando havia cursado dois períodos do curso de psicologia em uma determinada IES no agreste pernambucano. Em 2017, ao retornar para o ambiente acadêmico, optou por outra IES na mesma cidade, tendo em vista o atrativo financeiro. Na ocasião, acreditava-se que a questão do preço atrativo não comprometeria o cenário de formação, algo percebido logo nos primeiros meses. O quadro de docente constava, em sua grande maioria, por professores com poucas ou quase nenhuma trajetória acadêmica ou de pesquisa. A grade curricular, por mais que representasse a realidade brasileira, isso não se efetivava no discurso dos professores em sala de aula. Havia uma distância notória entre teoria e prática. Ou melhor, teoria e prática no cenário brasileiro. Enquanto aluno de graduação a questão passou a ser: Como ir para o campo, como ir para a prática profissional sem a articulação com a nossa realidade e sem considerar as especificidades do nosso povo? Consideramos destacar que o aluno é um

homem de meia idade e negro que percebe o quanto as especificidades históricas, inclusive da negritude no Brasil são por diversas vezes desconsideradas.

Tal pergunta, encontrou um solo fértil de articulação e diálogo com os delineamentos e estudos da tese da aluna de doutorado. Nas reflexões de doutoramento, tem-se pensando possibilidades de prática e de pesquisas que considerem a realidade latino-americana e suas especificidades. A argumentação tem posto em discussão o quanto, por vezes, nossas teorias estão atravessadas pelos teóricos euroestadunidenses.

Enquanto o graduando percebe que a psicologia admirada e aplicada na graduação de algumas instituições, além de ter um cerne europeu e estadunidense, por vezes não conhece as realidades e necessidades específicas do povo brasileiro; a doutoranda, discute sobre a importância de levar os fatores históricos, sociais, culturais e políticos em consideração ao articularmos as questões da psicologia com o cenário latino-americano.

A partir do diálogo dessas questões, propomo-nos a porfiar sobre a importância de se pensar uma formação em psicologia que tenha os olhos voltados para o homem/mulher da nossa realidade. Trata-se de uma discussão entrelaçada com apontamentos bibliográficos que se apoiam nas discussões de pesquisadores da psicologia e da filosofia que colocam em questão tanto as demandas da população brasileira, como a importância de um pensar articulado com o cenário e com a história da América Latina.

Para isso, apresentaremos o pensamento latino-americano; discorreremos sobre a importância de uma formação que articule teoria e prática. Por fim, discutiremos sobre a importância do pensamento latino-americano nas graduações para a construção de práticas psicológicas críticas no cenário brasileiro.

Pensamento latino-americano: breve história e reverberação na prática psicológica

A compreensão acerca da importância de interrogar as práticas e as teorias psicológicas levando em consideração os processos históricos, dentre eles a colonização, surgiu a partir das reflexões construídos no processo de doutoramento de um dos autores.

Na prática psicológica clínica, assim como nas pesquisas desenvolvidas, enquanto doutoranda, uma das autoras foi se dando conta das distinções existentes entre a população atendida no agreste e na capital pernambucana. As singularidades de cada população, indicaram demandas específicas. As especificidades ofereciam pistas de que era necessário estar aberto à cada realidade distinta.

Apesar dos nortes teóricos, a vida concreta convocava, constantemente, a um deslocamento. Isso me faz lembrar do que Hannah Arendt fala sobre vida ativa e, sobretudo, auxilia na compreensão à crítica que ela tece a filosofia. Para Arendt (2008), por vezes, a filosofia resvala em discussões sobre a vida contemplativa e não a vida ativa. Isso é testemunhado constantemente por mim em cada atendimento clínico: a vida concreta/ativa é muito distinta da contemplativa. Esse olhar de Arendt nos coloca diante da necessidade de um olhar ao mesmo tempo político/plural e singular, além de me convocar para pensar a vida

em sua dimensão de coautoria que por si já é política, ou seja, plural.

Essa construção em coautoria é também o lugar em que as interrogações acerca das práticas psicológicas têm nascido. Pensar e questionar tem sido um co-refletir com o grupo de pesquisa. O olhar de cada membro, tanto nas escutas clínicas, como nas construções acadêmicas, tem trazido singularidades de contextos concretos, de vidas ativas, de pluralidades e singularidades. O convite e as questões advindas dos campos parecem não encontrar respostas em reflexões teóricas explicativas metafísicas, em discussões ontológicas da fenomenologia e nem mesmo nas perspectivas sociais, já que trabalhávamos, também, com uma população (adultos e crianças em situações de rua) que chegava ao extremo de não ter direitos a ter direitos¹⁹.

Em um certo dia de orientação, estávamos discutindo sobre a dissertação de Sílvia Melo (2019) e, um dos textos que vinham à tona era “A crise na educação” de Hannah Arendt (2014). Nesse dia, cada um que participava da reunião fazia uma inferência, até que um dos membros questionou se a educação do qual Arendt estava falando tinha alguma similaridade com a educação brasileira. Foi nessa interrogação que nasceu a inquietação de como estamos pensando as questões específicas do povo brasileiro a partir de teóricos euro-estadunidenses. Não estamos colocando em xeque o pensamento arendtiano, estamos refletindo sobre as singularidades de cada lugar, povo, realidade e demanda específicas.

Com essa constatação, foi percebido a importância de mudar a pergunta. Antes a questão era: Quais os contributos de Hannah Arendt para a psicologia. Agora: Como Hannah Arendt sendo judia nascida na Alemanha e que depois morou nos Estados Unidos, pode contribuir com a psicologia, mas para a psicologia que acontece na América Latina e mais especificamente no Brasil?

Gustavo Santos (2017), sinaliza a importância da sensibilidade geopolítica para a articulação entre teoria e prática na área da psicologia já que essa, por vezes, parametriza as suas análises e práticas a partir de uma realidade europeia. Essa falta de distinção e sensibilidade gera problemas sérios nas articulações práticas e teóricas, já que as demandas latino-americana não são vistas como distintas da realidade europeia. No que concerne à nossa realidade geopolítica, Santos (2017) indica que nossa história é diferente do que chamamos de mundo ocidental pelo fato de não termos passado pelos mesmos processos históricos. E complementa: “Somos um caldo cultural formado por povos europeus, ameríndios e africanos” (Santos, 2017, p. 95).

Destarte, o autor bosqueja que é importante e necessário a psicologia tornar sensível a nossas distinções geopolíticas. Tal sensibilidade pode advir a partir de um pensamento que leve em consideração os apontamentos, também, de teóricos latino-americano, já que esses discutem as vicissitudes dessa realidade. Para Gustavo Santos (2017, p. 93) esse modo

¹⁹ Discussão apresentada por Sílvia Melo em sua dissertação que já foi defendida na UNICAP, mas ainda não foi disponibilizada na biblioteca e/ou no site institucional.

de pensar, convida-nos a repensar as bases epistemológicas levando em consideração a colonização como fator histórico, bem como a colonialidade como determinante epistêmico. Ademais, esse modo de pensar, no qual ele chama de decolonial, mas que não ficaremos presos ao termo²⁰, possibilita “agregar novos conhecimentos às nossas já cansadas ciências” (Santos, 2017, p. 108) que por vezes ainda está fundada, eminentemente, em um pensamento eurocêntrico e estadunidense.

Ademais, pensando referências teóricas latino-americana, deparamo-nos com autores que são referências em filosofia na América Latina. Eles apontam questões filosóficas importantes que podem contribuir para a psicologia realizada nesta região.

Para Alberdi (1842), a filosofia precisa estar de acordo com as exigências específicas de cada realidade e precisa ser real, não especulativa, aplicada aos interesses políticos, sociais, religiosos e morais de um país. Ocupar-se-ia, portanto, da “*metafísica del pueblo*”. Em resumo, a filosofia latino-americana deve ser essencialmente política e social, ardente e profética e que se proponha a pensar os problemas que interessam no momento. Sensível as condições políticas e sociais, caracterizar-se-ia a partir das respostas dadas as questões locais, importantes, temporais e específicas de cada povo e nação.

Leopoldo Zea (2005), ao discutir sobre “A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente”, interroga inicialmente o motivo pelo qual colocamos a questão se o povo latino-americano pode pensar. Em um paralelo com os filósofos gregos ele diz que esses simplesmente pensam e nunca questionaram se poderiam pensar. Assim, para Zea (2005), os pensadores latino-americano podem, simplesmente, pensar. E, esse pensar comprometido com a nossa realidade social, política e econômica por si construirá um pensar latino americano. Concordando, portanto, com Alberdi (1842), Zea (2005) propõe que não se trata de imitar, tomar como parâmetro o método do pensar a filosofia ocidental, mas dialogar com essas filosofias com vias de compreender as nossas necessidades e realidades. A distinção se dá, não na anulação do pensar euroestadunidense, mas nas novas respostas a partir das nossas demandas específicas.

Por falar em demandas específicas, aproximamo-nos da segunda questão: como as graduações em psicologia, ou melhor, o corpo docente das instituições, tem articulado as teorias com as demandas específicas do povo brasileiro?

A psicologia no cenário brasileiro

Conforme sinalizado no início dessa discussão, a problemática nasceu a partir da experiência do aluno de graduação que, ao retornar para ao cenário acadêmico percebeu algumas mudanças, a quiçá, o modo de se compreender os espaços de formação, o declínio do pensamento em detrimento de um tecnicismo, a emergência de teorias euroestadunidenses,

²⁰ A escolha por não ficar presa ao termo se deu pois, apesar de compreendermos a importância de um pensamento conectado as vicissitudes latino-americana, não restringiremos ao modo decolonial já que para os pesquisadores que usam esse termo existe todo um delineamento específico que precisa ser contemplado. Opto por me inspirar nessa sinalização, mas não a tomar com todos os seus contornos.

a lógica de mercado atravessando a educação e outros. Conquanto, nesses novos cenários, como tem se construído a formação efetiva dos psicólogos/as para atuarem na realidade brasileira? Por entre relatos e artigos, a tensão entre teoria e prática é algo sempre recorrente nas reflexões acadêmicas (Walckoff, 2016; Ferrarini & Camargo, 2014; Figueiredo, 1993).

As Diretrizes Nacionais Curriculares de Psicologia (2018), solicitam uma constante interlocução da construção do saber (teoria) com a efetivação prática desse saber. Na segunda alínea do artigo 14, a DNC indica a importância de se contemplar a multiplicidade teórica, assim como a complexidade do fenômeno psicológico a partir dos “contextos regionais, sociais, econômicos, culturais e da diversidade étnico-raciais, de gênero, de pessoas com deficiência e outros” (Brasil, 2018, p. 7).

Apesar das diretrizes curriculares apontarem para a importância dessas sensibilidades geopolíticas, nem sempre isso efetivamente se apresenta na prática de construção do conhecimento. Teorias importadas de realidades distintas são repassadas, muitas vezes, sem o crivo do filtro de nossa realidade. Não estamos colocando em xeque o pensamento dos psicanalistas, fenomenólogos, comportamentais e/ou outros. Estamos, apenas, pondo em questão, o quanto nossas graduações e pós-graduações estão impregnadas e sensíveis aos aspectos sociais, políticos e econômicos da realidade latino-americana? Freud escreveu em um século e realidade distinta, os indicativos formais e ônticos de Heidegger foram construídos dentro de uma realidade específica, os behavioristas e humanistas também estavam circunscritos em cenários distintos do nosso, assim como Hannah Arendt e outros.

Trata-se, portanto, de interrogar, de qual modo estamos apresentando nossos teóricos na nossa prática de ensino e de qual modo os graduandos estão assimilando esses conhecimentos para práticas que irão acontecer no Brasil, Pernambuco, Recife, Olinda, Caruaru, Garanhuns, Gravatá e outras. A importação de técnicas e pesquisas, por vezes, podem distanciar nossas análises e práticas psicológicas e isso gera reverberação direta tanto para os profissionais, como sobretudo, para a população atendida.

Considerações finais

Consideramos, portanto, que sendo as teorias euroestadunidense escritas não só com base em outro povo, outra história e cultura, mas também pelos olhos de uma pessoa imersa nesse contexto, portanto, circunscrita por estas específicas concepções, necessitam serem articuladas com criticidade em nossa realidade latino-americana e brasileira.

Compreendemos que ao mesmo tempo em que nosso pensamento é heterogêneo em decorrência da migração teórica que realizamos dos países norte americano e europeus, é possível construirmos nossas filosofias, ou melhor, nossas práticas psicológicas, partindo das nossas realidades específicas mesmo quando nossos teóricos de base sejam de outros povos e culturas. Nosso povo não cabe nas formas da Europa e dos Estados Unidos. Portanto, nossas práticas de ensino e aprendizagem precisam considerar esses aspectos. É importante falar de Freud, Lacan, Heidegger, Hannah Arendt, Rogers, Watson, Skinner, Bandura e outros.

Contudo é mais importante articular como esses teóricos iluminam, ou não, as questões da América Latina, do nosso povo. Parece-nos necessário, portanto, que os docentes estejam atentos aos fatores da colonização e, portanto, os aspectos históricos, da nossa população e cultura.

Referências

- Alberdi, J.B. (1842) *Ideas para presidir a la confección del curso de filosofía contemporánea*. Recuperado em 10 de março de 2019, de <http://www.hacer.org/pdf/Ideas.pdf>
- Arendt, H. (2008) *A Vida do Espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Arendt, H. (2008) Crise na educação. In: H. Arendt, *Entre o passado e o futuro* (pp. 221-247). São Paulo: Perspectiva.
- Brasil. (2018) *Minuta das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia*. Recuperado em 10 de jul. de 2019, de <http://www2.cfp.org.br/consultapublica/2018/dcn/docs/minuta.pdf>.
- Ferrarini, N.L., Camargo, D. (2014) O Professor de Psicologia Diante da Multiplicidade e Diversidade Teórica da Psicologia: lugar de incertezas e de desafios. 2014. *Psicologia: Ensino & Formação*. Recuperado em 10 de agosto de 2019, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v5n1/v5n1a04.pdf>.
- Figueiredo, L. C. (1993). Sob o signo da multiplicidade. *Cadernos de subjetividade*. Recuperado em 20 de agosto de 2017, de <http://revistas.pucsp.br/index.php/cadernossubjetividade/article/view/38112>.
- Santos, G.A.O. (2017) Psicologia Fenomenológico-Existencial e Pensamento Decolonial: um diálogo necessário. *Revista do NUFEN*. Recuperado em 25 de fevereiro de 2019, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v9n3/a07.pdf>
- Walckoff, S.D.B. (2016) *As possibilidades do pensamento de Hannah Arendt na Prática psicológica*. Curitiba: CRV.
- Zea, L. (2005). *Discurso desde a marginalização e a barbárie; seguido de, A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente*. Rio de Janeiro: Garamond.

O gênero, as pulsões e os seus destinos: algumas consequências

Edgley Duarte de Lima

Eva Maria Lins Silva

Maria Consuêlo Passos

Introdução

Este capítulo tem como objetivo investigar alguns desdobramentos do conceito de pulsão na obra de Freud e Lacan, e como este se articula, nos dias de hoje, com as questões de gênero. Partimos, portanto, das interfaces entre esses dois campos – gênero e psicanálise –, diálogo profícuo que tem servido para nortear a construção das nossas pesquisas de tese e dissertação.

De antemão, partimos do seguinte questionamento: “Há interlocuções possíveis entre as teorias de gênero e a psicanálise?”. Essa pergunta emerge no momento em que alguns psicanalistas têm se posicionado de maneira contraditória: de um lado, aqueles que visualizam nesse diálogo o avanço da psicanálise nas novas questões a ela imputadas (Cossi & Dunker, 2016; Leguil, 2016; Cossi, 2018) e, por outro, aqueles que se mantêm numa posição de reticência sobre essa abertura, sob o argumento da “genuinidade” própria a esse campo observada nos posicionamentos e cursos dados por Teixeira (2017). Há ainda aqueles para quem essa discussão parece ser indiferente. Nesse caso, essa reflexão torna-se ainda mais importante, uma vez que nos interroga da seguinte forma: “Como pensar a clínica e a prática do analista nos dias de hoje sem ater-se a tais questões?”.

O campo LGBTTIQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgênero, Intersex e Queer) coloca em cena um Real do gozo²¹ que parece, cada vez mais, extrapolar os limites daquilo com que, por muito tempo, estávamos habituados a pensar a partir de um binarismo de gênero, tradicionalmente organizado entre as categorias homem e mulher. A questão trans, por exemplo, tem mobilizado uma série de discussões acerca do lugar do sujeito transexual na sociedade, bem como os seus desdobramentos no âmbito da clínica psicanalítica²².

A psicanálise tem sido frequentemente convocada a pensar as tensões referentes ao tema do gênero e de como a sexualidade tem sido posta nas suas diversas formas de inscrição e experiência de um corpo gozante. Antes de tudo, é preciso reiterar, aqui, que a psicanálise não trabalha com o gênero em si, mas com a posição subjetiva que cada sujeito assume na partilha dos sexos (Leguil, 2016; Cossi & Dunker, 2016). No entanto, não se trata de desconsiderar a importância que estes discursos assumem na produção de subjetividades e a quota de mal-estar e sofrimento advinda desta relação entre o universal da cultura, traduzido

²¹ O conceito de Real e gozo na psicanálise lacaniana pode ser lido de diversas maneiras, a depender do ponto do ensino de Lacan que estejamos partindo. Nesse trabalho, partimos das últimas formulações de Lacan acerca do gozo, que começa a ganhar mais espaço a partir do Seminário XVIII, e sua articulação com o conceito de pulsão de morte. Mais do que isso, trata-se de destacar que o gozo encontra no corpo o terreno para sua satisfação. O Real, por sua vez, aponta para a própria política do gozo, marcado pelo encontro sempre contingente com o objeto da pulsão e por sua impossibilidade de ser todo dito (Lacan, 1971/2009).

²² Para uma reflexão mais aprofundada acerca desta discussão ver: Jorge, M. A. C.; Travassos, N. P. (2018). *Transexualidade – O corpo entre o sujeito e a ciência*. Rio de Janeiro: Zahar.

pelos imperativos sociais e as prescrições morais daquilo que se entende como legítimo no campo das sexualidades, e o singular que está para cada sujeito no seu encontro, sempre contingente, com o Real do sexo.

Tomando como ponto de partida tais questionamentos, traçaremos alguns pontos importante sobre o conceito de pulsão em Freud e da sua leitura em Lacan, sem muita pretensão de nos estendermos. Por fim, retomaremos a interlocução entre psicanálise e gênero a partir do fragmento de um caso clínico.

Algumas considerações sobre a pulsão

Em “A dissolução do Complexo de Édipo” (1924/1996), Freud ao apontar algumas saídas para a dissolução da relação edípica e às voltas com o continente obscuro da trama edipiana para a menina, afirma a famosa frase: “a anatomia é o destino” (p. 199), parafraseando Napoleão que afirmava que “a geografia é o destino”. Observamos, neste momento, a tentativa de Freud em pensar a diferença sexual de acordo com a maneira pela qual cada sujeito lida com a castração. Para o menino, o medo de ser castrado. A menina, por sua vez, tomaria como saída a “aceitação” – não sem recusas – da sua própria castração, inclusive por ela estar inscrita na realidade do próprio corpo.

Embora nesse texto e em alguns outros²³ Freud tenha sido alvo de várias críticas por parte de algumas teóricas feministas, ele assume a insuficiência dos seus achados e deixa algumas brechas para que mais estudos sejam realizados com o intuito de dar conta disso que era, ainda, um grande enigma para ele: a sexualidade feminina. Com Lacan avançamos, com certeza, nas questões referentes ao feminino, embora não seja esse o nosso propósito neste trabalho.

Para a psicanálise, o que está posto é que a anatomia não é o destino, porquanto tenhamos a clareza de que a realidade anatômica, mesmo não sendo o último desfecho, introduz repercussões importantes para o desenlace dessa construção enquanto ser sexuado. Além disso, a teoria psicanalítica introduz uma nova concepção de sexualidade que pode ser entendida a partir da relação intrínseca entre pulsão, gozo e corpo.

Freud, ao lançar os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/1996), proporciona uma série de deslocamentos importantes na compreensão que se tinha em torno da sexualidade de sua época, o que, inclusive, foi alvo de intensas críticas. Ao longo de suas elaborações, este desconstrói três concepções vigentes até então: 1) a primeira delas refere-se ao fato de que a sexualidade estaria ausente na infância; 2) a segunda diz respeito à sexualidade dada pela atração ao sexo oposto; e, por último, 3) a ideia de que a finalidade exclusiva do ato sexual seria o coito, cujo único objetivo seria a reprodução.

Algumas subversões introduzidas neste texto são importantes para pensarmos a relação do sujeito com a sexualidade, dentre elas a tese apresentada de “[...] que a criança,

²³ Outros textos freudianos importantes acerca desta discussão estão concentrados no volume XIX, da edição Standard, dentre eles: “Organização genital infantil” (1923/1996) e “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos” (1925/1996).

sob a influência da sedução, possa tornar-se perversa polimorfa e ser induzida a todas as transgressões possíveis” (Freud, 1905/1996, p. 180). Embora Freud, aqui, estivesse ainda pensando a partir da Teoria da Sedução Traumática, ou seja, de que a criança poderia ser seduzida pelo pai ou pela mãe, é importante destacar o caráter perverso da pulsão sexual. Para ele, o objeto que a satisfaz é o mais variável possível, e polimorfo, uma vez que as formas de satisfação são também as mais plurais, indo na contramão da ideia de que haveria apenas uma única forma de satisfazê-la, a partir do coito. Aqui, o conceito de zonas erógenas pode ser pensado como estratégico para a reflexão em torno do gênero e da sexualidade, na sua articulação com o corpo.

Essa prerrogativa é, ainda, explorada por Freud no texto “A pulsão e suas vicissitudes” (1915/1996) quando, ao apresentar a pulsão, diferenciando-a do instinto, indica as seguintes características: 1) a pressão (*Drang*), entendida como a “força motora” ou a “quantidade de força” empreendida como exigência de trabalho constante impelida ao organismo, cuja 2) finalidade (*Ziel*) é sempre a satisfação e 3) a fonte (*Quelle*) que corresponde ao “[...] processo somático que ocorre num órgão ou parte do corpo” (Freud, 1915/1996, p. 129).

Já com Freud e depois com Lacan, observamos que o sujeito goza do seu próprio corpo, principalmente nos primeiros anos de vida. É dessa relação auto-erógena que Lacan (1964/2008) extrai o conceito de objeto “a”, objeto este recortado do corpo do sujeito e que tem que ver com a sua forma de gozar e, portanto, com a forma como este busca sempre uma experiência de satisfação.

No campo da sexualidade humana, a vida pulsional implica o sujeito a experimentar tantas formas de satisfação quanto possíveis, para além de uma atividade procriativa. Nesse sentido, observa-se que a pulsão sexual ultrapassa a própria capacidade do sujeito em satisfazê-la, abrindo-se ao infinito das suas formas de satisfação.

Ainda em relação à sexualidade, extraímos do texto dos três ensaios uma premissa importante: posição sexuada (masculino e feminino) e escolha de objeto (bi, hétero ou homo) não coincidem (Freud, 1905/1996). Esta chave de leitura permite uma nova compreensão para pensarmos o campo do gênero e suas discontinuidades, já que um homem numa posição feminina pode assumir uma escolha de objeto hétero e vice-versa, assim como pode ocorrer com uma mulher.

Destaca-se, ainda, a dimensão da linguagem que incide sobre a vida sexual do sujeito. Decorre daí a premissa lacaniana de que a relação sexual não existe, dada a falta de complementaridade entre os sexos e o mal-entendido introduzido pela linguagem, que o insere nas trocas simbólicas. Tal incidência é observada também nas demandas que são construídas pelo sujeito e as suas respostas sempre precárias frente ao desencontro próprio da relação (Lacan, 1972-1973/2009).

Nesse sentido, qualquer argumento de que a psicanálise parte de um sistema binário logo torna-se inócua, na medida em que no campo pulsional não se observa nenhuma

continuidade, mas, pelo contrário, o que o marca é uma descontinuidade entre a demanda pulsional e o objeto de sua satisfação.

Nos termos de Jesús Santiago (2017), “A sexuação no *falasser* é inclassificável, pois um corpo que goza implica o falo e o objeto *a* e, por isso, não se deixa tipificar tão facilmente em duas identidades distintas” (p. 15), nesse caso, homem ou mulher.

A partir daí podemos nos perguntar: “*Como pensar a construção de um corpo sexuado?*”, “*De que maneira o sujeito, a partir de uma realidade pulsional, assume determinadas posições sexuais?* e “*Por onde passa tal escolha?*”.

Antes de tudo, é preciso reiterar que a escolha de objeto sexual realizada pelo sujeito está profundamente enraizada no inconsciente. Esse processo não é nem de perto consciente, muito menos uma “escolha sexual”, mas refere-se à escolha de um objeto que é atravessada pela relação do sujeito com o Outro e os signos ofertados por ele para tal assunção (Quinet & Jorge, 2013). Na medida em que a realidade orgânica é desnaturalizada pela imersão do sujeito na linguagem, a partir das construções imaginárias e simbólicas mobilizadas para dar conta da diferença sexual, o seu encontro com a sexualidade passa a não cumprir mais os desígnios da anatomia e suas prescrições em termos de uma finalidade reprodutiva.

A psicanálise e o gênero

Partimos da seguinte contradição, frequentemente escutada nos nossos consultórios acerca do desencontro entre aquilo que se observa das imposições rígidas do discurso de gênero e as experiências subjetivas de cada um frente ao sexual. Apresento, aqui, o fragmento de um caso clínico que serve para nortear a nossa reflexão.

Trata-se de um homem que procura a análise para falar dos seus desencontros na parceria amorosa e do medo de deparar-se com o que para ele tem a ver com o seu interesse afetivo-sexual por homens. A questão que se sobressai nas primeiras sessões refere-se à falta de referências para se reconhecer como um *gay*, o que o faz procurar o analista depois ter ido em busca do seu currículo *lattes* e lá ter se deparado com o fato que além de analista este era também um pesquisador do campo do gênero. Assim, frente ao impasse de separar-se ou não da esposa, por muito tempo arranjou-se de modo a condizer com o seu desejo, mantendo um relacionamento extraconjugal com outro homem, além de atribuir a sua experiência com a paternidade – pai de duas filhas – um dos motivos da não separação.

A falta de referências parece ser o significante qualquer da transferência (Sq), uma vez que localiza no analista um saber sobre o seu próprio mal-estar subjetivo. Além disso, trata-se de um sujeito atravessado pelo campo das letras e, nessa situação, encontra-se no impasse de ter que escrever sobre o seu próprio mal-estar, o que retorna para ele como o medo de ser identificado constantemente pelos outros (familiares, amigos, colegas de trabalho, alunos etc.) como um *gay*. Para ele, as palavras o denunciam e o decifram para o Outro, elemento central da sua fantasia, uma vez que desde pequeno era apontado pelos colegas da escola como o “viadinho”. Sua saga é encontrar outros homens que assim como ele partilhem desta

mesma situação e, que, de algum modo, reiterem a sua condição de não ser o único que convive com tal impasse. A partir desse caso, teço algumas considerações sobre a relação do campo do gênero com a psicanálise.

Diferentemente do que é colocado por algumas teorias que impõem o gênero de maneira rígida e, por vezes, verticalizada, a partir de uma premissa universalizante que desconsidera a singularidade que cabe à cada sujeito, a psicanálise, de Freud a Lacan, introduz uma outra matriz epistêmica – um outro discurso – para pensarmos a diferença entre os sexos e as diversas modalidades de expressão da sexualidade. Um ponto de virada importante nesta nova interpretação encontra-se em O Seminário – Livro 20: mais, ainda, quando Lacan (1972-1973/2009) introduz as fórmulas da sexuação e apresenta os seus dois lados: o lado esquerdo (homem), representado pelo gozo fálico e, por sua vez, o lado direito (mulher), representado pelo gozo não-todo fálico ou gozo suplementar, que está para além da ordenação fálica e, portanto, simbólica.

Sobre isso, Jésus Santiago (2017) argumenta que: “Ao contrário das construções de identidades de gênero, a sexuação é uma escolha do sexo condicionada por uma montagem pulsional própria, única, e, nesse sentido, um sujeito indeterminado faz-se sexuado com *Um corpo*, à revelia do binário homem/mulher” (p. 18).

Ancorados em Clotilde Leguil (2016), depreendemos que homem e mulher, depois de Lacan, só podem ser pensados a partir da sua dimensão una. Em outras palavras, diz respeito sempre a *um* homem e a *uma* mulher. As insígnias da feminilidade e da virilidade, embora sejam produções socioculturais, compartilhadas ao longo de uma determinada época, não dão conta da experiência singular introduzida para cada sujeito. Antes de tudo, é preciso situar na história de cada um os significantes compartilhados e utilizados pelo Outro que dão lugar à criança antes mesmo do seu nascimento. É a partir desta operação entre o que é ofertado pelo Outro e aquilo que cada sujeito faz com isso, que se torna possível pensar a constituição de um sujeito atravessado pelo gênero.

Essa operação, por vezes, relaciona-se à resposta dada pelo sujeito ao desejo do Outro, a partir daquilo que Lacan (1998) formalizou na fórmula do fantasma ($\$ \diamond a$). Leguil argumenta que ser homem ou ser mulher tem menos que ver com aquilo que se apresenta como as normas de gênero do que com as respostas que o sujeito dá ao enigma inaugurado pelo desejo do Outro.

Na contramão de algumas teorias que propõem o gênero como uma norma rígida a ser generalizada, a autora supracitada indica que o discurso da psicanálise deve ir na contramão deste movimento, uma vez que a interpretação dada pelo sujeito ao seu gênero nunca pode ser universalizável. Para ela, o gênero introduz, assim como no campo da pulsão, uma dimensão de estranheza, marcada sempre pelo brasão da diferença (Leguil, 2016).

Nos seus termos: “Ninguém pode dizer muito bem, assim, facilmente, como se fosse uma evidência, o que é uma mulher, o que é um homem para ele. O gênero nos confronta com

uma forma de estranheza” (Leguil, 2016, p. 31). A autora destaca a dimensão do encontro na constituição do gênero e a sua precariedade, visto que esse processo ocorre não de maneira fixa, mas de acordo com algumas experiências que o sujeito tem ao longo da vida, inclusive, permitindo-lhe transitar entre determinadas posições, a depender das parcerias que são construídas. Cabe ressaltar que há algo desse encontro que sempre ultrapassa os limites de uma parceria bem sucedida, formulada por Lacan (1971/2009) a partir do aforismo: “A relação sexual não existe”, como dito anteriormente, denunciando a falta de complementariedade entre os sexos e, conseqüentemente, a inexistência do objeto que satisfaça plenamente a pulsão.

Dado o caráter de contingência do real da pulsão, o caminho percorrido pelo sujeito para dar conta da interpretação do seu sexo e do seu gênero não está pré-definido. Trata-se, pois, de “uma estrada sinuosa e obscura” (Leguil, 2016, p. 88), cujo roteiro é sempre precário e indeterminado. Há algo de uma falha constitucional que impele o sujeito ao encontro, sempre contingencial, com o seu sexo (Leguil, 2016).

Considerações finais

Uma vez que não há registro da diferença sexual no inconsciente (Freud, 1925/1996), este é marcado por um enigma, um não-saber sobre o sexo, que impulsiona o sujeito a inventar um saber sobre ele e o seu gênero, a partir da sua relação com o próprio desejo. Para muitos, esta pode ser uma premissa um tanto quanto pessimista e, inclusive, argumento de muitas teóricas feministas contra a psicanálise e seu caráter determinista, a exemplo da própria Judith Butler. Todavia, é exatamente esta dimensão da pulsão e do sexo que permite que, no campo do gênero, não exista nenhuma determinação do ser, mas, pelo contrário, a possibilidade do sujeito inventar-se de maneira plural e singular, escapando às determinações e imposições advindas do social, embora não desconsideremos os seus efeitos nefastos para aqueles que escapam aos padrões hegemônicos (Leguil, 2016).

Retomando o fragmento do caso apresentado anteriormente, talvez caiba a este sujeito, no encontro com o analista, fazer-se Um sujeito, respeitando a sua devida singularidade e a sua possibilidade de inventar um saber sobre si e sobre a sua sexualidade. Todavia, trata-se de um saber que não se encontra no Outro, mas que não prescinde dele para a sua própria constituição. Para isso, é preciso que testemunhemos as liberdades de ser que não cabem em identidades rígidas, em regimes totalitários e em políticas opressoras que dissolvem o campo das invenções singulares. Portanto, a cada sujeito, um gênero!

Referências

- Cossi, R. K. (2018). *Lacan e o feminismo: a diferença dos sexos*. São Paulo: Annablume psicanalítica.
- Cossi, R. K., & Dunker, C. I. L. (2016). A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-8.
- Freud, S. (1996). *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*. Edição Standart brasileira de

- obras completas de Sigmund Freud. (Vol. 7, pp. 193-231). Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1905).
- Freud, S. (1996). *Os instintos e suas vicissitudes*. Edição Standart brasileira de obras completas de Sigmund Freud. (Vol. 14, pp. 117-144). Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1915).
- Freud, S. (1996). *A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade*. Edição Standart brasileira de obras completas de Sigmund Freud. (Vol. 19, pp. 157-163). Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1923).
- Freud, S. (1996). *A dissolução do Complexo de Édipo*. Edição Standart brasileira de obras completas de Sigmund Freud. (Vol. 19, pp. 193-201). Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1924).
- Freud, S. (1996). *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*. Edição Standart brasileira de obras completas de Sigmund Freud. (Vol. 19, pp. 275-291). Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1925).
- Jorge, M. A. C.; Travassos, N. P. (2018). *Transexualidade – O corpo entre o sujeito e a ciência*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2009). *O Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho originalmente publicado em 1971).
- Lacan, J. (2009). *O Seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho originalmente publicado em 1972-1973).
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In *Escritos*, pp. 807-864. Rio de Janeiro: Zahar.
- Leguil, C. (2016). *O ser e o gênero: homem/mulher depois de Lacan*. Belo Horizonte: EBP Editora.
- Santiago, J. (2017). O falasser mais além do binário homem-mulher. In A. L. Santiago, C. F. Cunha, C. Vidigal, J. Santiago, L. Neves & N. L. Lima (Orgs.). (pp. 15-21). *Mais além do gênero: o corpo adolescente e seus desdobramentos*. Belo Horizonte: Scriptum.
- Teixeira, M. R. (2017). *A diferença entre Butler e Lacan acerca da diferença sexual*. Disponível em: <https://www.agalma.com.br/wp-content/uploads/2017/11/A-diferen%c3%a7a-entre-Butler-e-Lacan-acerca-da-diferen%c3%a7a-sexual.pdf>

O gênero e não-todo: possíveis articulações entre Lacan e Butler?

Eva Maria Lins Silva

Edgley Duarte de Lima

Edilene Freire de Queiroz

“Atenção, atenção! É uma nova era no Brasil, meninos usam azul, meninas usam rosa”, foi a fala da atual Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, no dia 02 de janeiro de 2018. A repercussão dessa notícia foi generalizada e a *hashtag* “*cor não tem gênero*” circulou nas redes sociais como forma de protesto à infeliz fala da ministra. Contudo, faz-se necessário contextualizar o cenário no qual esse pronunciamento foi dado. A atual conjuntura política que promete uma “nova era”, como bem colocou a ministra, tem a “ideologia de gênero” como inimiga política e é preciso estar atento a esse cenário.

No primeiro dia do seu mandato como presidente da república, Jair Bolsonaro (PSL) assinou uma Medida Provisória de nº 870/19 que retirou a população LGBT da lista de políticas e diretrizes destinadas à promoção dos Direitos Humanos. Tal posicionamento preocupa aqueles que estão implicados nestas questões, tendo em vista que, segundo a ONG *Transgender Europe*, o Brasil teve 868 mortes registradas de travestis e transexuais em 2017, classificado como o país que mais mata essa população.

Não é surpresa que em regimes políticos conservadores e totalitários a sexualidade seja vista como um tabu, restrita à lógica da reprodução. Foucault (1993) nos ajuda a perceber que essa lógica de subjugação da sexualidade não é nova, mas que é vista como uma forma de controle social: “Cumprir falar do sexo como algo que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se” (Foucault, 1993, p. 27).

Seguindo a lógica foucaultiana, podemos dizer que nos regimes de silenciamento e invisibilização das existências e práticas sexuais contra-hegemônicas, “a sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei” (Foucault, 1993, p. 9).

Em *História da sexualidade - Vontade de Saber*, Foucault (1993) faz uma retrospectiva histórica sobre o modo como a sexualidade era vista na sociedade e argumenta que há muito tempo ela é vista como um tabu e algo que deve ser controlado no exercício do poder político.

Nosso trabalho surge diante dessas inquietações políticas e sociais que circundam o debate de gênero. Trazer para o centro do debate o que é visto como tabu e silencia as formas não normativas de existência. Pensar sobre o gênero é justamente falar de pluralidades subjetivas da relação do sujeito com seu desejo.

Assim, neste trabalho propomos fazer um recorte das noções de masculino e feminino em Freud e Lacan, e trazer uma possibilidade de articulação da teoria psicanalítica com a

teoria butleriana. Adiantamos que faremos uma reflexão sobre o gênero como uma escrita do desejo, tal como concebido na psicanálise.

Lembramos que em *Feminilidade* (1933) Freud nos diz que: “estamos acostumados a empregar ‘masculino’ e ‘feminino’ também como atributos da mente [...] Mas logo vocês irão reconhecer que isso é simplesmente ceder à anatomia e à convenção” (Freud, 1995[1933], p. 123). Ou seja, quase cem anos atrás, Freud já destacava a importância de sair da anatomia pura das convenções sociais para entender a sexualidade. Seguiremos essa recomendação freudiana para sair dos padrões binários dos sexos. De modo que, ao falarmos em masculino e feminino, estaremos retratando lugares de linguagem não ligados à anatomia.

Neste trabalho buscamos trazer um pouco da contribuição freudiana nos estudos da sexualidade feminina. Para tanto, selecionamos os textos: *Algumas Consequências Psíquicas da Distinção Anatômica Entre os Sexos* (1925) e *Feminilidade* (1933) para fazer um recorte do que Freud diz sobre essa temática. É interessante perceber que mesmo ainda ligado às suas raízes da medicina, Freud já tentava se descolar das noções anatômicas para pensar a vida psíquica do sujeito.

Como continuação do nosso estudo, traremos os avanços de Lacan sobre sexualidade. O psicanalista francês define que as noções de masculino e feminino são baseadas no significante, na linguagem. Para falar do ensino de Lacan, fomos ao *Seminário, livro 20: Mais, ainda*. De modo que falaremos da fórmula da sexuação, que define como *todo e não-todo fálico* os lugares dos sujeitos ocupados frente à sexualidade. Contudo, apesar disso, Lacan destaca a fluidez dessa formulação, usa da matemática para escrever seus matemas e propõe uma certa comunicação entre os lados.

Por último, retomaremos a discussão a partir do texto de Butler (2003), *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Nesse texto, Butler traz sua proposta para pensar o gênero como um ato performático, e faz algumas críticas à psicanálise lacaniana da década de 50. Traremos um recorte dessa teoria filosófica e faremos um debate entre essas duas ideias que propomos aqui.

Lacan e Butler, é possível uma articulação?

Freud considerava a sexualidade um conceito central para o desenvolvimento da psicanálise, uma vez que localiza no sexual a etiologia das neuroses. Assim, buscou entender como ela se desenvolvia no sujeito e quais as possíveis repercussões da sexualidade na vida psíquica do sujeito. Como resultado de sua escuta clínica, desenvolve o Complexo de Édipo, permitindo compreender o processo de constituição subjetiva do sujeito.

No primeiro momento de seu trabalho, Freud (1995[1925]) considerava uma simetria edípica, ou seja, os destinos edípianos não teriam diferença entre meninos e meninas, um seria o oposto do outro. Se o menino era tomado por impulsos afetivo-sexuais pela mãe e tinha o pai como rival; seguindo essa lógica, a menina seria apaixonada pelo pai, tomando a mãe como rival.

Contudo, Freud percebe que essa teoria não era suficiente para explicar a sexualidade na menina. Haveria uma diferença estabelecida no desenvolvimento do sujeito no que se refere a sua sexualidade, devido à diferenciação dos sexos, que se apresenta de modo diferente para as crianças. Aqui, considera-se a influência da construção social que se forma em torno da criança, em decorrência dos seus órgãos genitais.

Quando Freud percebe que haveria, no menino, algo relacionado ao seu órgão genital, uma ameaça e medo de perdê-lo, desenvolve o que chama de Complexo de Castração, responsável por destacar a falta constitutiva do sujeito, e é aí que sua ideia do Édipo adquire novos desdobramentos. Freud pensou na trama do desenvolvimento da sexualidade no menino, odeia o pai e quer ficar com a mãe. Qual seria a diferença do complexo de Édipo na menina? Em *Feminilidade* (1933), Freud indica um caminho para a compreensão da questão feminina.

Freud (1925) retrata na fase pré-édipica a direção para a entrada do Complexo de Édipo. A diferenciação entre sexos tem repercussões em como cada sujeito lida com o Complexo de Castração: “a diferença entre o desenvolvimento sexual dos indivíduos dos sexos masculino e feminino corresponde a uma diferença entre uma castração que foi executada e outra que simplesmente foi ameaçada” (Freud, 1995[1925], p. 289).

No menino, o reconhecimento do órgão sexual feminino chega como algo que falta, que se perdeu, e se presentifica como a ameaça de castração. Assim, seu primeiro objeto de amor e desejo, a mãe, passa a ser barrado pela possibilidade de perda do pênis, como consequência. Ao abandonar seu objeto original de amor, o menino se identifica com a figura paterna. Desse modo, podemos dizer que o Complexo de Édipo nos meninos é destruído pelo complexo de castração, demarcando o desinvestimento no objeto de amor materno e futura sublimação desse amor.

A menina, por sua vez, entra no Édipo pelo complexo de castração. Ao se deparar com o órgão masculino, ela percebe que perdeu algo, uma castração implícita. Assim, ela deseja o pênis e, sabendo que não pode tê-lo, constrói subjetivamente algo para suprir esse desejo. Para Freud, no lugar do pênis, a menina coloca a maternidade como solução para isso que lhe falta: “ela abandona seu desejo por um pênis e coloca em seu lugar o desejo de um filho, toma o pai como objeto de amor. A mãe se torna seu objeto de ciúme” (Freud, 1995[1925], p. 288).

Assim sendo, essa castração implicitamente realizada instaura na mulher uma falta simbólica. Algo falta e precisa ser completado. É importante ressaltar que nessa lógica freudiana o pênis aparece no universo infantil como o objeto que demarca a diferença sexual. Contudo, não podemos nos limitar ao pênis enquanto condição anatômica, mas em sua dimensão simbólica, que retrata a primazia do falo.

Às voltas com o enigma do feminino, Freud (1995[1933], p. 125) afirma que “a psicanálise não tenta descrever o que é a mulher – seria esta uma tarefa difícil de cumprir -, mas se empenha em indagar como é que a mulher se forma”. Neste trabalho, postula-se que os dados anatômicos e biológicos não seriam suficientes para definir o que é masculino ou

feminino atribuídos pela cultura às funções reais e simbólicas inerentes ao homem e à mulher. Esses elementos fogem do alcance da anatomia: “dizemos que uma pessoa, seja homem ou mulher, se comporta de modo masculino ou feminino. Porém logo percebem que isto é ceder à anatomia e às convenções” (Freud, 1995[1933], p. 123).

Apesar de ter um pensamento já bastante inovador e subversivo para a época vitoriana em que Freud estava inserido, esse texto foi seu último escrito sobre essa temática e percebemos ainda que ele está bastante ligado à anatomia e à medicina. Notamos um avanço de Freud na desconstrução das convenções, mas ainda muito marcado pela questão da *atividade x passividade*, bem como com relação ao complexo de Édipo.

Avançamos assim para as contribuições de Jacques Lacan ao pensar masculino e feminino enquanto lugares de linguagem. Sairemos um pouco da perspectiva freudiana, cuja crença norteadora estava calcada no modelo fálico edipiano, e iremos além do falo, em busca do significante.

Em seu *Seminário livro 20: Mais, ainda* (1973) Lacan desenvolve as Fórmulas da Sexuação, um quadro no qual expõe suas ideias acerca das posições feminina e masculina para além da distinção anatômica. Aborda as posições subjetivas que os seres falantes ocupam frente à sexualidade enquanto lugares na linguagem, ou seja, relaciona a ideia de masculino e feminino à relação dos sujeitos com a castração simbólica. Bastaria ser sujeito falante que haveria inscrição de um lado ou de outro, independentemente da anatomia: “quem quer que seja falante se inscreve de um lado ou de outro” (Lacan, 2008[1973], p. 85). “Há homens que estão lá tanto quanto mulheres. Isso acontece” (Lacan, 2008[1973], p. 82).

Para entendermos como Lacan chega a essa fórmula é preciso lembrar sua proposta de retorno aos textos freudianos a partir da linguística de Ferdinand de Saussure. Pelo estudo da linguística Lacan considera que a formação do inconsciente é mediada pela linguagem, para ele o inconsciente é estruturado como uma linguagem.

As formações inconscientes - atos falhos, sonhos e chistes, falam de uma relação do sujeito com suas marcas na linguagem. Essas formações geralmente são acompanhadas de uma estranheza sentida por este, como se ele tivesse sido ultrapassado de si mesmo, uma descontinuidade inconsciente. Aparecem como tropeços dos sujeitos, rachaduras no recalque, e revelam algo de *um outro em mim*.

É “numa frase pronunciada, escrita, que alguma coisa se estatela. Ali, alguma coisa quer se realizar - algo que aparece como intencional, certamente, mas de uma estranha temporalidade” (Lacan, 2008[1985], p.32). Nisso que “estatela”, nos tropeços da fala, temos acesso ao inconsciente. Ao fazer uso da linguagem para se expressar, para falar de outra coisa que não pode ser dita, o sujeito expressa seu inconsciente.

Ao fazer ponte com os estudos de Saussure, Lacan subverte a concepção saussuriana de primazia do significado. Para a psicanálise de orientação lacaniana, a primazia inconsciente é a do significante. Isso quer dizer que a posição primordial é do significante em relação ao

significado. O significado fecha, limita, determina, enquanto que o significante permite troca, deslizamento. O significante fala de uma relação do sujeito com a sua inserção na linguagem e, por isso, ocupa lugar de primazia na psicanálise.

Quando Lacan subverte a noção de signo saussuriano e dá primazia ao significante, este não mais representa o significado necessariamente. As categorias sociais fixas são deslizadas e, pensando sobre o debate de gênero que estamos trazendo, os termos “homem” e “mulher” são tomados enquanto significantes. Ao fazer isso, não nos remetemos aos conceitos de homem e de mulher com base na anatomia e convenção social, mas aos significantes que eles podem produzir, na relação do sujeito com o lugar em que ele se localiza frente a esses significantes.

Seguindo esse pensamento, Lacan (2008[1973]) fala em duas modalidades de gozo: o gozo fálico e o gozo feminino ou suplementar. Mas, ao contrário do que pode ser facilmente deduzido, essas nomenclaturas não dizem respeito à uma relação direta com a anatomia e, muito menos, dizem de uma perspectiva dicotômica da diferença sexual. Sobre o gozo feminino, Lacan afirma que ele não é exclusivo dos sujeitos com útero, da mesma forma que o gozo masculino não está restrito aos que não o têm.

Nas fórmulas da sexuação, Lacan faz uso da linguagem matemática para explicar as diferentes posições de linguagem que os sujeitos podem assumir frente ao gozo. Nessa fórmula estão presentes dois lugares principais que se formam com a relação do sujeito frente a sua castração, à falta primordial: o lado *todo* fálico e o lado *não-todo* fálico.

O lado esquerdo é o representante do conjunto *todo* fálico - lado masculino, e o lado direito, do *não-todo* fálico - o lado feminino. Lacan usa a matemática para apontar a relação do sujeito com a sua falta e com o falo. Assim define o masculino e o feminino enquanto posições discursivas e não anatômicas: “porque não se é forçado, quando se é macho, a se colocar do lado *todo* fálico. Pode-se também colocar-se do lado *não todo* fálico. Há homens que estão lá tanto quanto as mulheres” (Lacan, 2008[1973], p.81).

Dessa fórmula, destacamos o lado feminino, parte que se inscreve como *não-toda* recoberta pelo falo. Lacan fala dessa parte do quadro como sendo aquele que tem acesso a um gozo além do falo, um gozo Suplementar: “Eu disse suplementar. Se tivesse dito complementar recairíamos no *todo*” (Lacan, 2008[1973], p.79). No lado *não-todo* não é possível complementar a falta, não há um modelo *prêt-à-porter* que diga o que é ser “feminino”. Ele não entra na ordem da representação, mas da invenção no *Um-a-Um*.

Podemos dizer que os sujeitos localizados no lado da feminilidade, buscam algo que suplemente - ainda que de maneira falha, essa falta *não-toda* recoberta pelo falo. O lado *não-todo* fálico não pede compreensão, está na ordem da experiência. Tentar apreender a feminilidade pela posição do *todo* fálico, por uma norma a seguir, um modelo a copiar, enquadra-se o plural e se perde o que é da ordem do suplementar, que não vem para tamponar a falta.

Dito isso, partimos para os estudos de gênero (*Gender Studies*) no campo social. Uma das teóricas mais reconhecidas nessa área é Judith Butler, filósofa estadunidense que em seu livro *Gender Trouble - Feminism and Subversion of Identity* (1990) questiona a dominação masculina e a heterossexualidade compulsória, posicionando o gênero enquanto performatividades sociais. No Brasil, este livro foi traduzido por *Problemas de Gênero - Feminismo e subversão da identidade*, lançado em 2003.

Nessa obra, Butler questiona se o gênero é uma fabricação inventiva singular ou puramente reprodução cultural. Para ela “se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem nem ser verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeito de verdade de um discurso sobre identidade primária estável” (Butler, 2017[2003], p.236). Desse modo, o gênero não estaria relacionado somente a cultura, nem o sexo somente à natureza, mas “também seria o meio discursivo/cultural anterior à cultura” (Butler, 2017 [2003], p.27).

No capítulo “Proibição, psicanálise e a produção da matriz heterossexual”, Judith Butler (2017) se dedica a problematizar algumas concepções psicanalíticas. Como o próprio título sugere, a ideia defendida nesse momento por Butler é trazer para debate algumas marcas dessa teoria e repensá-las por outra perspectiva, um pouco menos falocêntrica.

A autora faz, ainda, críticas à psicanálise, ao considerá-la partidária de uma perspectiva binária para pensar o gênero, reproduzindo regimes de poder ao não reconhecer formas de gênero não-binárias. Podemos dizer que ela levanta duas críticas principais à psicanálise: a primeira relacionada à noção lacaniana de falo simbólico - entre ser ou ter o falo, e à diferença sexual, enquanto que a segunda, por sua vez, refere-se à ideia de que a psicanálise lacaniana se sustenta na matriz heterossexual, e que, ao invés de contestá-la, suas concepções teóricas a reforçam.

Pretendemos tentar compreender melhor a visão de Butler sobre Lacan e, posteriormente, discutir sobre essas pontuações para melhor articular uma visão do gênero que fale dos dois lados. Butler tem influência do pensamento foucaultiano, e portanto, herda algumas críticas à psicanálise. A problematização levantada por Foucault em *Vontade de Saber*, questiona a prática psicanalítica aliada às concepções psiquiátricas normativas em relação ao dispositivo da sexualidade. Butler considera que a psicanálise se localiza em um padrão binário para pensar gênero, e portanto, reproduz os regimes de poder e negligencia o reconhecimento de outras formas de relação dos sujeitos com o gênero não enquadradas na lógica binária.

Podemos dizer que Butler levanta duas críticas principais à psicanálise: à noção lacaniana de falo simbólico - entre ser ou ter o falo, e à diferença sexual. Para Rafael Kalaf Cossi e Christian Ingo Lenz Dunker (2016), Butler considera que a psicanálise lacaniana se sustenta na matriz heterossexual, e que ao invés de contestá-la, suas concepções teóricas dão ainda mais força a essa matriz. Segundo a filósofa, as categorias psicanalíticas que se baseiam

na ordem simbólica e na diferença sexual binária reforçam regras de inteligibilidade cultural, imunes a transformações sociais (Cossi & Dunker, 2016).

A filósofa propõe perceber o corpo como variável, ainda que politicamente influenciado pela hierarquia do gênero e da heterossexualidade compulsória. Sugere que “os estilos nunca são plenamente originais porque têm uma história, e suas histórias condicionam e limitam suas possibilidades. Consideramos gênero como um estilo corporal, um ato performativo” (Butler, 2017[2003], p.240). A performatividade remete a gestos, traços e performances parodiadas que produzem o sujeito e as práticas sexuais, marcado pelas construções culturais. Butler propõe perceber a fluidez do gênero sem ignorar os efeitos do discurso social e da regulação política nos corpos. O gênero é visto como “uma identidade tenuemente construída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (Butler, 2017[2003], p.242).

Sigmund Freud desenvolveu a psicanálise tendo o Complexo de Édipo como responsável pela formação do sujeito. A construção da identidade sexual foi feita a partir da relação do sujeito com a castração, que hoje percebemos como um lugar bastante heteronormativo e determinista. Apesar de separar a relação entre sexo anatômico e identidade sexual, os casos em que havia incongruência entre esses dois polos ainda eram patologizados, como se carregassem uma certa anomalia. Lacan, em seus primeiros ensinamentos, por volta da década de 1950, seguiu por essa lógica edípica mais normativa da psicanálise. O masculino e o feminino como conceitos binários aplicados a homens e mulheres, e resultado do Édipo.

Butler critica justamente essa ideia da diferença sexual como resultado do Édipo. A ideia de que a diferença sexual é instaurada a partir da instituição do falo como significante, representante da falta produzida pela castração, e da relação do sujeito com esse falo. Parte-se, portanto, da compreensão de que a sexualidade do sujeito é resultado puramente de sua relação com o falo. Assim, percebemos o falo enquanto organizador da sexualidade dos sujeitos, ordenando a virilidade ou feminilidade, o que acaba por reforçar os padrões binários e contradiz a ideia de gêneros não inteligíveis proposta por ela, ideia que reforça a teoria da gênese natural e mantém estruturas culturais patriarcais.

De fato, no Lacan dos anos 1953-1960, podemos perceber o destaque da ordem simbólica, essa estrutura de representações linguísticas, que é vista como responsável por regular o sexo e fundar as posições masculina e feminina a partir de um significante fálico. Pela castração simbólica e passagem pelo Édipo se constitui a identidade sexual. Isso quer dizer que a diferença sexual era percebida a partir da instituição do falo como significante, enquanto representante da falta produzida pela castração, e da relação do sujeito com esse falo (Cossi e Dunker, 2016).

Um dos primeiros pontos que a autora interroga em Problemas de gênero é justamente essa relação do homem e da mulher em “ser” ou “ter” o Falo. No seu entendimento da teoria lacaniana da década de 50, Butler afirma que “a ordem simbólica cria a inteligibilidade

cultural por meio das posições mutuamente excludentes de ‘ter’ o Falo (posição dos homens) ou ‘ser’ o Falo (posição paradoxal das mulheres)” (Butler, 2017, p.86). Apesar dos homens terem o falo, caberia às mulheres a função de ‘ser o falo’, já que elas não o podem ter.

A crítica de Butler às noções de falo simbólico e diferença sexual estão respaldadas no ensino de Lacan da década de 50, mas Lacan avança nos seus ensinamentos e subverte essas noções deterministas iniciais. Com a introdução da linguística, Lacan traz homem e mulher, o masculino e o feminino, a partir da castração simbólica, na relação linguística do sujeito com o Real da falta, e não mais como determinantes da resolução edípica. De modo que o conceito de “diferença sexual” criticado por Butler está respaldado em uma teoria que, posteriormente, o próprio psicanalista diverge.

A ideia butleriana sobre a psicanálise, como podemos ver, esteve calcada em um ensino específico, marcado na década de 50. Lacan avançou seu ensino e discutiu a sexualidade dos sujeitos a partir de outras questões que não o falo imaginário, mas o falo simbólico, aquele que aponta para a castração. Como vimos no primeiro tópico deste capítulo, Lacan desenvolve a fórmula da sexuação a partir da relação dos sujeitos com a linguagem, com a não existência da relação sexual.

Partindo dessa falta primordial, é que se pode pensar num discurso que tente fazer laço com o outro. Não mais se relaciona a ser ou ter o falo no sentido mais fechado, todo fálico. A sexuação é descrita em matemas e permite trocas, não se está fixado em lado nenhum. O órgão também não ocupa função central, mas é tomado enquanto significante, em sua relação com a linguagem. Por isso trouxemos a noção do *não-todo* fálico como norteadora de uma possível articulação das duas teorias.

Considerações Finais

Trouxemos um pouco do debate entre psicanálise e os estudos de gênero de Judith Butler no decorrer deste trabalho, como uma forma de apontar os pontos divergentes e as possibilidades de aproximação. Sabemos que Lacan nos ensinamentos de 1950 destaca a ordem simbólica nos seus ensinamentos e determina as posições masculina e feminina a partir do significante fálico. Mas a partir da introdução da linguística, percebemos “homem” e “mulher”, “masculino” e “feminino” como invenções significantes, que se fazem a partir da castração simbólica, não mais como determinantes diretos da resolução edípica.

O gênero performático diz de uma relação do sujeito com seu corpo que performa um estilo, uma marca, um significante. Ainda que esse estilo corporal seja marcado pelas construções culturais, não podemos fugir delas, já que estamos inseridos na cultura. Butler considera o corpo flexível, não binário, múltiplo, que carrega a influência da heterossexualidade compulsória. Esse saber do gênero não se distancia muito do que trouxemos sobre a visão lacaniana.

Pelas fórmulas da sexuação, Lacan explicita a identificação do sujeito pela via da inserção na linguagem. Este, na sua relação com a falta primordial, se insere na linguagem a

partir de um significante. Para a psicanálise a diferença sexual nunca chega a ser simbolizada em uma norma, nem a se fixar numa identidade do sujeito.

Apesar de declarar algumas críticas à psicanálise, Butler traz em seu conceito de gênero performático algo que aproximamos do que Lacan nomeou de conjunto *não-todo* fálico. Propomos pensar o gênero pela via do que não se complementa e que não se define de maneira rígida. Não há um modelo *prêt-à-porter* que diga o que é ser “feminino”, que diga o que é, ou qual é o gênero do sujeito. Ele não entra na ordem da representação, mas da invenção no Um-a-Um, é plural, na singularidade própria a cada sujeito.

Referências

- Butler, Judith. (2017). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. (15. ed. Aguiar, Renato Trad.). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- Cossi, Rafael Kalaf, & Dunker, Christian Ingo Lenz. (2016). A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília. 33(3), 35-49, Acesso em 08 de julho de 2019 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722017000100404&lng=en&nrm=iso
- Foucault, Michel. (1988). *História da sexualidade I: Vontade de saber*. (Albuquerque, M. T. & Albuquerque, J. A. G. Trad). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Freud, Sigmund. (1933). *Conferência XXXIII: Feminilidade*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (Vol. XXII, 21-143). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, Sigmund. (1925). *Algumas consequências psíquicas da diferenciação anatômica dos sexos*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (Vol. XIX, 281-291). Rio de Janeiro: Imago.
- Lacan. Jacques. (2008[1985]). *O Seminário. Livro II: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. (Magno, M. D. Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Campo Freudiano no Brasil. ISBN: 978-85-7110-317-7.
- Lacan. Jacques. (2008[1973]). *O Seminário. Livro 20: Mais, Ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

